Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2022 | Nº 25.126 | Preço banca: R$ 3,50

OMS estabelece plano para saída de fase emergencial da pandemia

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou na quarta-feira (30) um plano atualizado para a covid-19, estabelecendo importantes estratégias que, se implementadas em 2022, permitirão que o mundo saia da fase emergencial da pandemia.

O plano inclui três cenários possíveis para como o vírus pode evoluir no próximo ano.

"De acordo com o que sabemos agora, o cenário mais provável é que o vírus da covid-19 continue evoluindo, mas a gravidade da doença que ele causa irá reduzir com o tempo enquanto a imunidade aumenta por conta da vacinação e das infecções", disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, durante um briefing.

Nesse cenário base, que serve como modelo de trabalho para a OMS, o vírus causa menos surtos graves, com altas periódicas em números de transmissão com a redução da imunidade. As doses de reforço podem ser necessárias para os que estão em maior risco. O vírus pode certamente entrar em um padrão sazonal, com picos nos meses mais frios, assim como a influenza. Página 31

Sancionada lei que define verba para enfrentar violência contra mulher

Página 31

SP lança programa para atrair R$ 20 bi na produção de veículos sustentáveis

Página 2

Tribunal Federal em São Paulo sofre ataque hacker e suspende serviços

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) foi alvo de um ataque cibernético na quarta-feira (30), o que levou à suspensão das atividades do órgão. Segundo o tribunal, não houve comprometimento dos dados armazenados. Não há previsão de retorno do atendimento e o funcionamento também estará suspenso nesta quinta-feira (31).

Segundo o órgão, foram feitas diligências pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF3 que identificaram o tipo de ataque sofrido, definiram uma estratégia para apurar os fatos e posterior restauração da infraestrutura tecnológica.

O comunicado foi feito pelo site do tribunal. "Neste portal serão disponibilizados novas informações, tanto para público interno quanto para o público externo, até a completa restauração dos ambientes da Justiça Federal da 3ª Região", informou o órgão em nota.

Foi autorizado ainda o trabalho remoto de servidores que estavam escalados para o presencial. Além disso, foram suspensos os prazos de processos físicos e eletrônicos em tramitação no TRF3 nos dias 30 e 31. Os prazos foram prorrogados para o próximo dia útil subsequente.

A presidente do tribunal, desembargadora Marisa Santos, determinou ainda o funcionamento do Plantão Judiciário para "conhecimento de pedidos, ações, procedimentos e medidas de urgência destinadas a evitar perecimento de direitos ou assegurar a liberdade de locomoção". (Agencia Brasil)

Reajuste para funcionalismo será decidido até junho, diz Tesouro Nacional

Foto Valter Campanato/ABr

Página 31

FIP Shelf 119 Multiestratégia vence leilão da Codesa

O consórcio FIP Shelf 119 Multiestratégia foi o vencedor do leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), com uma outorga de R$ 106 milhões. Pelos próximos 35 anos o investimento da FIP Shelf será de pelo menos R$ 850 milhões, sendo R$ 335 milhões na ampliação dos portos de Vitória e de Barra do Riacho. O leilão foi realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, e foi disputado em vários lances com mais um grupo. Página 3

LinkedIn passa a permitir anúncio de vagas com políticas afirmativas

Página 18

Preços da indústria têm inflação de 0,56% em fevereiro, diz IBGE

Página 26

Previsão do Tempo

Quinta: Chuvoso durante o dia e à noite.

22º C
17º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,78
Venda: 4,78

Turismo
Compra: 4,77
Venda: 4,94

EURO
Compra: 5,33
Venda: 5,33

Esporte

Rally de Velocidade: Aparecida de Goiânia recebe abertura do Brasileiro

Iniciando as festividades de comemoração dos 100 anos do município de Aparecida de Goiânia, a 18 quilômetros da capital de Goiás, o Rally do Centenário marcará a abertura do Campeonato Brasileiro de Rally Velocidade, entre os dias 1º e 3 de abril, com disputas válidas pelas duas primeiras etapas do certame.

"Nos últimos anos o rali de velocidade tem sido realizado com etapas apenas no Sul e Sudeste do país. Agora com a competição chegando ao Centro-Oeste vemos uma evolução que expandirá a divulgação do esporte, e certamente será um campo neutro para as batalhas entre as equipes", acredita o piloto de Alfenas (MG) Victor Corrêa (Unifenas/RT One Rally). "Queremos iniciar a temporada com o pé direito no fundo pra entrar para a história como os primeiros vencedores desta prova histórica", diz entusiasmado o bicampeão da categoria R5 (veículos 4x2 com preparação limitada).

Foto/ Edson Castro

Victor *Corrêa e Maicol Souza seguem em direção ao tricampeonato brasileiro*

"Eu e o Victor sempre fomos muito competitivos. Ano passado não foi dos melhores, mas em todas as provas que tivemos problemas estávamos liderando. Agora queremos uma participação bem sólida brigar pelo tricampeonato desde a primeira etapa", avisa o catarinense Maicol Souza, responsável pela navegação da equipe Unifenas/RT One Rally.

De volta ao Rio após 10 anos, Stock Car anuncia programação do GP Galeão

Foto/ Duda Bairros

A *Stock Car realiza a terceira etapa da temporada entre 9 e 10 de abril*

Depois de dez anos da última prova, realizada em 2012 no saudoso Autódromo de Jacarepaguá e vencida por Allam Khodair, a principal categoria do automobilismo na América Latina regressa à Cidade Maravilhosa para um acontecimento histórico: a realização da primeira corrida disputada em um aeroporto internacional em operação no Brasil. O Aeroporto RIOgaleão Tom Jobim vai receber a terceira etapa da temporada 2022 da Stock Car Pro Series, além da segunda no campeonato da categoria de acesso Stock Series, nos dias 9 e 10 de abril.

A programação começa no sábado com a realização do shakedown das duas categorias, a partir das 8h30 (de Brasília). Depois, Stock Pro e Stock Series realizam dois treinos livres cada e dão sequência ao cronograma com a classificação para o grid. A Series define sua ordem de largada às 14h40, enquanto a Stock Car Pro abre sua sessão às 15h40. Em seguida, a Stock Series encerra as atividades do dia e larga para a primeira corrida no Galeão, às 17h.

O domingo reserva mais três provas. A Series fecha sua etapa com a largada da Corrida 2 às 9h50. A largada da Corrida 1 da Stock Car está marcada para 13h20, enquanto a segunda prova tem previsão de início às 13h57, sempre com duração de 30 minutos mais uma volta.

Os ingressos já estão à venda por meio do link https://bit.ly/3NgL4ud. São obrigatórios o uso de máscara e também a apresentação do comprovante vacinal completo contra Covid-19 para maiores de 12 anos.

A Stock Car é transmitida ao vivo pela Band, canais SporTV, mídias oficiais da categoria (YouTube, Facebook e TikTok), Motorsport.TV, mídias do Estadão e Twitch da Tribo do Gaules. E a Stock Series é transmitida pela RedeTV!, BandSports, as mídias oficiais da Stock Car e também pelo canal High Speed TV no YouTube.

Confira programação do fim de semana do GP Galeão:

Sábado, 9 de abril

8h30 – Stock Series – Shakedown

8h50 – Stock Car – Shakedown

9h10 – Stock Series – 1º Treino – Grupo único

9h55 – Stock Car – 1º Treino – 1º Grupo

10h40 – Stock Car – 1º Treino – 2º Grupo

12h – Stock Series – 2º Treino – Grupo único

12h50 – Stock Car – 2º Treino – 1º Grupo

13h35 – Stock Car – 2º Treino – 2º Grupo

14h40 – Stock Series – Classificação

15h40 – Stock Car – Classificação

17h – Stock Series – Corrida 1 (30 minutos + 1 volta)

Domingo, 10 de abril

9h50 – Stock Series – Corrida 2 (30 minutos + 1 volta)

13h20 – Stock Car – Corrida 1 (30 minutos + 1 volta)

13h57 – Stock Car – Corrida 2 (30 minutos + 1 volta).

Governo sanciona reajustes salariais para 541 mil servidores paulistas

O Governador sancionou na quarta-feira (30) a lei que concede reajustes salariais para 541,1 mil servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado. 346 mil servidores da Saúde e da Segurança vão receber 20% de aumento e 195,1 mil funcionários estaduais de outras categorias serão contemplados com 10% de reajuste. Todos os pagamentos são retroativos à data-base de 1º de março.

O investimento mensal do Governo neste reajuste é de R$ 424,6 milhões, correspondente a R$ 5,7 bilhões ao ano. Em 2022, o impacto será de R$ 4,8 bilhões, pois o aumento começa a valer neste mês. A despesa está em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal e será coberta com recursos do superávit financeiro alcançado em 2021, sem acarretar pressão adicional.

"Nos primeiros dias de abril, 541 mil servidores receberão seu pagamento, referente ao salário de março, já com o aumento. Com saúde financeira e equilíbrio fiscal do governo, conseguimos valorizar e reconhecer o funcionalismo público do Estado de São Paulo", disse Doria.

Na área da saúde, são 69 mil médicos e profissionais de outras carreiras beneficiados com o reajuste de 20%. Na área da segurança pública, o mesmo reajuste contempla integrantes das Polícias Civil e Militar, Agente de Escolta, Vigilância Penitenciária e de Segurança Penitenciária.

Já o aumento de 10% será destinado aos servidores pertencentes às classes do quadro de apoio escolar, administração penitenciária e pesquisadores científicos do Estado, além de servidores das secretarias, da Procuradoria Geral e de autarquias estaduais. A iniciativa abrange ao todo 26 diferentes classes e carreiras do Estado, e é resultado de estudos feitos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

O Secretário da Casa Civil, Cauê Macris, observou que, em relação ao reajuste dos professores, com a recente aprovação do Plano de Carreira e Remuneração pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), os 400 mil servidores ativos e inativos da Secretaria da Educação também receberão o reajuste de 10% de forma retroativa à data-base de 1º de março. No entanto, é necessário aguardar a sanção da lei que cria a nova carreira para que o pagamento possa ser realizado.

A valorização das carreiras do funcionalismo paulista foi possível graças a uma série de medidas fiscais e de enxugamento da máquina pública, além da atração de novos investimentos, adotada no início desta gestão. A reforma estadual da Previdência, o ajuste fiscal e o fechamento de estatais também permitiu ao Governo de SP ampliar sua capacidade de investimento – com R$ 52,8 bilhões em 2021 e em 2022 – e reforçar programas sociais, como o Bolsa do Povo, que vai receber R$ 1,8 bi de recursos ao longo deste ano.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Dois vereadores oriundos da Polícia Civil não confirmam - por enquanto - se serão ou não candidatos pra Assembleia paulista ou pra Câmara dos Deputados : o delegado Palumbo (MDB) e o Felipe Becari (PSD). Ambos tiveram grandes votações

.

PREFEITURA (São Paulo)
Tá rolando campanha eleitoral 2024 . O candidato - do Lulismo (PT) - Boulos (PS0L) já ataca o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que só vai completar 1 ano da sua gestão e no dia 17 maio 2022, após a morte em 2021 do reeleito Bruno Covas (PSDB)

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Tendo como vitrine ter pintado bem na propaganda partidária na tv, o delegado e deputado Olim (PP) tá com projeto que pode render sua reeleição. As identificações de veículos e condutores que trabalham com aplicativos nas entregas a domicílio

.

GOVERNO (São Paulo)
Doria (PSDB) se despede hoje do cargo de governador, passando o bastão pro Rodrigo (ex-DEM no PSDB), que ele trouxe do DEM) pra apoiá-lo na candidatura à reeleição. Na entrevista coletiva, vai dizer o que diz sempre : é contra reeleições

.

CONGRESSO (Brasil)
Deputado e presidente Lira (PP - AL) tá mesmo defendendo as prerrogativas dos parlamentares, no caso o colega Daniel Silveira (União Rio) contra a tornozeleira que o Alexandre (Supremo) quer colocar nele, ou pode se omitir e talvez até cassá-lo ?

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Oriundo - capitão - do Exército, Bolsonaro comemora o aniversário de 58 anos da revolução - chamada redentora - que impediu a instalação de um regime comunista ditatorial em 1964. Historiadores divergem se foi dia 31 março ou foi 1º abril

.

PARTIDOS
Possível mudança de domicílio eleitoral do Moro pra São Paulo, aonde poderia ser candidato a 1 cadeira em disputa no Senado - pelo Podemos da deputada federal Renata Abreu - tá dando o que falar, uma vez que a esposa já fez sua mudança

.

(Brasil)
... O ex-prefeito paulistano Kassab - refundador e dono do PSD - não vai 'assinar recibo' pra quem tá comemorando suas derrotas nas tentativas de filiar o Alckmin - foi pro PSB do Lulismo - e do Leite, governador gaúcho que permaneceu no PSDB

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Pro ministro (Supremo) Alexandre, a Lei de Segurança Nacional tá acima da Constituição da República (1988) e a Câmara Federal vai acabar aceitando que o deputado (União Rio) Daniel Silveira tem que usar tornozeleira eletrônica até no plenário

.

ANO 30
Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna **cesarneto.com** tornou-se referência das liberdades possíveis. Recebeu Medalha Anchieta da Câmara paulistana e Colar de Honra ao Mérito da Assembleia paulista

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

São Paulo lança programa para atrair R$ 20 bi na produção de veículos sustentáveis

O Governador João Doria apresentou na quarta-feira (30) o programa Pró Veículo Verde para atração de até R$ 20 bilhões em 3 anos na produção de carros híbridos ou movidos a energia limpa em São Paulo. O Estado vai oferecer até R$ 500 milhões em créditos do ICMS a montadoras que investirem em modelos sustentáveis.

"O Governo de São Paulo assinou documento na COP-26 com nosso compromisso de descarbonização em todo o estado das emissões até 2050", afirmou Doria. "E passa a ser mandatório que o Estado adote a aquisição de veículos sustentáveis a partir de agora, notadamente nas áreas de Segurança Pública e Educação."

Doria ainda lembrou que a montadora chinesa GWM confirmou neste mês um investimento de R$ 10 bilhões para produção de veículos elétricos na cidade de Iracemápolis, na região de Campinas.

O modelo apresentado por Doria prevê a amortização de custos que a indústria automotiva terá para adaptar as linhas de produção já instaladas em São Paulo e também a construção de novas fábricas. O estado já é líder nacional no mercado de veículos sustentáveis, como 34% de toda a frota nacional movida a energia limpa.

O benefício fiscal será oferecido a montadoras que priorizam a fabricação de veículos híbridos, elétricos ou movidos a biocombustíveis. A iniciativa também prevê o corte na emissão de gases geradores de efeito estufa com a redução de veículos movidos a gasolina e diesel no mercado.

"É uma política para estimular a transição verde no setor automotivo em São Paulo e no Brasil. Metade dos investimentos de mais de R$ 265 bilhões no estado de São Paulo nos últimos três anos vêm do setor automotivo e a ideia é estimular que isso seja feito de uma forma cada vez mais sustentável", disse Patricia Ellen, Secretária de Desenvolvimento Econômico.

O Pró Veículo Verde vai atender empresas que apresentarem investimento mínimo de R$ 15 milhões. Na modelagem tradicional de incentivo ao setor automotivo, o valor investido teria que superar R$ 30 milhões.

O valor de créditos de ICMS a receber na adesão ao programa também caiu em relação ao modelo tradicional. Pelo Pró Veículo Verde, a adesão poderá ser feita por fabricantes que tenham a partir de R$ 3 milhões de créditos de ICMS a receber, uma queda de 40% em relação ao piso de R$ 5 milhões para o setor.

O Governo de São Paulo também estendeu o prazo da fiança bancária ou seguro de obrigações contratuais exigidos de montadoras que investem em veículos sustentáveis. O prazo da garantia foi estendido de um ano para três anos, com redução da fiança para até 90%, em vez dos atuais 75%.

Prêmio ESG

O Governo do Estado também apresentou o Prêmio ESG para empresas que adotarem boas práticas ambientais, sociais e de governança. O projeto é coordenado pela InvestSP, a agência estadual de promoção de investimentos e competitividade, em conjunto com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, de Infraestrutura e Meio Ambiente e da Fazenda e Planejamento.

Número de internações por COVID-19 caiu 84% desde janeiro em SP

Foi anunciado na quarta-feira (30) que o Estado de São Paulo registrou redução de 84% das internações por COVID-19 desde o final de janeiro, quando foi registrado o pico da variante Ômicron. Atualmente os hospitais possuem 1.869 pacientes internados, sendo 1.195 em enfermaria e 672 em UTI (Unidade de Terapia Intensiva).

"É uma notícia para ser celebrada. As internações vêm caindo há oito semanas e hoje, pelo quinto dia seguido, São Paulo tem menos de 2 mil pessoas internadas em UTI e em enfermaria", disse Doria.

Apenas na última semana epidemiológica, encerrada no sábado (26), a redução de novas e pessoas internadas por coronavírus foi de 21,77%. Atualmente, a taxa de ocupação dos leitos de unidade de terapia intensiva é de 23,3% e de enfermaria, 17,9%.

"Esses dados nos permitem avaliar as duas semanas de flexibilização do uso de máscaras em ambientes abertos e fechados. Isso é o impacto sim da vacinação. Chegamos a quase 92% da população elegível acima de cinco anos imunizada", disse o Secretário de Saúde, Jean Gorinchteyn.

Segundo a última atualização do Vacinômetro às 12h23 desta quarta-feira, 85,54% da população total está com esquema vacinal completo. Até agora foram aplicadas mais de 104 milhões de doses por COVID-19. O Estado vacinou 77,55% das crianças de 5 a 11 anos com a primeira dose, com 40,12% desse público com esquema vacinal completo.

SP anuncia que 41 hospitais estaduais não têm mais pacientes com COVID-19

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (30) que 41 hospitais da rede estadual de saúde não têm mais nenhum paciente com COVID-19. Outras 11 unidades tinham apenas um paciente suspeito ou confirmado para o novo coronavírus nesta terça-feira (29). Os dados são do Censo COVID, ferramenta da Secretaria de Estado da Saúde que monitora todos os leitos de São Paulo.

"Com o avanço da vacinação e mais de 92% da população elegível imunizada, 41 hospitais da rede estadual não tem mais nenhum paciente com coronavírus. Esses hospitais estão localizados em todas as regiões do estado, o que comprova que a queda da pandemia ocorre de forma homogênea em todo o estado de São Paulo", disse Doria.

Entre os 41 hospitais que não possuem mais pacientes com COVID-19 estão unidades em todas as regiões do Estado, como Hospital Estadual de Diadema, Emílio Ribas do Guarujá, Hospital de Base de Bauru, Hospital Regional de Assis, Hospital Regional de Jundiaí, além de unidades na Capital, como o Dante Pazzanese, Hospital Ipiranga, Hospital Geral de Vila Penteado e Hospital de Taipas.

De acordo com os dados do Censo COVID, entre os onze hospitais com apenas um paciente suspeito ou confirmado para Covid-19 estão o Hospital Regional de Itanhaém, Conjunto Hospitalar de Sorocaba, Hospital Regional do Litoral Norte em Caraguatatuba, Hospital Regional de Registro e o Hospital Brigadeiro/Hospital dos Transplantes.

Entre os mais de 100 hospitais do Governo de SP, 91 chegaram a ter leitos exclusivamente para atendimento de COVID-19. Segundo o levantamento, 24 deles possuem menos de dez pacientes e outras 15 unidades têm mais de dez pacientes.

"Com índices superiores a 90% da população elegível vacinada com duas doses, temos reduzido diariamente o número de internados no Estado de São Paulo e, com isso, direcionado os leitos para os atendimentos de outras patologias", afirmou o Secretário de Estado da Saúde, Jean Gorinchteyn.

Saiba a documentação necessária e quem pode receber a vacina contra a gripe na capital

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) promove, na próxima segunda-feira (4), a vacinação de pessoas com mais de 60 anos e os profissionais de saúde. A campanha de vacinação contra a gripe teve início no último domingo (27), com a imunização dos idosos acima de 70 anos.

Em maio, a partir do dia 2, será a vez de vacinar as crianças com mais de 6 meses e menores de 5 anos de idade, além das gestantes e puérperas (45 dias após parto). O cronograma completo de vacinação contra a gripe, com as datas de cada grupo, pode ser consultado no instrutivo da campanha

Onde se vacinar

Único público elegível no momento, os idosos devem comparecer a uma unidade de vacinação com um documento de identificação com foto, carteira de vacinação e o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pessoas com mais de 70 anos de idade também podem receber a quarta dose da vacina contra a Covid-19, desde que tenham tomado a terceira dose há pelo menos quatro meses. O imunizante contra a gripe, inclusive, pode ser aplicado no mesmo dia que o da Covid-19 na população acima de 12 anos de idade.

A vacinação contra a gripe ocorre nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, das 7h às 19h, e nos megapostos e drive-thrus, das 8h às 17h.

Lembre sempre de lavar as mãos

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

FIP Shelf 119 Multiestratégia vence leilão da Codesa

O consórcio FIP Shelf 119 Multiestratégia foi o vencedor do leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), com uma outorga de R$ 106 milhões. Pelos próximos 35 anos o investimento da FIP Shelf será de pelo menos R$ 850 milhões, sendo R$ 335 milhões na ampliação dos portos de Vitória e de Barra do Riacho. O leilão foi realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, e foi disputado em vários lances com mais um grupo.

Foto/Rovena Rosa/ABr

No primeiro momento o vencedor deverá aportar R$ 55 milhões na recuperação estrutural de todo o complexo portuário, R$ 34 milhões na recuperação dos berços dos terminais Peiú e de São Torquato e mais de R$ 270 milhões na modernização do canal de acesso. Também estão previstos R$ 10 milhões como contrapartida na reforma de armazéns e em melhorias urbanas no acesso ao porto.

"Esse contrato pioneiro tem o potencial de mudar todo o cenário do nosso setor portuário", afirmou o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni.

A aplicação dos recursos deverá dobrar a movimentação de cargas do Porto de Vitória de 7 milhões de toneladas para 14 milhões de toneladas por ano. Para Barra do Riacho, há a possibilidade de exploração de novas áreas, uma vez que 522 mil metros quadrados, de um total de 860 mil metros quadrados, são greenfield – ou seja, para projetos que começam do zero – e poderão ser destinadas a novas atividades na zona portuária.

"A bem sucedida desestatização da Codesa nos mostra que o futuro da infraestrutura de transportes está cada vez mais próxima da gente. Com os investimentos previstos, será possível dotar os portos de Vitória e de Barra do Riacho das melhores práticas e tecnologias existente no mundo hoje. Na prática, é desenvolvimento, empregos e aprimoramento de toda a cadeia logística brasileira", afirmou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

A desestatização da Codesa também prevê a vedação de demissões do atual quadro de funcionários sem justa causa por 12 meses e apresentação de um Programa de Incentivo ao Desligamento Volutário (PIDV) a ser custeado por até 10% das ações vendidas pela União (cerca de R$ 32,6 milhões). (Agencia Brasil)

IGP-M acumula inflação de 14,77% em 12 meses, diz FGV

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), usado no reajuste dos contratos de aluguel no país, registrou inflação de 1,74% em março deste ano. A taxa é inferior às observadas no mês anterior (1,83%) e em março de 2021 (2,94%).

Segundo os dados divulgados na quarta-feira (30) pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o IGP-M acumula taxa de 5,49% primeiro trimestre do ano. Em 12 meses, a taxa acumulada chega a 14,77%, menos da metade da observada em março de 2021 (31,10%).

A queda da taxa de fevereiro para março foi puxada pelos preços no atacado. A inflação do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede este segmento, recuou de 2,36% em fevereiro para 2,07% em março.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, por outro lado, teve alta na taxa, ao passar de 0,33% em fevereiro para 0,86% em março. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) também subiu, de 0,48% para 0,73% no período. (Agencia Brasil)

Governo Central tem déficit primário de R$ 20,62 bi em fevereiro

Depois do superávit recorde em janeiro, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) voltaram a ficar negativas em fevereiro. No mês passado, o déficit primário ficou em R$ 20,619 bilhões.

O déficit é 3,4% inferior ao de fevereiro do ano passado, quando o resultado tinha ficado negativo em R$ 21,339 bilhões. O resultado veio levemente melhor que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 21,743 bilhões no mês passado.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Apesar do déficit primário em fevereiro, o Governo Central acumula superávit recorde de R$ 55,956 bilhões nos dois primeiros meses do ano. Isso foi garantido pelo resultado positivo de R$ 76,539 bilhões em janeiro.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estipula meta de déficit primário de R$ 170,5 bilhões para este ano. Na semana passada, o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas reduziu a estimativa de déficit para R$ 66,9 bilhões, mas o valor levado em conta para o cumprimento das metas fiscais é o da LDO.

O resultado de fevereiro deste ano decorreu porque as receitas continuaram a crescer em ritmo maior que as despesas. No mês passado, as receitas líquidas cresceram 22,4% em relação a fevereiro do ano passado em valores nominais. Descontada a inflação, o crescimento ficou em 10,7% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As despesas totais cresceram 17,7% em valores nominais e 6,5% acima do IPCA na mesma comparação.

No mês passado, três fatores impulsionaram o crescimento das receitas. O primeiro foi a arrecadação recorde registrada em fevereiro, antes do anúncio das desonerações para combustíveis e para produtos industrializados anunciadas pelo governo.

Os outros dois fatores não estão relacionados com a arrecadação de tributos. No mês passado, ocorreu o pagamento de R$ 11,35 bilhões em concessões de infraestrutura de leiloadas ao longo de 2021. Além disso, o pagamento de royalties ajudou os cofres federais.

As receitas com royalties de petróleo cresceram R$ 1,6 bilhão (+38,7%) acima do IPCA em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano passado, por causa da valorização do combustível no mercado internacional. Atualmente, a cotação do barril internacional está no maior nível em 14 anos por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Do lado das despesas, aumentaram os gastos com despesas obrigatórias com controle de fluxo, que subiram R$ 3,9 bilhões (+28,4%) acima da inflação em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2021. No acumulado do ano, o aumento chega a R$ 9,6 bilhões (+39,4%) acima do IPCA. A alta foi impulsionada pelo pagamento do benefício mínimo de R$ 400 do Auxílio Brasil.

Em contrapartida, os gastos com o funcionalismo federal caíram 8,1% no acumulado do ano descontada a inflação, refletindo o congelamento de salários dos servidores públicos que vigorou entre junho de 2020 e dezembro de 2021. As despesas com a Previdência Social recuaram 0,8%, também considerando a inflação, por causa da reforma aprovada em 2019.

Em relação aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o governo federal investiu R$ 3,08 bilhões nos dois primeiros meses do ano, alta de 52,5% em relação ao mesmo período de 2021, descontada a inflação pelo IPCA. A alta ocorre perante uma base fraca de comparação. No ano passado, o Orçamento foi sancionado apenas em abril, e os investimentos no primeiro quadrimestre foram executados apenas com restos a pagar (verbas autorizadas em anos anteriores). (Agencia Brasil)

Confiança dos serviços cresce 3 pontos em março, diz pesquisa da FGV

O Índice de Confiança de Serviços, medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), teve alta de 3 pontos em março, na comparação com fevereiro. Com o resultado, que interrompeu uma sequência de quatro meses seguidos de queda, o indicador chegou a 92,2 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos.

"O avanço da confiança parece estar relacionado com a melhora da pandemia, em especial nos segmentos que dependem mais da circulação de pessoas. Ainda é preciso cautela sobre os próximos meses, o cenário macroeconômico negativo e a confiança baixa dos consumidores não permitem confirmar que essa alta seja a volta do caminho de recuperação observado no ano passado. Será preciso esperar por novos resultados favoráveis", afirmou Rodolpho Tobler, economista da FGV, por meio de nota.

O Índice de Situação Atual, que mede a confiança do empresariado de serviços no presente, cresceu 4,3 pontos e chegou a 90,9 pontos. Já o Índice de Expectativas, que avalia a percepção dos empresários em relação ao futuro, subiu 1,7 ponto e atingiu 93,7 pontos. (Agencia Brasil)

Valores a receber de até R$ 10 concentram 69,8% dos casos

O Banco Central (BC) atualizou na quarta-feira (30) o balanço das liberações de valores esquecidos em instituições financeiras. Os saldos residuais de até R$ 10 representaram 69,8% das liberações para pessoas físicas, pequena diferença em relação aos 69,7% do levantamento divulgado há duas semanas.

O balanço sofreu pequenas mudanças porque, nesta semana, as instituições financeiras informaram novos valores esquecidos ao BC. Ao todo, cerca de 200 mil correntistas que não teriam valores a receber na rodada inicial terão saldos residuais.

O número total de pessoas físicas com quantias a receber passou de 27,3 milhões para 27,5 milhões. Como há casos em que um mesmo CPF tem mais de um valor a receber, o número de transações que o sistema do Banco Central pode realizar passou de 32,3 milhões para 32,6 milhões de transações.

Os números consideram tanto os valores sacados como a serem resgatados. O total de registros de pessoas físicas com saldos residuais de até R$ 1 subiu de 13,84 milhões para 13,96 milhões, passando de 42,8% para 42,7% do total. Os montantes entre R$ 1 e R$ 10 aumentaram de 8,7 milhões para 8,85 milhões de casos e em termos percentuais passaram de 26,9% para 27,1%. Ao somar as duas faixas, o montante de quem tem até R$ 10 a receber chega a 69,8%.

Nas faixas mais altas, os registros de valores entre R$ 10.000,01 e R$ 100 mil aumentou de 36.029 para 36.497, mas continua a corresponder a apenas 0,11% dos casos. Os casos de pessoas físicas com mais de R$ 100 mil esquecidos passou de 1.318 para 1.370, em termos percentuais, a proporção se manteve em apenas 0,004% do total.

Na terça-feira (29), o diretor de diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central, Maurício Moura, informou que o maior valor individual liberado até agora corresponde a R$ 1,65 milhão, resgatado por um cliente que havia esquecido o valor em cotas de consórcio.

O volume refere-se ao total de consultas da primeira fase do Programa Valores a Receber. Dos R$ 4 bilhões previstos pelo BC, foram liberados R$ 3,32 bilhões a 27,5 milhões de pessoas físicas. O restante, cerca de R$ 680 milhões, está destinado a empresas.

Agendamento

Na segunda-feira (28), o BC deu início a um novo calendário de agendamento de retiradas. Foi divulgada uma nova repescagem. Mesmo pessoas que já retiraram o dinheiro ou cuja consulta deu valor zero terão de repetir o procedimento porque as instituições financeiras atualizaram os dados.

O processo deve ser feito no site Valores a Receber, criado pelo Banco Central (BC) para a consulta e o agendamento da retirada de saldos residuais.

Após o pedido de saque, a instituição financeira terá até 12 dias úteis para fazer a transferência. A expectativa é que pagamentos realizados por meio do Pix ocorram mais rápido.

Para agendar o saque, o usuário deverá ter conta nível prata ou ouro no Portal Govbr. Identificação segura para acessar serviços públicos digitais, a conta Gov.br está disponível a todos os cidadãos brasileiros. O login tem três níveis de segurança: bronze, para serviços menos sensíveis; prata, que permite o acesso a muitos serviços digitais; e ouro, que permite o acesso a todos os serviços digitais. (Agencia Brasil)

Produção nacional de petróleo teve queda de 3,8% em fevereiro

A produção nacional de petróleo em fevereiro teve queda de 3,8% em comparação a janeiro e aumentou 3,5% frente a fevereiro de 2021. No gás natural, a redução foi de 3,1% em relação ao mês anterior e aumentou 1,6% em relação a igual mês do ano passado. No total, foram produzidos 3,754 milhões de barris de óleo equivalente por dia, sendo 2,917 milhões de barris diários de petróleo e 133 milhões de metros cúbicos diários de gás natural.

Os dados constam do Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural, divulgado na quarta-feira (30) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo informou a ANP, os principais motivos para a queda na produção em relação ao mês anterior foram as paradas para manutenção das plataformas P-70 (campos de Atapu e Oeste de Atapu, na Bacia de Santos), P-51 e P-56 (campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos) e da Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Descarga (FPSO, da sigla em inglês) Cidade de Anchieta (campo de Baleia Azul, na Bacia de Campos).

Pré-sal

A produção no pré-sal, em fevereiro, caiu 2,4% em relação ao mês anterior e subiu 9,4% em relação a fevereiro de 2021. A produção teve origem em 127 poços e registrou volume de 2,841 milhões de barris de óleo equivalente por dia, sendo 2,235 milhões de barris de petróleo e 96,4 milhões de gás natural, o que correspondeu a 75,7% da produção nacional.

O boletim revela que o aproveitamento de gás natural em fevereiro foi da ordem de 97,7 %. Foram disponibilizados ao mercado 49,9 milhões de metros cúbicos. A queima de gás no mês somou 3 milhões de metros cúbicos por dia, mostrando redução de 6% se comparada ao mês anterior e de 12,6% se comparada ao mesmo mês em 2021.

Áreas

Em fevereiro, 267 áreas concedidas, cinco áreas de cessão onerosa e seis de partilha, operadas por 41 empresas, foram responsáveis pela produção nacional. Dessas áreas, 62 são marítimas e 216 terrestres, sendo 11 relativas a contratos de áreas contendo acumulações marginais. A produção ocorreu em 6.149 poços, sendo 468 marítimos e 5.681 terrestres.

O grau API (escala arbitrária que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo extraído no Brasil foi de 28,2, sendo 2,4% da produção considerada óleo leve, 92,6% óleo médio e 5% óleo pesado.

O boletim mostra que as bacias maduras terrestres (campos/testes de longa duração das bacias do Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo, Sergipe e Alagoas) produziram 92,834 Mboe/d, sendo 72,056 Mbbl/d de petróleo e 3,303 MMm³/d de gás natural. Desse total, 50,1 mil boe/d foram produzidos pela Petrobras e 42,7 mil boe/d por concessões operadas por outras empresas. (Agencia Brasil)

Ipea estima recuperação do comércio, indústria e serviços em fevereiro

Após novo pico de casos de covid-19 em janeiro, o mês de fevereiro teve recuperação da atividade econômica na indústria, comércio e serviços em relação a janeiro, estima análise divulgada na quarta-feira (30) pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). Os dados oficiais do desempenho da economia ainda não foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Ipea aponta que o cenário para a indústria no mês de fevereiro era o mais desafiador. Entre as razões, estão problemas relacionados às cadeias produtivas globais e aos custos elevados dos fretes internacionais. Além disso, o preço da energia elétrica continua elevado, e o valor do petróleo sofreu impacto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, importantes exportadores no mercado de óleo e gás.

Mesmo com esse cenário, a Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea estima que houve crescimento de 1,4% na produção industrial em fevereiro, na comparação com janeiro. Já em relação a fevereiro de 2021, foi projetada queda de 3,1%.

Os pesquisadores do instituto avaliam que as indústrias extrativas tiveram contribuição positiva em fevereiro, com crescimento previsto de 7,5%. Já a indústria de transformação deve registrar alta de 0,8%.

Diferentemente da indústria, que chegou a ter queda de 2,4% em janeiro de 2022, o setor de serviços se manteve estável mesmo durante o pico causado pela variante Ômicron, e a projeção para fevereiro é a de alta de 1,5% ante janeiro.

O setor de comércio também deve ter registrado alta na atividade em fevereiro, segundo o Ipea, que estima que o crescimento pode ter sido de 1,3%, quando são consideradas também as vendas de automóveis e materiais de construção. Ao excluir esses dois grupos, a projeção passa a ser de alta de 1,2%. (Agencia Brasil)

Locall Impressos Gráficos Ltda.-ME

CNPJ: 10.999.038/0001-73 - N.I.R.E: 35.223.447.497.

Edital de Convocação para Reunião de Sócios da Sociedade

Valeria Romão da Silva, portadora do CPF nº 321.510.818-33, sócia administradora da Sociedade Empresária Limitada **Locall Impressos Gráficos Ltda.-ME.**, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 1.072, do Código Civil de 2002, Lei nº 10.406 de 10.01.2002, convoca a sócia **Erivania Neri Antunes**, portadora do CPF nº 051.685.233-74, para reunirem-se em Reunião de Sócios, a ser realizada no dia **12 de abril de 2022**, na Rua Lenita, 439, Parque dos Camargos, Barueri, SP, em primeira chamada às 10 h, necessitando a presença dos titulares de 3/4 do capital social, e em segunda chamada às 10h30min, com qualquer número, para deliberarem sobre **Ordem do Dia:** Dissolução, Liquidação e Distrato da Sociedade. **Valeria Romão da Silva** – Sócia Administradora.

Cambium Brazil MG Investimentos Florestais Ltda.

CNPJ 09.421.920/0001-58 - NIRE 35.222.086.733

Extrato da Ata de Reunião de Sócias, Realizada no dia 15.03.2022

Data, Hora, Local: 15.03.2022, 11hs., na Avenida Paulista, 1.842, 2º andar, conjuntos 25/26. **Mesa:** Aldo de Cresci Neto: Presidente; David Pokorski: Secretário. **Presença:** Totalidade do capital social. **Deliberações aprovadas:** (i) Redução do capital social, de R$ 24.088.278,92 para R$ 6.303.596,86, uma redução portanto de R$ 17.764.682,06, por entender que o mesmo é excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do artigo 1.082 do Código Civil, com a consequente restituição desse valor às Sócias: Cambium Minas Holdings Limited e Cambium MG Holdings Limited na proporção de suas participações no capital social; (ii) Autorizar a administração da Sociedade a assinar documentos, formulários e/ou declarações necessárias. Nada mais. Presidente da mesa: Aldo de Cresci Neto e Secretário da mesa: David Pokorski.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Ivec Securitizadora S.A) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 303ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 303ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("**CRI**", "**Títulares dos CRI**", "**Emissão**", e "**Emissora**" respectivamente), e **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 4º Andar Pinheiros, CEP 05425-020, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 12 de abril de 2022 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 13.2.2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Emissão celebrado em 13 de agosto de 2021, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Autorizar João Ruir Lourenço a emitir Cédulas de Produto Rural Financeira, as quais terão seus direitos creditórios integralmente vinculados à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio em uma ou mais emissões de CRA e serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 19 de janeiro de 2009, sem que tais emissões incorram em hipótese de Vencimento Antecipado Não Automático prevista na Cláusula 8.2, (xx), da CCB; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia, em primeira convocação e em segunda convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, 50% mais 1 dos CRI em Circulação, conforme cláusula 13.3 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas por Titulares dos CRI, que representem, no mínimo 50% mais um dos CRI em Circulação presentes na Assembleia, conforme cláusula 13.4 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para jurídico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br e corporate@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 31 de março de 2022. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

PLANETA SECURITIZADORA S.A.

(nova razão social da Gaia Securitizadora S.A.)

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Recebíveis Imobiliário das 52ª, 53ª e 54ª Séries da 4ª Emissão da Planeta Securitizadora S.A.

A Planeta Securitizadora S.A. (nova razão social da Gaia Securitizadora S.A.) ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 52ª, 53ª e 54ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissão ("Titulares dos CRI"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a ser realizar, em primeira convocação, no dia **21 de abril de 2022, às 14h de forma exclusivamente digital**, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), por meio das orientações descritas abaixo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes na Ordem do Dia: (i) Aprovar a não realização da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários e por conseguinte, a não decretação de vencimento antecipado dos CRI, em razão da não realização das endossos de Seguro de Perda de Receita, conforme previsto na cláusula 2.6, item c) do "Instrumento Particular de Cessão de Créditos e Outras Avenças", celebrado em 11 de março de 2013 e posteriormente aditado ("Contrato de Cessão"); (ii) Aprovar a não realização da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários e por conseguinte, a não decretação de vencimento antecipado dos CRI, devido ao descumprimento, pela Valparaizo Empreendimentos e Participações ("Cedente"), do prazo para renovação do Seguro de Perda de Receita conforme disposto na Cláusula 7.2.3 do Contrato de Cessão, tendo em vista o vencimento do seguro em 02 de abril de 2021 e que a renovação aconteceu tão somente em 01 de novembro de 2021. (iii) medidas a serem tomadas em decorrência da não apresentação tempestiva ao Agente Fiduciário, dos documentos constantes no Anexo A à presente Assembleia ("Pendências Documentais"); (iv) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a tomarem as medidas necessárias à implementação de acordo com o deliberado na presente assembleia. Em conformidade com a ICVM 625, o link de acesso à sera disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico à Emissora para assembleias@planetasec.com.br e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora http://planetasec.com.br/relemissoes/, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informado. O titular dos CRI que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la a Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos assembleias@planetasec.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. Após o horário de início da Assembleia, os Titulares dos CRI que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. O registro em ata dos Titulares dos CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRI presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora. A Emissora, o Agente Fiduciário e a Devedora (conforme definido no Termo de Securitização) permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Titulares dos CRI no interim da presente convocação e da Assembleia.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Planeta Securitizadora S.A.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO / FORO REGIONAL IV - LAPA - 4ª VARA CÍVEL

Rua Clemente Alvares, 100, Lapa - 05074-050, F.: (11) 3834-6528, São Paulo-SP

E-mail: lapa4cv@tjsp.jus.br **Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min**

Processo Digital nº: **1002875-26.2014.8.26.0004**

Classe: Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**

Exequente: **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**

Executado: **André Luis Pereira de Souza**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.

PROCESSO Nº 1002875-26.2014.8.26.0004

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato Guanaes Simões Thomsen, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a ANDRÉ LUIS PEREIRA DE SOUZA**, Brasileiro, Separado judicialmente, Autônomo, CPF 403.258.008-12, com end. a Rua Fabia, 611, Vila Romana, 05051-030, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., alegando em síntese ser credor do executado de quantia referente ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida nº 20110233015055000017, formalizado em 03/06/2011, com vencimento final em 04/09/2017, o qual, por força de sua Cláusula Oitava, estando vencido, torna-se certo, líquido e exigível e que o executado, apesar de ter sido insistentemente procurado pelo exequente, deixou de saldar o débito. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para, em 03 dias, efetuar o pagamento integral da dívida atualizada ou oferecer bens suficientes à penhora, ou, no prazo de 15 dias, oferecer embargos, ambos prazos fluindo após o prazo de 30 dias deste edital. No prazo para embargos, poderá o executado requerer seja admitido o parcelamento do débito, nos termos do art. 745-A do CPC. Em caso de revelia, nomear-se-á curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de julho de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004220-05.2020.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Almeida Toledo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CLEIDE PEREIRA DIAS, CPF 054.216.908-71 que o CONDOMÍNIO ESPORTE E VIDA TATUAPÉ lhe ajuizou a Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a cobrança de R$ 7.923,12, referente à cota condominial, fundo de reserva, fundo de melhorias, consumo de água, consumo de gás e benfeitorias, vencidos em 10.03.2018, 10.11.2018, 10.12.2018, 10.01.2019, 10.05.2019, 10.06.2019, 10.08.2019, 10.09.2019, 10.11.2019, 10.12.2019 e 10.02.2020, da unidade 83 Bloco 1 do condomínio-credor, já inclusa a multa de 2%, art. 1336, § 1º do C. Civil, que serão acrescidos de juros de 1% ao mês e correção monetária a partir do vencimento de cada débito, custas condominiais vincendas, art. 323 do CPC e Súmula 13 do TJSP; com os acréscimos legais acima descritos, sem prejuízo da incidência da multa supra, das custas processuais e dos honorários advocatícios. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 03 dias pague a dívida que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente, arbitrados em 10%; em caso de pagamento integral, essa verba honorária será reduzida pela metade, e que rendo ofereça embargos no prazo de 15 dias, facultando-lhe nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, incluse custas e honorários, requerer que o pagamento restante seja feito em 06 parcelas mensais, atualizadas e juros de 1% ao mês. A opção de parcelamento importará renúncia ao direito de opor embargos. Os prazos começarão a fluir, após os 20 dias supra. Na ausência de embargos, o executado será considerado revel, sendo-lhe nomeado curador especial. Será presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. . NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de dezembro de 2021.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Milão Investimentos Imobiliários Ltda foi apresentado, a esta Serventia, requerimento regularmente prenotado sob nº 843.836 em 01 de dezembro de 2021, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleiteiram a retificação administrativa da área do imóvel situado na Rua Carneiro da Cunha nº 555, matriculado sob nº 90.615, nesta Serventia Predial. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco os senhores Mauricio Nicoulau Orfali, herdeiro de Julia Aithy e Osvaldo Mallaguino que era casado com Helena Aithy Malagrino, titulares de domínio de fração ideal do imóvel confrontante situado na Rua Carneiro da Cunha nº 561/565, antigo nº 43, com origem nas transcrições nºs 56.462 e 81.643, deste Registro, uma vez que os mesmos não foram localizados, nem mesmo seus herdeiros e/ou inventariantes, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação deste, que será levado a efeito por dois dias consecutivos em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 29 de março de 2022.

ECOURBIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ N° 07.037.123/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis do exercício em 31 de dezembro de 2021, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 30 de março de 2022. **A administração.**

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	84.961	89.446
Aplicações financeiras vinculadas	36.494	34.269
Contas a receber	213.185	185.326
Impostos a recuperar	9.457	4.444
Outros créditos	12.591	10.710
	356.688	324.195
Não circulante		
Contas a receber	458.982	483.437
Aplicações financeiras vinculadas	21.937	18.899
Outros créditos	7.928	7.240
Depósitos judiciais	33.154	25.810
	522.001	535.386
Imobilizado	35.552	18.713
Intangível	143	48
	35.695	18.761
Total do ativo	**914.384**	**878.342**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	46.475	40.938
Fornecedores	28.969	22.480
Salários e obrigações sociais	33.181	29.637
Obrigações tributárias	5.672	22.111
Tributos diferidos	20.448	14.248
Ônus da concessão	6.973	6.597
Dividendos a pagar	37.850	6.354
Outras contas a pagar	4.630	5.158
	184.198	147.523
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	61.886	54.172
Adiantamento de clientes	235.477	201.206
Provisão para contingências	37.897	29.740
Tributos diferidos	7.307	28.768
Obrigações sociais	35.722	33.165
Outras obrigações	3.589	1.723
	381.878	348.774
Patrimônio líquido		
Capital social subscrito	139.420	139.420
(-) Capital a integralizar	(93.428)	(93.428)
Capital social realizado	45.992	45.992
Reservas de lucros	213.230	227.273
Ajustes de valores patrimoniais	89.086	108.780
Total do patrimônio líquido	**348.308**	**382.045**
Total do passivo e patrimônio líquido	**914.384**	**878.342**

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	**679.219**	**632.392**
Custos dos serviços prestados	(494.320)	(481.165)
Ônus da concessão	(41.085)	(36.690)
Lucro bruto	**143.814**	**115.537**
(Despesas) Receitas operacionais		
Administrativas e gerais	(29.407)	(33.260)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	10.169	21.801
	(19.238)	(11.459)
Resultado Financeiro líquido	(16.651)	(9.065)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**107.925**	**95.013**
Contribuição social	(14.326)	(9.431)
Contribuição social diferida	5.007	1.417
Imposto de renda	(36.756)	(24.354)
Imposto de renda diferido	13.909	3.936
	(32.166)	(28.432)
Lucro líquido do exercício	**75.759**	**66.581**
Lucro líquido do exercício por ação	**1,65**	**1,45**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Capital Social		Ajustes de Valores Patrimoniais	Reservas de Lucros			
	Subscrito	A Integralizar	Realizado	Reservas Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**139.420**	**(93.428)**	**45.992**	**108.918**	**9.728**	**200.093**	**- 364.731**
Distribuição de dividendos conforme RCA	-	-	-	-	-	(49.267)	- (49.267)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	66.581	66.581
Ajuste para harmonização às novas normas contábeis (ICPC 01)	-	-	-	(138)	-	138	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	66.719	(66.719) -
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**139.420**	**(93.428)**	**45.992**	**108.780**	**9.728**	**217.545**	**- 382.045**
Distribuição de dividendos conforme RCA	-	-	-	-	-	(71.646)	- (71.646)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	75.759	75.759
Dividendos disponibilizados em 50% conforme decreto social	-	-	-	-	-	(37.850)	(37.850)
Ajuste para harmonização às novas normas contábeis (ICPC 01)	-	-	-	(19.694)	-	-	19.694
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	57.603	(57.603) -
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**139.420**	**(93.428)**	**45.992**	**89.086**	**9.728**	**203.502**	**- 348.308**

CONCILIAÇÃO ENTRE AS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS (CPC COMPLETOS) E AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ANTERIORES (BR-GAAP)

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração apresenta o efeito da aplicação com uma conciliação entre as novas práticas contábeis aplicáveis o ICPC - 01 (Contratos de Concessão), com as práticas anteriores.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Conciliação BR GAAP - CPC Completos

Contas	Item	Em 31 de dezembro de 2021 BR GAAP	Efeito da aplicação IFRS	CPC COMPLETOS	Em 31 de dezembro de 2020 BR GAAP	Efeito da aplicação IFRS	CPC COMPLETOS
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		84.961		84.961	89.446		89.446
Aplicações financeiras vinculadas		36.494		36.494	34.269		34.269
Contas a receber		113.532	**99.653**	213.185	101.591	**83.735**	185.326
Impostos a recuperar		9.457		9.457	4.444		4.444
Outros créditos		12.591		12.591	10.710		10.710
		257.035	**99.653**	356.688	240.460	**83.735**	324.195
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Contas a receber	(a)		**458.982**	458.982		**483.437**	483.437
Aplicações financeiras vinculadas		21.937		21.937	18.899		18.899
Outros créditos		157	**7.771**	7.928	365	**6.875**	7.240
Depósitos judiciais		33.154		33.154	25.810		25.810
		55.248	**466.753**	522.001	45.074	**490.312**	535.386
Imobilizado	(b)	246.597	**(211.045)**	35.552	229.759	**(210.946)**	18.713
Intangível	(c)	1.913	**(1.770)**	143	2.280	**(2.232)**	48
		248.510	**(212.815)**	35.695	231.038	**(212.278)**	18.761
		303.758	**253.938**	557.696	276.112	**278.034**	554.147
TOTAL ATIVO		**560.793**	**353.591**	**914.384**	**516.573**	**361.769**	**878.342**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos		46.475		46.475	40.938		40.938
Fornecedores		28.969		28.969	22.480		22.480
Salários e obrigações sociais		33.181		33.181	29.637		29.637
Obrigações tributárias		5.672		5.672	22.111		22.111
Tributos diferidos		20.448		20.448	14.248		14.248
Ônus da concessão		6.973		6.973	6.597		6.597
Dividendos a pagar				-	6.354		6.354
Outras contas a pagar		4.630		4.630	5.158		5.158
		146.348	-	146.348	147.523	-	147.523
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos		61.886		61.886	54.172		54.172
Adiantamento de clientes	(a)		**235.477**	235.477		**201.206**	201.206
Tributos diferidos	(e)	(7.216)	**14.523**	7.307	(2.737)	**31.505**	28.768
Provisão para contingências	(f)	37.897		37.897	29.740		29.740
Obrigações sociais	(d)	16.871	**18.851**	35.722	8.539	**24.626**	33.165
Outras obrigações		7.935	**(4.346)**	3.589	6.071	**(4.348)**	1.723
		117.373	**264.505**	381.878	95.786	**252.988**	348.774
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social subscrito		139.420		139.420	139.420		139.420
(-) Capital a integralizar		(93.428)		(93.428)	(93.428)		(93.428)
Capital social realizado		45.992	-	45.992	45.992	-	45.992
Reservas de lucros		251.080		251.080	227.273		227.273
Ajustes de valores patrimoniais	(g)		**89.086**	89.086		**108.780**	108.780
Total do patrimônio líquido		**297.072**	**89.086**	**386.158**	**273.265**	**108.780**	**382.045**
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**560.793**	**353.591**	**914.384**	**516.573**	**361.769**	**878.342**

(a) Reclassificação de Receitas de Serviços e Instrumentos Financeiros correspondentes, bem como o Ônus sobre a concessão, nos termos da ICPC 01 – Contratos de Concessão, conforme exigindo a IFRIC 12; **(b)** Reclassificação de Imobilizado e Custos dos Serviços Prestados – ICPC 01; **(c)** Reclassificação de Intangíveis – ICPC 01; **(d)** Reconhecimento dos gastos de rescisão de pessoal de acordo com o princípio da competência – CPC 00; **(e)** Reclassificação de tributos diferidos em função da mudança de critério contábil para reconhecimento e mensuração das receitas e custos do contrato de concessão – ICPC 01; **(f)** Reconhecimento de contingência de acordo com o princípio da competência – CPC 00; **(g)** Nos termos do CPC 37 a conta de "Ajustes de valores patrimoniais" recebeu a contrapartida dos lançamentos contábeis de ajustes para harmonização às novas normas contábeis – ICPC 01.

Demonstração dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Conciliação BR GAAP - CPC Completos

Contas	Em 31 de dezembro de 2021 BR GAAP	Efeito da aplicação IFRS	CPC COMPLETOS	Em 31 de dezembro de 2020 BR GAAP	Efeito da aplicação IFRS	CPC COMPLETOS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS						
Receita bruta de serviços prestados	833.233	**(105.086)**	728.147	708.595	**(89.349)**	619.246
Receita Bruta de construção (ICPC 01)		**87.178**	87.178		**90.486**	90.486
Receita bruta de Revindicações		**(24.901)**	(24.901)		**20.506**	20.506
Receita bruta de vendas	6.384		**6.384**	4.061		4.061
Receita bruta total	**839.617**	**(42.809)**	**796.808**	**712.656**	**21.643**	**734.299**
Deduções da receita bruta	(120.133)	**2.544**	(117.589)	(101.838)	**(69)**	(101.907)
Receita operacional líquida	**719.484**	**(40.265)**	**679.219**	**610.818**	**21.574**	**632.392**
Custos dos serviços prestados	(501.898)	**7.578**	(494.320)	(448.570)	**(32.595)**	(481.165)
Ônus da concessão	(41.981)	**896**	(41.085)	(35.633)	**(57)**	(35.690)
LUCRO BRUTO	**175.605**	**(31.791)**	**143.814**	**126.615**	**(11.078)**	**115.537**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Administrativas e gerais	(30.061)	**654**	(29.407)	(33.459)	**199**	(33.260)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13.163	**(2.994)**	10.169	14.780	**7.021**	21.801
	(16.898)	**(2.340)**	(19.238)	(18.679)	**7.220**	(11.459)
Resultado Financeiro líquido	(16.651)		(16.651)	(9.065)		(9.065)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**142.056**	**(34.131)**	**107.925**	**98.871**	**(3.858)**	**95.013**
Contribuição social	(14.326)		(14.326)	(9.431)		(9.431)
Contribuição social diferida	1.186	**3.821**	5.007	432	**985**	1.417
Imposto de renda	(36.756)		(36.756)	(24.354)		(24.354)
Imposto de renda diferido	3.293	**10.616**	13.909	1.201	**2.735**	3.936
	(46.603)	**14.437**	(32.166)	(32.152)	**3.720**	(28.432)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**95.453**	**(19.694)**	**75.759**	**66.719**	**(138)**	**66.581**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO	**2,08**		**1,65**	**1,45**		**1,45**

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	75.759	66.581
Reconciliação do resultado com o caixa obtido nas operações:		
Ajuste de harmonização as IFRS (ICPC01)	19.694	138
Depreciação e amortização	2.734	15.804
Despesas financeiras	5.242	5.303
Despesas juros	14.270	7.219
Provisão para risco cível, fiscal e trabalhista	10.199	5.878
Provisão para perda no ativo imobilizado	-	(12.342)
Rendimentos com aplicações financeiras	(1.907)	(818)
Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível	2.986	5.464
	128.977	93.227
Aumento (diminuição) de ativos:		
Contas a receber	(11.941)	(9.750)
Títulos e contribuições compensáveis	(5.013)	2.827
Outros ativos	(12.910)	(51.805)
Aumento (diminuição) de passivos:		
Salários e obrigações sociais	11.876	8.103
Fornecedores	1.247	(7.033)
Obrigações tributárias	210	(4.960)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.928)	17.428
Ônus da concessão	376	679
Outros passivos	(706)	(745)
Caixa líquido gerado nas atividades Operacionais	**97.188**	**47.971**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado/intangível	(22.654)	(2.871)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(22.654)**	**(2.871)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(48.208)	(38.963)
Pagamento de juros	(12.180)	(7.144)
Empréstimos e financiamentos captados	59.369	73.796
Distribuição de dividendos	(78.000)	(44.850)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(79.019)**	**(17.161)**
Redução (Aumento) no caixa e equivalentes no exercício	**(4.485)**	**27.939**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	89.446	61.507
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	84.961	89.446
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(4.485)**	**27.939**

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

| | 31/12/2021 |

continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações individuais e consolidadas

Aos Diretores e Conselho de Administração da **Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas nesta seção e seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na seção a seguir, intitulada "ausência de reconhecimento de despesas com encargos sociais descritos na nota 2.III-a, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de março de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.III-a que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2020 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão financeira, dentre de suas principais atribuições, das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o de não detecção de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar relevante dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Anderson P. Constantino
Contador - CRC-1SP302726

Building a better working world

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária
INSTITUTO SOCIAL DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO EM INFORMÁTICA, inscrito no CNPJ/MF sob n. 29.208.827/0001-77, na Rua Latif Fakhouri, nº 646, 2º andar, Bairro Vila Santa Catarina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.367-010, através de sua presidente no exercício, Neusa Maria Correa Rocha, por meio do presente EDITAL e na forma de seu Estatuto Social, CONVOCA a todos os seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 18º e seguintes, do Estatuto Social, que se realizará na Rua Latif Fakhouri, nº 646, 2º andar, Bairro Vila Santa Catarina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.367-010:, na cidade de São Paulo/SP, em 05 de Maio de 2022 em 1ª convocação às 18h00, em 2ª convocação às 19h00, e em 3ª a última convocação às 20h00, para deliberar a seguinte **ordem do dia: I-** Dissolução voluntaria Associação Privada; **II-** Nomeação liquidante. São Paulo, 30 de março de 2022. Neusa Maria Correa Rocha - Presidente

---

Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.

CNPJ/ME nº 59.546.515/0001-34 - NIRE 35.212.627.367

Resolução de Única Sócia da Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.
(nos termos do artigo 1.072, § 3º, do Código Civil e artigo 6º do Contrato Social)

Grupo SBF S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7221, 1º, 2º e 3º andares, CEP 05425-902, Pinheiros, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.217.485/0001-11 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.390.458 ("Grupo SBF"), neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social por seus diretores, Srs. Gustavo de Lima Furtado, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 18.436.057-2, inscrito no CPF/ME sob o nº 292.785.458-05, e José Luis Magalhães Salazar, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 60.453.560 (IFP/RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 902.518.577-00, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Doutora Ruth Cardoso, 7221, 1º, 2º e 3º andares, CEP 05425-902, Pinheiros; Única sócia da sociedade empresária limitada **Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.**, com sede na Rua Werner Siemens, 111, Prédio 1, 1º e 2º pavimentos, Lapa de Baixo, CEP 05069-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.546.515/0001-34, com Contrato Social arquivado na JUCESP sob o NIRE 35.212.627.367, em sessão de 03 de novembro de 1994 ("Sociedade"); decide, neste ato, sem quaisquer restrições: **(i.)** aprovar a redução do capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo, no valor de R$ 88.141.574,00 (oitenta e oito milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais) nos termos do art. 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406/02, conforme alterada ("Código Civil"), mediante cancelamento de 88.141.574 (oitenta e oito milhões, cento e quarenta e uma mil, quinhentos e setenta e quatro) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, e a consequente restituição do valor das quotas ora canceladas à única sócia, passando o capital social da Sociedade de R$ 1.552.998.261,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e um reais) para R$ 1.464.856.687,00 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais), dividido em 1.464.856.687 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, oitocentas e cinquenta e seis mil, seiscentas e oitenta e sete) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional; **(ii.)** determinar que o pagamento da restituição do valor das quotas canceladas se dará mediante compensação dos valores antecipados a título de antecipação para futura redução de capital, nos termos de contrato celebrado entre a Sociedade e a Grupo SBF; **(iii.)** determinar que os administradores da Sociedade ficam encarregados de providenciar a publicação da presente resolução, em atendimento ao art. 1.084, § 1º, do Código Civil, para eventual oposição de credores. O presente instrumento particular é assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma. São Paulo, 30 de março de 2022. Única Sócia: **Grupo SBF S.A.** Por: Gustavo de Lima Furtado - Cargo: Diretor de Clientes; Por: José Luís Magalhães Salazar - Cargo: Diretor Financeiro.

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM nº 24902

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de A

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam convocados os acionistas da **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia ("AGOE" ou "Assembleia"), havendo quórum legal, a ser realizada em 29 de abril de 2022, as 09:30hrs. A Assembleia será realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), conforme alterada pela Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("ICVM 622"), para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** (i) Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; e (ii) Deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** (i) Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022 **Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos:** Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital Microsoft Teams, nos termos descritos no presente edital de convocação, através de link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se credenciarem previamente. Na forma do artigo 5º, parágrafo 3º, da ICVM 481, conforme alterada pela ICVM 622, considerando a necessidade de a adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail: ri@mitrerealty.com.br, com antecedência mínima de 2 dias em relação à data de realização da Assembleia **(ou seja, até o final do dia 27 de abril de 2022)**, para (a) realizar o depósito prévio de toda a documentação necessária para sua representação e participação na respectiva Assembleia; e (b) especificar o nome e documento de identificação da pessoa natural que atenderá remotamente à Assembleia. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2022 não poderão participar da Assembleia. Diante da realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, a Companhia esclarece que não será mantida qualquer estrutura na sede social para atendimento presencial de acionistas que desejarem participar da Assembleia. **Documentação de Representação**: Nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar da Assembleia dentro do prazo mínimo de antecedência descrito no item "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima, deverão apresentar: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante de participação na ações ação ordinária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406/2002, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins de esclarecimento, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, sempre que possível e conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. **Credenciamento e Participação dos Acionistas:** Após envio da documentação de representação necessária, os acionistas receberão convite com as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital Microsoft Teams. Visando a segurança da Assembleia, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente, nos termos deste Edital de Convocação. Os convites individuais com credenciais de acesso e instruções aplicáveis para participação na Assembleia serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação na forma referida no item "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, por meio dos convites individuais, os acionistas previamente credenciados ou seus representantes legais, nos termos da Lei das S.A. e regulamentação aplicável. Para eliminar o processo e conferir celeridade ao andamento da Assembleia, solicitamos que, caso o acionista não receba o referido convite individual para participação na Assembleia até às 17:00hrs do dia 28 de abril de 2022, referido acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 4810-0582, para que seja prestado o suporte adequado. A Companhia disponibilizará o acesso à plataforma digital aos acionistas através do referido telefone até 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 21-C da ICVM 481: (i) simplesmente participar da Assembleia, sem votar, conforme o Boletim de Voto a Distância; ou (ii) participar e votar na Assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, mas, ainda assim, queira votar na Assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio do Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Os acionistas que desejarem se manifestar durante algum momento da Assembleia, deverão avisar a sua intenção pelo chat e aguardar o momento da palavra lhe ser conferida durante o conclave. Ressalta-se que tanto os acionistas que optarem por votar por meio do Boletim de Voto a Distância quanto os acionistas que optarem por participar da Assembleia através da plataforma digital Microsoft Teams serão considerados presentes na Assembleia e assinantes da respectiva ata e livro de presença, nos termos da forma do artigo 21-V da ICVM 481. **Voto à Distância:** Nos termos da ICVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação a distância na Assembleia. O Boletim de Voto a Distância deverá ser encaminhado pelo acionista (i) diretamente à Companhia (por correio postal ou eletrônico) (ii) ao custodiante de acionista (caso as ações sejam depositadas em depositário central); ou (iii) à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários (Itaú Corretora de Valores S.A.), devendo, em qualquer dos casos, ser recebido até 7 (sete) dias corridos antes da data da Assembleia. Deverão ser observados os modelos disponibilizados pela Companhia, bem como as orientações constantes no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. **Instruções e Recomendações Gerais:** A Assembleia será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Será solicitado que o acionista ou seu bastante procurador previamente cadastrado apresente, por meio da câmera de vídeo, o documento de identificação previamente enviado para registro na Assembleia, e mostre seu rosto pela câmera do dispositivo digital. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação do seu acesso. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias ao controle da Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da plataforma digital. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo aqueles exigidos pela ICVM 481. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. **Jorge Mitre** - Presidente do Conselho de Administração.

CPQ Brasil S.A.

CNPJ nº 74.552.068/0001-10

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras completas e o relatório do auditor independente estão disponíveis em sua íntegra na página da rede mundial de computadores da CPQ Brasil S.A.: www.cpqbrasil.com.br/demonstrativos.htm

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	957	1.557
Aplicações financeiras restritas	-	-
Contas a receber de clientes	4.054	3.509
Estoques	3.495	3.134
Ativos relacionados a clientes	226	278
Impostos a recuperar	598	587
Despesas antecipadas	932	799
Outras contas a receber	462	381
Total do ativo circulante	10.724	10.245
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	-	-
Partes relacionadas	22.208	21.267
Ativos relacionados a clientes	194	359
Impostos a recuperar	3	11
Depósitos judiciais	65	1.424
Outras contas a receber	2	2
Despesas antecipadas	286	998
	22.758	24.062
Imobilizado	6.707	8.668
Intangível	1.573	1.589
Direito de Uso de Ativos	37.273	38.738
	45.553	49.015
Total do Ativo	68.311	73.077

Passivo e passivo a descoberto	2021	2020
Passivo circulante		
Fornecedores	3.944	4.524
Debêntures	2.487	692
Empréstimos e financiamentos a pagar	4.331	7.762
Impostos e contribuições a recolher	7.880	2.336
Tributos parcelados	398	1.150
Férias, encargos e bônus a funcionários	20.938	11.956
Passivo de arrendamento a pagar	15.297	14.133
Passivos relacionados a clientes	876	745
Outros passivos	9.539	9.482
IRPJ/CSLL a recolher	-	-
	65.690	52.780
Passivo não circulante		
Fornecedores	569	-
Debêntures	32.708	34.587
Empréstimos e financiamentos a pagar	17.686	17.494
Tributos parcelados	952	2.721
Provisão para contingências	879	1.263
Passivo de arrendamento a pagar	25.222	27.314
Passivos relacionados a clientes	4.602	5.577
Impostos diferidos	265	265
	82.883	89.221
Total do Passivo	148.573	142.001
Passivo a descoberto		
Capital social	12.839	12.839
Prejuízos acumulados	(92.377)	(71.518)
Total do passivo a descoberto	(79.538)	(58.679)
Total do passivo e patrimônio líquido	79.035	83.322

Demonstração de resultado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas de vendas		
Receita líquida de vendas	65.454	50.484
Custo dos produtos vendidos	(31.514)	(29.031)
Lucro bruto	33.940	21.453
Despesas com vendas	(12.100)	(17.687)
Despesas gerais e administrativas	(21.136)	(18.597)
Outras receitas operacionais	765	656
	(32.471)	(35.628)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.469	(14.175)
Despesas financeiras	(13.830)	(11.194)
Receitas financeiras	1.502	695
	(12.328)	(10.499)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	(10.859)	(24.674)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(81)
Prejuízo do período	(10.859)	(24.755)
Prejuízo básico e diluído por ação	(0.94)	(2.15)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.859)	(24.674)
Ajustes		
Depreciação e amortização	14.620	19.306
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	84	252
Juros e variações monetárias, líquidos	1.771	4.087
Reversão de provisão contingências	(383)	59
Amortização da passivos de contrato	(844)	(876)
Juros sobre passivo de arrendamento	2.731	3.282
Resultado na venda de ativo imobilizado	740	890
	7.860	2.227
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(629)	2.950
Estoques	(361)	216
Impostos a recuperar	(3)	128
Ativos relacionados a contrato de clientes	217	272
Despesas antecipadas e outros créditos	498	536
Depósito judicial	1.359	-
Fornecedores e outras contas a pagar	46	7.449
Férias, encargos e bônus a funcionários	8.982	5.323
Impostos a recolher	5.544	(443)
Tributos parcelados	(2.521)	711
Caixa gerado nas operações	20.992	19.369
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(2.498)	(2.401)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18.494	16.968
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimos para partes relacionadas	-	(1.793)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(528)	(950)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(528)	(2.743)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.125)	(7.959)
Pagamento de arrendamento	(15.029)	(19.127)
Captação de empréstimos e financiamentos	588	12.875
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(18.566)	(14.211)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(600)	14
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.557	1.543
No fim do período	957	1.557
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(600)	14

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Resultado do período	(10.859)	(24.755)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido de tributos	-	-
Resultado abrangente do período	(10.859)	(24.755)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de setembro de 2019 (reapresentado)	12.839	(46.763)	(33.924)
Prejuízo do período	-	(24.755)	(24.755)
Em 31 de dezembro de 2020	12.839	(71.518)	(58.679)
Prejuízo do período	-	(10.859)	(10.859)
Em 31 de dezembro de 2021	12.839	(82.377)	(69.538)

Opinião dos Auditores
Grant Thornton Auditores Independentes

Examinamos as demonstrações contábeis da CPQ do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 23 a Companhia e controladas, a Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incorreu em prejuízo no montante de R$ 10.859 mil e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R$ 54.966 mil e o patrimônio negativo de R$ 69.538 mil. A administração da Companhia elaborou um plano de continuidade operacional no qual leva em consideração entre outros aspectos novos canais de distribuição de produtos, o ajuste de recursos, entre outros aspectos. Dessa forma, a continuidade das operações da Companhia dependerá do sucesso no plano de continuidade operacional como vai se desdobrar os impactos da COVID-19 nas operações da Companhia. Esses fatos indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Ênfase: Transações com partes relacionadas** - Conforme Nota Explicativa nº 23, a CPQ Brasil S.A. possui registrado no ativo não circulante na rubrica partes relacionadas, o montante de R$ 22.208 mil, referente a transações decorrentes de contratos de mútuo com seu controlador. Essas transações foram contratadas e registradas de acordo com as condições definidas entre as partes e a Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diretoria
Alberto Carneiro Neto
Diretor-Presidente
Creuza Silva Brentel
Controller

Contadora
Adriana Raddatz Jónck
CRC SP-288887/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião PROCESSO **Nº 1000281-32.2020.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a). Vivian Labruna Cataneo na forma da Lei, FAZ SABER a(s) Angelina Marinelli Castelli, Espólio de Cesar Coste Ribeiro, Ivo de Mendonça, Maria José de Souza, Maria Thereza Marinelli Scavione, Esp. de Angelina Marinelli Castelli, reus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados bem como seus cônjuges e/ou sucessores que Rose Roberto Costa ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Doutor Miranda de Azevedo,52-Vila Ângio Brasile-ro, São Paulo-SP, 2607-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [9A,91]

CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A

CNPJ 14.898.814/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam V.Sas. convocados para a Assembleia Geral Ordinária do **CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A,** inscrita no CNPJ 14.898.814/0001-08 de acordo e nos termos do Artigo 7º, parágrafos 1 ao 3 do Estatuto Social e Medida Provisória no 931, de 30 março de 2020/Lei 14010 de 10 de junho de 2020, a qual será realizada em **29 de abril de 2022 terça feira**, às **14:30 horas através de videoconferência** na Sede da Administradora, na Rua José Ramon Urtiza, 975 - 2º Subsolo - Vila Andrade - São Paulo - SP - OPEN MALL PANAMBY, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I)Aprovação de Contas Exercício 2021; (II) Incremento de Capital, Acerto Allowance 2020; (III) Obras; (IV) Melhorias Operacionais; (V) Plano Estratégico; (VI) Comercialização; e (VII) Outros Assuntos de Interesse. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispõe a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. Dados para acesso a videoconferência - Zoom: https://us02web.zoom.us/j/82138558181?pwd=bGRVUzdzSjZXMVY5ajdWanp0UT109. ID da reunião: 821 3855 8181. Senha de acesso: 418678. A Administração.

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ/ME nº 00.242.184/0001-04 - NIRE 35.300.551.362 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma das disposições legais e do artigo 6º do Estatuto Social, são convocados os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da **Armac Locação, Logística e Serviços S.A.** ("Armac" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022, às 10h00, de modo exclusivamente virtual, via plataforma digital, com a seguinte ordem do dia: **a)** Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e vota r o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para destinação do lucro líquido e a distribu

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.456.140/0001-22

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

	Passivo Circulante Contas a pagar e outras obrigações (d)		Passivo não circulante Mútuos
	Mútuos	Outros	
Controladas:			
Intercement Financial Operation BV (b)	728.232	–	–
InterCement Brasil S.A.	–	772	–
InterCement Trading e Inversiones (c)	–	5.978	262.455
InterCement Portugal	–	1.283	–
Loma Negra	–	9.618	–
Outros	–	561	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	728.232	18.212	262.455
Saldos em 31 de dezembro de 2020	705.796	15.159	770.953

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue:

	Receitas (d)	Despesas (d)	Receita (despesa) de encargos financeiros
Afiliada:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	–	(721)	–
Controladas:			
InterCement Financial Operation BV (a) (b)	–	–	221.675
InterCement Trading e Inversiones (c)	–	(673)	(12.273)
InterCement Brasil	16.674	(11.831)	–
Intercement Portugal	–	(1.283)	44
Intercement South Africa	12.904	–	2
Loma Negra	33.402	(5.356)	(177)
InterCement Amreyah Company (d)	7.749	–	(59)
Amreyah Cement Company (d)	14.386	–	59
Cimentos de Moçambique	8.509	–	–
Outros	–	(1.134)	(167)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	93.624	(20.998)	209.104
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.595	(9.513)	290.807

(a) Ativo não circulante - InterCement Financial Operation BV: (i) Montante de R$1.010.562 (EUR159.873 mil) com juros de 2,5% ao ano, e vencimento em agosto de 2023. A Companhia considerou os saldos de juros como não circulante, por serem transações com sua controlada direta, cujo prazo de recebimento pode ser alterado ou postergado de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. Em 31 de Dezembro de 2021, o montante era de R$ 1.065.406 (EUR167.056 mil). (ii) Empréstimo de mútuo concedido em junho de 2020 à InterCement Austria Holdings GmbH no montante de R$2.987.078, sujeito a CDI mais juros de 3,75% ao ano, com vencimentos de juros semestrais e vencimento do principal em 08 de junho de 2027. Em decorrência da liquidação da controlada InterCement Austria Holding GmbH, foi firmado contrato de assunção de dívida em 18 de dezembro de 2020, onde a InterCement Financial Operation BV passou a ser a devedora. Em 30 de Setembro de 2021, InterCement Trading e Inversiones concedeu empréstimo à Companhia no montante de R$1.044.496, sendo esse empréstimo liquidado em 29 de novembro de 2021 através da cessão desse crédito pela InterCement Trading e Inversiones para InterCement Financial Operation BV como forma de compensação parcial de empréstimo de mútuo concedido em junho de 2020 concedido pela Companhia para a InterCement Financial Operation BV. Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo remanescente desse contrato é de R$1.976.667 (R$2.987.078 em 2020); (b) Passivo circulante - InterCement Financial Operation BV: Empréstimo de mútuo originado em 2020, com juros de 2,57% ao ano e vencimento final em 31 de março de 2022. Em 31 de Dezembro de 2021, o montante, incluindo juros, é de R$728.232 (EUR115.208). Em 2020, o saldo era de R$722.322 (EUR113.253). (c) O passivo não circulante com a InterCement Trading e Inversiones, refere-se a empréstimos de mútuo: (i) de R$218.933 (EUR34.635 mil) sujeito a Euribor mais juros de 3,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 07 de maio de 2024 (R$310.237 em 2020, equivalente a EUR56.000 mil); (ii) de R$25.258 (EUR3.996 mil), sujeito a Euribor mais juros de 3,6% ao ano, com parcelas anuais de juros e vencimento do principal em 23 de setembro de 2022 (R$25.708 em 2020, equivalente a EUR3.996 mil); e (iii) de R$18.264 (EUR2.889 mil) sujeito a Euribor mais juros de 3,6% ao ano, com parcelas anuais de juros, sendo a primeira em 04 de dezembro de 2021 e a última junto ao vencimento do principal em 04 de dezembro de 2023 (R$18.472 em 2020, equivalente a EUR2.889 mil). (d) Referem-se substancialmente a prestação de serviços de *know-how e management fees*. Remuneração dos administradores: O montante incorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$26.692 (R$10.409 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020), sendo: (a) R$20.078 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios (R$10.310 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020); e (b) R$6.614 referentes a benefícios de longo prazo (R$99 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Em 2021 foi concedido plano de incentivo de longo prazo aos administradores com início em 2021 e fim em 2024. Esse incentivo é baseado, substancialmente, no atingimento de indicadores financeiros e operacionais. A obrigação constituiva em 31 de dezembro de 2021 é de R$6.834.

7. Empréstimos e financiamentos

	Encargos anuais	Vencimento final	2021	2020
Empréstimo de capital de giro	100% CDI mais 3% a.a.	Novembro de 2022	**101.148**	–
Notas promissórias comerciais (i)	100% CDI mais 3% a.a.	Março de 2022	**106.487**	119.767
			207.635	119.767

(i) Em 16 de março de 2021, a Companhia liquidou o montante devido referente as Notas Promissórias Comerciais de serie única ao valor unitário de R$5.000 emitidas em março de 2020, e novas Notas Promissórias foram emitidas no montante de R$100.000 com vencimento em março de 2022. Conforme cláusulas restritivas contratuais, Companhia é requerida a manter o nível de endividamento líquido consolidado sobre LAJIDA ("EBITDA") ajustado consolidado menor do que 5x em 31 de dezembro de 2021. A Companhia cumpriu referido índice nessa data. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada como segue:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	119.767
Empréstimos e financiamentos obtidos	200.000
Apropriação juros	8.992
Pagamentos - juros	(6.124)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(115.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	207.635

8. Debêntures

	Encargos anuais	Vencimento final	2021	2020
Debêntures	100% CDI mais 3,75% a.a.	Junho de 2027	1.993.210	2.987.199
			1.993.210	2.987.199
Classificados no circulante - juros			16.544	10.533
Classificados no não circulante			1.976.666	2.976.666

Em 8 de junho de 2020, a Companhia emitiu 2.976.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R$1. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. As emissões das debentures incorreram gastos no montante de R$49.234 referentes a comissões bancárias que foram reconhecidas diretamente no resultado de 2020. O reconhecimento como despesa está de acordo com o CPC 48 que determina que quando um instrumento de dívida é contabilizado como uma extinção da dívida original, as taxas incorridas devem ser imediatamente reconhecidas como parte do ganho ou perda na extinção. O instrumento de dívida e garantias pelas ações da controlada indireta Loma Negra. As debêntures serão resgatáveis em maio de 2024, caso o Grupo não refinanciar as "Senior Notes" detidas pela controlada indireta da Companhia, InterCement Financial Operation BV. As debêntures possuem cláusulas restritivas que regem que em 31 de dezembro dos respectivos anos, a dívida líquida consolidada sobre o LAJIDA ("EBITDA") não ser inferior a 5,85x (2021), 5,35x (2022), 4,85 (2023), 3,85x (2024) e 3,35x (de 2025 a 2027). Em 31 de dezembro de 2021, as cláusulas restritivas foram cumpridas e a próxima mensuração ocorrerá somente em 31 de dezembro de 2022. Conforme mencionado na nota explicativa 6, item (a), em 30 de setembro de 2021, InterCement Trading e Inversiones concedeu empréstimo à Companhia no montante de R$1.044.496, sendo esse montante utilizado integralmente para liquidação antecipada parcial das debêntures detidas pela Companhia. A movimentação das debêntures é demonstrada como segue:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.987.199
Apropriação juros	213.506
Pagamentos - juros	(207.495)
Pagamentos	(1.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.993.210

Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

Período	
2023	341.240
2024	389.989
2025	487.487
2026	487.487
2027	270.463
Total	1.976.666

9. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A provisão para riscos é composta como segue:

	2021	2020
Tributários	16.032	15.587
Total	16.032	15.587

Refere-se a litígio sobre a cobrança de impostos sobre operações financeiras - IOF na compra e revenda de ações da InterCement Portugal ocorrida em 2014. A flutuação do período refere-se a juros e correção monetária apurados de acordo com a legislação vigente no Brasil. A Companhia possui incertezas tributárias em face da cobrança de IRPJ e CSLL no montante de R$1.282.327 (R$1.252.665 em 31 de dezembro de 2020), relativos ao ano-calendário de 2012, onde as autoridades fiscais questionam a existência de lucros auferidos no exterior que não teriam sido tributados. Os assessores jurídicos consideram o risco êxito mais provável do que o risco de perda *("more likely than not")*, portanto, não foi constituída provisão. **10. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social é de R$2.562.966, representado por 55.279.765 ações nominativas e sem valor nominal, das quais 52.920.764 são ações ordinárias e 2.359.001 são ações preferenciais classe A. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2020, os acionistas autorizaram a emissão de 30.233.325 ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de R$301.353, a qual foi integralmente subscrita e integralizada pela Mover Participações S.A. através da transferência para a Companhia de 131.719.000 ações da InterCement Portugal detidas pelo subscritor. O preço de emissão teve a seguinte destinação: R$30.135 para o capital social e R$271.218 destinados à conta "Reserva de capital". Reserva de capital - ações preferenciais: *Classe A:* As ações preferenciais (classe A) atribuem a seus titulares o direito ao recebimento de dividendos mínimos, não acúmulo de prejuízos, não têm direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia e podem ser resgatadas mediante deliberação do Conselho de Administração. Quaisquer obrigações e garantias contratuais são registradas no controlador; consequentemente, a Companhia não possui nenhuma obrigação contratual assumida com os detentores das ações preferenciais. Reserva de lucros: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ocorreram as seguintes movimentações: (a) Ganho na variação de participação referente as investidas Companhia de Mineração Candiota e InterCement Portugal, no montante de R$ 122 e R$ 7.095 respectivamente e perda na variação de participação referente a investida Loma Negra no montante de R$ 105.364 (vide nota explicativa 4); (b) Distribuição de dividendos aos acionistas detentores de ações preferenciais no montante de R$47.001, conforme deliberado na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de abril de 2021, tendo sido pagos em 7 de maio de 2021; (c) Constituição de Reserva Legal no montante de R$37.471, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, conforme legislação aplicável no Brasil. (d) Conforme recomendado pelo o Conselho de Administração em 16 de março de 2022, foi constituído Reserva Orçamentaria de Capital ("Reserva de Lucros") no montante de R$711.947. Essa reserva faz-se necessária em razão do atual nível de endividamento da Companhia, onde precisará de caixa para liquidação do custo da dívida, bem como do principal, nos próximos anos. Tal destinação deverá ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorreram as seguintes movimentações: (a) Ganho na variação de participação referente a investida Companhia de Mineração Candiota, no montante de R$1.643; (b) Conforme mencionado no item "Capital Social" acima, o aumento de capital pela controladora Mover Participações S.A. foi realizado mediante a transferência para a Companhia da sua participação indireta de 4,84% (131.719.069 ações) na InterCement Portugal anteriormente detidas pela C.C. Cimentos Luxembourg S.à.r.l. (subsidiária integral da Mover). Consequentemente, como a InterCement Portugal investe direta ou indiretamente na maioria dos segmentos e entidades da Companhia, tal mudança resultou em um aumento no patrimônio líquido atribuível à Companhia de R$119.086. O impacto líquido na rubrica "Transações com sócios" em "Reservas de capital" foi uma redução de R$182.268. Dividendos: Aos detentores de ações é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações. Entretanto, não foram propostos dividendos para os acionistas de ações ordinárias ou preferenciais em relação ao lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em razão do atual nível de endividamento da Companhia, conforme já comentado anteriormente, tendo sido constituído Reserva de orçamento de capital. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucro no exercício.

11. Imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	742.414	42.418
Alíquotas (15% para imposto de renda, mais adicional de 10%, e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(252.421)	(14.422)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivo:		
Equivalência patrimonial	265.981	(1.278)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	612	(173)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos ou revertidos	(7.168)	(39.209)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	7.004	(55.082)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9.721)	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	16.725	(55.082)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	7.004	(55.082)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, até o limite considerado passível de realização. O saldo do imposto de renda e a contribuição social diferidos não constituídos somam R$1.202 (R$4.276 em 2020). Em 31 de Dezembro de 2021, ativos diferidos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias foram integralmente constituídos, visto ser considerado passível de realização integral. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	2021	2020
No ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	19.296	26.613
Provisão de participações nos lucros do exercício	3.920	3.505
Provisão remuneração variável de longo prazo	2.323	–
Provisão para contingências	5.451	5.300
Provisão de serviços prestados	3.019	6.152
Outros	400	7
Total do ativo	34.409	41.577
No passivo:		
Variação cambial	114.696	138.589
Total do passivo	114.696	138.589
Total líquido classificado no passivo não circulante	80.287	97.012

12. Receita líquida de serviços:

	2021	2020
Serviços prestados	93.624	38.595
Impostos sobre os serviços prestados	(2.341)	(258)
Total	91.283	38.337

13. Natureza das despesas na demonstração de resultados: As informações sobre a natureza das despesas são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Serviços de terceiros	(24.368)	(40.125)
Salários e benefícios a empregados	(64.093)	(52.631)
Amortização	(1.599)	(1.865)
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	–	(15.587)
Despesas tributárias	(735)	(3.165)
Outras despesas	(6.434)	(2.753)
Total	(97.229)	(116.126)

14. Resultado financeiro:

	2021	2020
Variação cambial:		
Receita com variação cambial (a)	321.279	382.087
Despesa com variação cambial (a)	(321.237)	(195.759)
Total	42	186.328
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	599	1.467
Juros sobre operações com partes relacionadas (b)	235.022	110.550
Outras	41	48
Total	235.662	112.065
Despesas financeiras:		
Juros sobre operações com partes relacionadas	(40.892)	(11.540)
Despesa com juros e encargos	(222.320)	(100.236)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(3.021)	(11.659)
Variação monetária de contingências tributárias	(445)	(866)
Gasto com emissão de debêntures (c)	–	(49.234)
Outras	(2.962)	(892)
Total	(269.640)	(174.427)

(a) Refere-se substancialmente, as flutuações nas taxas de câmbio, dos empréstimos de mútuos atrelados a moeda estrangeira, conforme nota explicativa 6. (b) Refere-se substancialmente a juros dos contratos de mútuos, conforme mencionado na Nota explicativa nº 6 e o montante bruto reduzido de Pis/Cofins incididos sobre os juros com partes relacionadas no montante de R$14.932 (R$5.465 em 2020). (c) Refere-se as comissões bancárias incorridas na emissão das debentures, vide nota 8.

15. Resultado por ação: O quadro a seguir demonstra a reconciliação do prejuízo de cada período com os montantes utilizados para cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	749.418	(12.664)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído às ações ordinárias	749.418	(12.664)
Média ponderada de ações ordinárias	52.920.764	25.206.883
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação ordinária (em Reais)	14,16	(0,50)

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas que poderiam ser exercidas por ação. **16. Seguros:** O Grupo é coberto por seguradora internacionalmente reconhecida através de contrato guarda-chuva. Esse contrato prevê cobertura a todo o sinistro em propriedades, estoques e lucros suspensos com indenização limite de até R$920.247 (€150.000 mil) e risco de terceiros até R$158.023 (€25.000 mil). As controladas na área de negócio na Argentina e Brasil têm política de cobertura de seguros para risco de terceiros e estoques de acordo com a avaliação da Administração. O escopo do trabalho de auditoria não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, o qual é determinada pela Administração e é considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros. **17. Avais e fianças:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia forneceu fianças às suas controladas para assegurar o cumprimento integral das obrigações decorrentes da dívida financeira até o montante de aproximadamente R$6.088 (R$8.252 em 2020). **18. Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos, quando necessário. Essas contratações são apresentadas pela Companhia em suas informações consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") e apresentadas em dólares americanos (vide nota 2.1); portanto, essa nota explicativa deve ser analisada em conjunto com essas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais são apresentadas para atendimento da Instrução Normativa CVM 480. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos captados pelas controladas, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, dessas controladas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados). **18.2. Administração dos riscos financeiros:** A Diretoria da área de Tesouraria Corporativa gerencia os riscos financeiros, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros, monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, dentre os riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez. **18.3. Categorias de instrumentos financeiros:** A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. As categorias dos instrumentos financeiros e níveis de hierarquia são como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros - custo amortizado		
Partes relacionadas (Nota 6)	3.039.080	4.101.868
Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa (nível 2) (Nota 3)	12.797	18.310
Passivos financeiros - custo amortizado		
Fornecedores	10.754	10.033
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	207.635	119.767
Debentures (Nota 8)	1.993.210	2.987.199
Partes relacionadas (Nota 6)	1.008.899	1.087.898

18.4. Exposição a riscos de taxas de juros: A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às taxas de juros nas aplicações financeiras que são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI e do Sistema Especial de Liquidação e nas Debentures e notas promissórias. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Ativo:		
CDI	1.989.464	3.005.388
Total do ativo	1.989.464	3.005.388
Passivo:		
CDI	(2.200.845)	(3.107.166)
Total do Passivo	(2.200.845)	(3.107.166)
Exposição líquida	(211.381)	(101.778)

18.5. Exposição a riscos de taxas de câmbio: A Companhia está exposta a taxas de câmbios, principalmente relacionados a desvalorização do Real frente ao EUR. A exposição está demonstrada abaixo:

	2021	2020
Exposição ao EUR		
Ativo:		
Partes relacionadas (EUR159.873 mil)	1.010.562	1.065.406
Passivo:		
Partes relacionadas (EUR156.728 mil)	(990.687)	(1.076.738)
Exposição líquida	19.875	(11.332)

18.6. Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a variações do CDI é conforme segue:

Operação	Risco	Cenários 1	2	3
Exposição a índices variáveis				
CDI	Aumento do índice	2.114	4.228	6.341

Os cenários 1, 2 e 3 demonstram o impacto no resultado financeiro caso haja um aumento da taxa CDI de 1%, 25% e 3%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a variações cambial do euro é conforme segue:

Operação	Risco	Cenários 1	2	3
Exposição a risco cambial				
Euro	Desvalorização do real	999	1.992	2.986

Os cenários 1, 2 e 3 demonstram o impacto no resultado da Companhia caso ocorra uma desvalorização da moeda brasileira (Real - R$) frente ao EURO de 5%, 10% e 15%, respectivamente. **19. Evento subsequente:** Pagamento de juros de títulos: Em 17 de Janeiro de 2022, a subsidiaria integral InterCement BV, pagou juros das Senior Notes no valor líquido de R$88.434 (US$15.847 mil). Pagamento de empréstimos: Em 31 de Janeiro de 2022, a subsidiaria integral InterCement Trading Inversiones liquidou empréstimo no montante de R$78.127 (US$14.000 mil) e a unidade de negócio de Moçambique liquidou empréstimo no montante de R$32.651 (US$5.851 mil). Refinanciamento Notas Promissórias: Em 23 de março de 2022, a Companhia emitiu novas Notas Promissórias no montante de R$70.000, com vencimento em março de 2023 e taxas de juros anuais de 100% CDI + 3%. Adicionalmente, a Companhia liquidou as Notas Promissórias no montante de R$100.000 emitidas em março de 2021. Contrato de mútuo com controlada indireta - InterCement Brasil S.A.: Em 15 de março de 2022, a Companhia (tomador) assinou um contrato de mútuo com sua controlada indireta InterCement Brasil S.A. (cedente) na modalidade de "revolving" com um limite de crédito de até R$100.000, podendo ser utilizado ao longo do tempo e reutilizado à medida que o saldo em dívida for reembolsado. O valor do crédito concedido nesta data foi de R$30.000. A taxa de juros é de 100% da taxa DI, acrescida da taxa equivalente a 3,85% ao ano, com vencimento em 15 de março de 2023. **20. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras:** Na reunião da Diretoria realizada em 28 de março de 2022, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

CAIO ISMAEL DE CAMPOS SILVA - CRC 1SP257072/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
InterCement Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da InterCement Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da InterCement Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para o planejamento de auditoria apropriado às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações feitas nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, incluindo as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC-1SP246234/O-0

EY Building a better working world

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1121524-06.2021.8.26.0100 A MM². Juíza de Direito da 28ª Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. PAYVA PORTO DOS SEIS MIRANDA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a terceiros e eventuais interessados que Martin Christoph Bosshart, CPF 059.580.288-01, RNE W217004-E, ajuizou Ação de Procedimento Comum, objetivando a administração provisória do Lar Comunitário São Gabriel, CNPJ 55.218.317/0001-90, com sede à Rua Marituba, 137, Chácara Monte Alegre, São Paulo, SP, até que os atos sociais sejam devidamente registrados. Estando os terceiros e eventuais interessados em lugar ignorado, expede-se o edital, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, contestem(m) o feito, sob pena de confissão e revelia, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0005284-14.2022.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Fundação São Paulo. Executado: Pedro Gadelha. Juíza de Direito: Ágatha Brenda de Jesus Mattle. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0005284-14.2022.8.26.0100. O Dr. Antonio Carlos Santoro Filho, Juiz de Direito da 45ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Priscila Ágatha Brenda de Jesus Mattle (CPF: 280.500.288-10), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora do Centro Universitário Anhanguera - UNIFAI, converteu- se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial de quantia de R$ 14.854,14 (fevereiro de 2022). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 25/03/2022. 31/03 e 01/04/2022

EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1011708-54.2019.8.26.0005**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Mútuo. Requerente: Banco Bradesco S/A. Executado: Pedro Gadelha de Lima Neto. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011708-54.2019.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULO DE TARSO DA SILVA PINTO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) PEDRO GADELHA DE LIMA NETO, Brasileiro, Divorciado, Empresário, RG 53092562, CPF 928.332.524-48, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a cobrança da dívida no valor de R$ 60.100,25 (mês 07/2019), representada pelo instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças, nº 35784/9115, datado de 29/11/2018, que deverá ser atualizada na data do efetivo pagamento. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL para que, em (30(trés) dias, pague a dívida atualizada, acrescida de honorários advocatícios. No

MAGLIANO INVEST 1957

Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ (MF) 61.723.847/0001-96

Demonstrações Financeiras no semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores em R$ 1.000)

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/21	31/12/20
Ativo/Circulante		**2.499**	**1.931**
Disponibilidades	**4**	**2.469**	**1.875**
Outros ativos		**30**	**56**
Outros créditos - Diversos	**8**	30	54
Despesas antecipadas		–	2
Não Circulante		**77**	**2.495**
Instrumentos Financeiros		**–**	**2.351**
Títulos e valores mobiliários	**5**	–	2.351
Imobilizado De Uso	**9**	**54**	**90**
Outras imobilizações de uso		2.966	2.966
(Depreciações acumuladas)		(2.912)	(2.876)
Intangível	**10**	**23**	**54**
Ativos Intangíveis		183	183
(Amortização acumulada)		(160)	(129)
Total do Ativo		**2.576**	**4.426**

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/21	31/12/20
Passivo/Circulante		**268**	**546**
Instrumentos Financeiros		**28**	**26**
Depósitos	**6**	28	–
Negociação e intermediação de valores	**7**	–	26
Outros Passivos		**240**	**520**
Fiscais e previdenciárias	**11**	101	405
Diversas	**12**	139	115
Patrimônio Líquido		**2.308**	**3.880**
Capital:	**14**	40.668	38.668
De Domiciliados no país		40.668	38.672
(Redução de Capital)		–	(4)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	(16)
(Prejuízos acumulados)		(38.360)	(34.772)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.576**	**4.426**

Demonstrações Financeiras

	2º Sem/21	31/12/21	31/12/20
Receitas de Intermediação Financeira	**57**	**87**	**163**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	57	87	163
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**57**	**87**	**163**
Outras Receitas/ Despesas Operacionais	**(2.010)**	**(3.675)**	**(4.395)**
Receitas de prestação de serviços	**17.a**	6	6	114
Despesas de pessoal	**17.b**	(902)	(1.797)	(2.312)
Outras despesas administrativas	**17.c**	(934)	(1.654)	(2.778)
Despesas tributárias	**17.d**	(154)	(206)	(200)
Despesas com provisões		–	–	6
Outras receitas operacionais	**17.e**	3	5	801
Outras despesas operacionais		(29)	(29)	(26)
Resultado Operacional		**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	**15**	**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício		**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Nº de ações		**27.889.500**	**27.889.500**	**18.398.232**
Prejuízo por ação (R$)		**(0,07)**	**(0,13)**	**(0,230)**

Demonstrações do Resultados Abrangentes

	2º Sem/21	31/12/21	31/12/20
Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício	**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Resultado Abrangente	**27**	**16**	**(26)**
Ajustes que serão transferidos para resultados:	27	16	(26)
Ajuste TVM	27	16	(26)
Resultado Abrangente Total	**(1.926)**	**(3.572)**	**(4.258)**

Demonstrações Do Resultados Notas

	2º Sem/21	31/12/21	31/12/20
Receitas de Intermediação Financeira	**57**	**87**	**163**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	57	87	163
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**57**	**87**	**163**
Outras Receitas/ Despesas Operacionais	**(2.010)**	**(3.675)**	**(4.395)**
Receitas de prestação de serviços	**17.a**	6	6	114
Despesas de pessoal	**17.b**	(902)	(1.797)	(2.312)
Outras despesas administrativas	**17.c**	(934)	(1.654)	(2.778)
Despesas tributárias	**17.d**	(154)	(206)	(200)
Despesas com provisões		–	–	6
Outras receitas operacionais	**17.e**	3	5	801
Outras despesas operacionais		(29)	(29)	(26)
Resultado Operacional		**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	**15**	**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício		**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Nº de ações		**27.889.500**	**27.889.500**	**18.398.232**
Prejuízo por ação (R$)		**(0,07)**	**(0,13)**	**(0,230)**

Demonstrações Do Fluxos de Caixa (Método Indireto)

	2º/Sem/21	31/12/21	31/12/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre e exercício	**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	32	67	73
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	–	–	(6)
	(1.921)	(3.521)	(4.165)
Variação de Ativos e Obrigações	2.446	2.115	61
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	2.398	2.367	(76)
(Aumento) redução de outros ativos	40	26	964
(Aumento) redução de outros valores e bens	–	–	4
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	1	2	–
Aumento (redução) em outros passivos	7	(280)	(831)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**525**	**(1.406)**	**(4.104)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	–	–	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**–**	**(1)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	–	2.000	–
Pagamentos pela redução de capital	–	–	(4)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**–**	**2.000**	**(4)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**525**	**594**	**(4.109)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.944	1.875	5.984
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	2.469	2.469	1.875

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Redução de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Semestre de 01/07/21 a 31/12/21					
Saldos no Início do Semestre em 01/07/21	40.672	(4)	(27)	(36.407)	4.234
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	–	–	27	–	27
Prejuízo do semestre	–	–	–	(1.953)	(1.953)
Destinações:	(4)	4	–	–	–
Reserva Legal/Estatutária	(4)	4	–	–	–
Saldos no Fim do Semestre em 31/12/21	40.668	–	–	(38.360)	2.308
Mutações do Semestre:	(4)	4	27	(1.953)	(1.926)
Exercício de 01/01/20 a 31/12/21					
Saldos no Início do Exercício em 01/01/21	38.672	(4)	(16)	(34.772)	3.880
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	–	–	16	–	16
Aumento de capital	2.000	–	–	–	2.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(3.588)	(3.588)
Destinações:	(4)	4	–	–	–
Reserva Legal/Estatutária	(4)	4	–	–	–
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/21	40.668	–	–	(38.360)	2.308
Mutações do Exercício:	1.996	4	16	(3.588)	(1.572)
Exercício de 01/01/20 a 31/12/20					
Saldos no Início do Exercício em 01/01/20	38.672	–	10	(30.540)	8.142
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	–	–	(26)	–	(26)
Redução de capital	–	(4)	–	–	(4)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(4.232)	(4.232)
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/20	38.672	(4)	(16)	(34.772)	3.880
Mutações do Exercício:	(4)	(26)	(4.232)	(4.262)

Demonstrações do Fluxos de Caixa (Método Indireto)

	2º/Sem/21	31/12/21	31/12/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre e exercício	**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	32	67	73
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	–	–	(6)
	(1.921)	(3.521)	(4.165)
Variação de Ativos e Obrigações	2.446	2.115	61
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	2.398	2.367	(76)
(Aumento) redução de outros ativos	40	26	964
(Aumento) redução de outros valores e bens	–	–	4
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	1	2	–
Aumento (redução) em outros passivos	7	(280)	(831)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**525**	**(1.406)**	**(4.104)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	–	–	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**–**	**(1)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	–	2.000	–
Pagamentos pela redução de capital	–	–	(4)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**–**	**2.000**	**(4)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**525**	**594**	**(4.109)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.944	1.875	5.984
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	2.469	2.469	1.875

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), foi constituída em 15 de outubro de 1968, por seu sócio fundador Raymundo Magliano, o qual era corretor membro da Bolsa Oficial de Valores de São Paulo, desde 1927 recebendo o título membro de nº 1 quando da transformação para Bolsa de Valores de São Paulo. Ao longo dessas 94 anos de atuação no mercado financeiro, a Corretora por meio de seus fundadores e acionistas, procurou elevar cada vez mais o nível de profissionalismo, transparência e divulgação do mercado de valores mobiliários. A Corretora busca a constante aperfeiçoamento e expansão no mercado de valores mobiliários por meio dos diversos programas de divulgação e promoção junto ao público. A Corretora tem por objeto social operar em bolsa de valores, de mercadorias e de futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros e exercer demais atividades permitidas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em julho de 2018 firmamos o acordo operacional com a GUIDE INVEST, realizamos a primeira operação de migração da carteira de clientes, e que foi considerada positiva tanto pela Magliano Corretora como pela Guide Invest. Em 12 de setembro de 2019, a Magliano Corretora assinou a segunda parte da operação com a Guide Invest, já previsto no Acordo Operacional anterior. Para essa segunda operação, a carteira remanescente de clientes e os fundos/clubes/carteiras foram migrados para a Guide Invest no segundo semestre de 2019. Com a migração da segunda operação, todas as atividades operacionais geradora de caixa foram migradas para a Guide Invest, a Magliano Corretora atualmente encontra-se em atividade operacional geradora de receita, porém cumpre rigorosamente com suas obrigações acessórias junto aos reguladores, com o propósito de que, esteja apta à realização da alienação da sua estrutura remanescente. Conforme informações veiculadas em diversas mídias, em julho de 2020 a Corretora foi adquirida pela empresa Neon Pagamentos ("NEON"), uma fintech voltada ao segmento financeiro e de capitais, que conta com potenciais investidores, que apesar de ter pouco tempo de criação, conta com uma base de clientes na ordem de 9 milhões de contas digitais. Esse número representa 3 vezes o número de investidores vinculados a B3 atualmente. A filosofia da NEON em atender as camadas C e D da sociedade agradou aos sócios da Corretora, que vislumbrou a possibilidade de ver um antigo sonho ter continuidade. O sócio majoritário **Raymundo Magliano Filho,** que quando presidente da antiga BOVESPA, implantou o programa **"Bolsa Ame Você"**, visitando na ocasião diversas fábricas e locais públicos com o intuito de levar conhecimento, educação e acesso ao ambiente de negociação, quebrando a mística de que a "BOLSA é um local para poucos". Neste sentido, a continuidade operacional da Corretora está sujeita aos planos e estratégias a serem definidos pela nova administração da Corretora, sendo que, o processo de transferência do controle acionário foi aprovado pelo BACEN, conforme descrito nos atos explicativos nº 20.3. **Eventos:** Em 30 de abril de 2020 houve a cisão parcial da Corretora, com acervo líquido à nova Sociedade a ser constituída, reduzindo o capital social de R$38.672 para R$38.668, sendo que o montante de R$ 4 foi destinado para a nova Sociedade constituída denominada "RMagli Participações Ltda.". Em 15 de julho de 2021 o Banco Central do Brasil aprovou o cancelamento da autorização para realizar operações no mercado de câmbio; e a mudança da denominação social para Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Em 14 de fevereiro de 2022 o Banco Central do Brasil aprovou a eleição de membros da diretoria, bem como a mudança de denominação social para Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. Em 15 de fevereiro de 2022 foi aprovada pelo Banco Central do Brasil a transferência de controle societário da Magliano S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários para os Senhores Pedro Henrique de Souza Corrade, Jean Martin Sigrist Júnior e Norberto Lanzara Giangrande Júnior. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), quando aplicáveis, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular BACEN nº 3.959/19. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável, "impairment" de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em real foram convertidas em mil reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Corretora em 07 de março de 2022. **3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a) Apuração de resultado** - O regime de apuração do resultado e o de competência. **b) Disponibilidades** - As disponibilidades são representadas por recursos em moeda nacional, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas pelo valor de aquisição e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são classificados em suas respectivas categorias de acordo com a intenção da Administração: em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os títulos classificados na categoria "para negociação", são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado. Os classificados na categoria "disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os ajustes de avaliação são registrados até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratados. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período. **e) Negociação e intermediação de valores -** E demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. **f) Imobilizado de uso -** O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base nos parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para "Sistema de Processamento de Dados e Transportes"; e, 10% a.a. para as demais contas. O intangível está representado por "Software" sendo amortizado à taxa de 20% a.a. **g) Demais ativos circulantes e não circulantes -** Os demais ativos são registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **h) Demais passivos circulantes e não circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. As provisões são reconhecidas no balanço quando: Há uma obrigação legal, ou constituída, como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i) Provisão para imposto de renda e contribuição social -** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro que exceder a R$ 240 mil ano. E, a provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Não foram reconhecidos créditos sobre prejuízos fiscais ou adições temporárias em atendimento à Resolução 3.059/02 do BACEN. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais -** As contingências ativas e passivas e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias são demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e constitucionalidade de impostos tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente, da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a Administração julgar que a realização da receita quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. **k) Resultado por Ações -** Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/21	31/12/20
Disponibilidades	**2.469**	**1.875**
Depósitos bancários	2.466	1.836
Reservas livres	3	39
Total caixa e equivalentes de caixa	**2.469**	**1.875**

5. Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários estão classificados em "Títulos Disponíveis para Venda", demonstrados a:

	Vencimento	31/12/21 Valor custo	31/12/21 Valor de mercado	31/12/20 Valor custo	31/12/20 Valor de mercado
Longo Prazo					
Carteira Própria		–	–	2.367	2.351
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2025	–	–	**2.367**	**2.351**
Vinculados ao Banco Central		–	–	–	–
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2025	–	–	–	–
Total				**2.367**	**2.351**

Em 31 de dezembro de 2021 a corretora não possuía saldo de títulos disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2020, demonstramos os saldos ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda no montante de R$ 16 e foram reconhecidos em contrapartida no patrimônio líquido. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve realizações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a corretora não realizou transações com títulos classificados na categoria "Títulos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Corretora não possui posição em margem de garantia. **6. Depósitos -** Em 31 de dezembro de 2021 os Depósitos estão representados por recursos disponíveis de clientes no montante de R$ 28. **7. Negociação e intermediação de valores:**

	Créditos 31/12/21	Créditos 31/12/20	Obrigações 31/12/21	Obrigações 31/12/20
Devedores/credores - conta liquidação	–	–	–	–
pendentes	–	–	–	26
As negociações e intermediações de valores correspondem às operações realizadas em ações				

ceiras realizadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa Balcão especificamente as operações efetuadas nos três últimos preços e sem liquidadas em D+1 e D+2. **8. Outros créditos diversos:**

	31/12/21	31/12/20
Circulante		
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	–	32
Impostos e contribuições a compensar	30	22
	30	**54**

9. Imobilizado de uso:

	Taxa deprec.	31/12/21 Custo corrigido	31/12/21 Depreciação acumulada	31/12/21 Imobilizado líquido	31/12/20 Imobilizado líquido
Instalações	10%	258	(254)	4	7
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.192	(1.158)	34	56
Sistema de comunicação	10%	238	(236)	2	–
Sistema de processamento de dados	20%	1.267	(1.253)	14	25
Sistema de segurança	10%	11	(11)	–	2
		2.966	**(2.912)**	**54**	**90**

Demonstrações Do Resultados Notas

	2º Sem/21	31/12/21	31/12/20
Receitas de Intermediação Financeira	**57**	**87**	**163**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	57	87	163
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**57**	**87**	**163**
Outras Receitas/ Despesas Operacionais	**(2.010)**	**(3.675)**	**(4.395)**
Receitas de prestação de serviços	**17.a**	6	6	114
Despesas de pessoal	**17.b**	(902)	(1.797)	(2.312)
Outras despesas administrativas	**17.c**	(934)	(1.654)	(2.778)
Despesas tributárias	**17.d**	(154)	(206)	(200)
Despesas com provisões		–	–	6
Outras receitas operacionais	**17.e**	3	5	801
Outras despesas operacionais		(29)	(29)	(26)
Resultado Operacional		**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	**15**	**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício		**(1.953)**	**(3.588)**	**(4.232)**
Nº de ações		**27.889.500**	**27.889.500**	**18.398.232**
Prejuízo por ação (R$)		**(0,07)**	**(0,13)**	**(0,230)**

10. Intangível:

	Custo corrigido	31/12/21 Amortização acumulada	31/12/21 Intangível líquido	31/12/20 Intangível líquido
Software	183	(160)	23	54
	183	**(160)**	**23**	**54**

Outros ativos intangíveis correspondem às licenças de uso de softwares diversos adquiridos, quando passou a vigorar a Carta Circular nº 3.357 que restringe o registro destes valores no ativo diferido.

11. Fiscais e previdenciárias:

Curto prazo	31/12/21	31/12/20
IRRF sobre folha de pagamento	45	27
INSS	40	38
FGTS	4	4
IRRF sobre renda fixa	–	329
Demais impostos e contribuições	12	7
	101	**405**

As obrigações fiscais e previdenciárias referem-se aos impostos e contribuições sobre o lucro e as retenções sobre fornecedores, clientes e terceiros a serem recolhidos de acordo com os prazos previstos nas legislações vigentes.

12. Obrigações diversas:

Curto prazo	31/12/21	31/12/20
Provisão trabalhista	84	78
Provisões administrativas	54	15
Credores diversos	1	22
	139	**115**

13. Contingências: 13.1. Contingências prováveis: Os processos judiciais que foram classificados como prováveis de ocorrência, no valor de R$ 80,38 saldo em 31 de dezembro de 2019, foram baixados no primeiro semestre de 2020 conforme deliberação da AGE de 30/04/2020, este processo foi transferido na redução de capital do acervo cindido sobre a cisão parcial da Corretora (vet Nº 1 - Eventos). **13.2. Contingências possíveis:** Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Corretora não era parte em ações de natureza civel, fiscal e trabalhista envolvendo riscos de perda possíveis, bem como, não existem como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. **14. Patrimônio Líquido - a) Capital social:** O capital social é de R$ 40.668 (R$ 38.668 em 31 de dezembro de 2020), divididos em 27.889.500 ações ordinárias e 9.199.116 ações preferenciais (18.398.232 ações, sendo 9.199.116 ações ordinárias e 9.199.116 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital. Em 08 de abril de 2021 foi deliberada pelos acionistas a alteração do Capital social de R$ 38.668 para R$ 40.668, no montante de R$ 2.000 mediante a subscrição de 9.491.268 novas ações. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 01 de julho de 2021. Em 30 de abril de 2020 houve a cisão parcial da Corretora, com acervo líquido à nova Sociedade a ser constituída, reduzindo o capital social de R$40.384 para R$38.668, sendo que o montante de R$ 4 foi destinado para a nova Sociedade constituída denominada "RMagli Participações Ltda." **15. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social: Composição das contas de resultado:**

Descrição	IRPJ de 31/12/21	CSSL de 31/12/21	IRPJ de 31/12/20	CSSL de 31/12/20
Resultado antes dos impostos	**(3.588)**	**(3.588)**	**(4.232)**	**(4.232)**
Adições				
Desp. refeição/cartão crédito diretores	–	–	2	2
Doações indedutíveis	–	–	20	20
Doações filantrópicas - excesso de limite	–	–	5	5
Despesas benefícios e gratificações a Diretores	62	–	60	–
Outras despesas não dedutíveis	–	–	23	23
Atualização depósitos fiscais contingentes	–	–	5	5
Exclusões				
Reversão de provisões de devedores duvidosos	–	–	(5)	(5)
Atualização de depósitos judiciais	–	–	(5)	(5)
Apropriação de gastos com diferidos	(55)	(55)	(55)	(55)
Prejuízo fiscal do período	**(3.581)**	**(3.643)**	**(4.182)**	**(4.242)**

Em 31 de dezembro de 2021 a Corretora apresentou prejuízo fiscal no montante de R$ 38.296 (R$ 34.715 em 31 de dezembro de 2020), e base negativa da contribuição social no montante de R$ 38.685 (R$ 35.042 em 31 de dezembro de 2020), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras em virtude da ausência de histórico de rentabilidade exigidos pela Resolução 3.355/06. **16. Transações com partes relacionadas - Remuneração do pessoal-chave da Administração.** A remuneração Mês de pessoal-chave da Administração para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 795 (R$ 765 em 31 de dezembro de 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo. **17. Demonstração do resultado: a) Receitas de prestação de serviços:** São representadas por:

	2º semestre/21	31/12/21	31/12/20
Administração de fundos de investimentos/cotas performance	–	–	113
Comissões de colocação de títulos	6	6	1
	6	**6**	**114**

b) Despesas de pessoal: São representadas por:

	2º semestre/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de honorários	(432)	(795)	(765)
Despesas de benefícios	(47)	(170)	(558)
Despesas de encargos sociais	(181)	(343)	(384)
Despesas de proventos	(242)	(489)	(603)
Despesas de remuneração de estagiários/treinamentos	–	–	(2)
	(902)	**(1.797)**	**(2.312)**

c) Outras despesas administrativas: São representadas por:

	2º semestre/21	31/12/2021	31/12/20
Despesas de energia e gás	–	–	(2)
Despesas de aluguel	(8)	(14)	(131)
Despesas de comunicação	(157)	(295)	(282)
Despesas de processamento de dados	(150)	(317)	(456)
Despesas de promoções e relações públicas	–	(40)	(7)
Despesas com publicações	(20)	(66)	–
Despesas do sistema financeiro	(29)	(61)	(85)
Despesas de serviços técnicos especializados	(491)	(683)	(1.176)
Outras despesas administrativas	(57)	(111)	(368)
Despesas de amortização e depreciação	(32)	(67)	(73)
	(934)	**(1.654)**	**(2.778)**

d) Despesas tributárias: São representadas por:

	2º semestre/21	31/12/21	31/12/20
Despesas de ISS	–	–	(9)
Despesas de COFINS	(3)	(4)	(43)
Despesas de PIS	–	(1)	(7)
Outras despesas tributárias	(151)	(201)	(148)
	(154)	**(206)**	**(200)**

18. Gerenciamento de risco - 18.1. Estrutura de gerenciamento de risco: A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Corretora. Por isso, a Corretora conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas e ainda possui limites e tolerâncias pré-estabelecidos (Gestão de Risco e de Capital, Sistema de Controles Internos e de Compliance) que reportam a administração. As principais políticas e códigos da Corretora estão disponíveis através da rede mundial de computadores no endereço: www.magliano.com.br/. **18.2. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais:** A Corretora tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. Os riscos inerentes à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. **18.3. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado:** E definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela Corretora. A Corretora possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017. O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de mecanismos para a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte. **18.4. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez:** O risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade de a Corretora honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. A Corretora gerencia o risco de liquidez por meio do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017. **18.5. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito:** Conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Corretora gerencia o risco de crédito "a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação". Na Corretora, o gerenciamento do risco de crédito consiste em avaliação e monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração. **18.6. Estrutura de gerenciamento de capital:** Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito da Corretora, o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Corretora, capaz de suportar riscos não sistêmicos. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Corretora está sujeita, é monitorado pelo comitê formado pelas áreas de Compliance, Controladoria, Custódia e sob Supervisão do Diretor de operações. Essas avaliações consideram os objetivos estratégicos da Corretora conforme "Manual de Gerenciamento de capital, a Corretora mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital, e poderá a qualquer tempo convocar os acionistas a realizarem aportes ou reestabelecer planejamento estratégico de curto prazo, decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. **18.7. Relatórios de risco de mercado de riscos operacionais:** Os relatórios com as descrições das estruturas de gerenciamento dos riscos

Travessia Holding S.A.

CNPJ/MF nº 39.809.063/0001-29 – NIRE 35.300.394.020

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na Cidade de São Paulo, SP na Rua Bandeira Paulista ,600- conjuntos 44 salas 10 os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, São Paulo, 30 de Março de 2022. **A Administração.** (31/03, 01 e 02/04/2022)

Auren Energia S.A.

(nova denominação da VTRM Energia Participações S.A.)

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35300508271 | Código CVM nº 026620

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Auren Energia S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481/09"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022, as 14 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Em Assembleia Geral Ordinária: a. demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do relatório dos auditores independentes relativos aos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b. as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c. a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e d. a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do comitê de auditoria estatutário para o exercício de 2022. (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: a. alteração do artigo 5º, caput, do estatuto social, para ajustar o valor do capital social, em virtude de ações ordinárias representativas do capital social; b. a exclusão do parágrafo 2º do art. 5º, com a consequente renumeração, e a alteração do art. 51 do estatuto social, de forma a excluir as provisões relativas a ações preferenciais; c. a consolidação do estatuto social da Companhia; e d. a autorização para os administradores da Companhia e/ou procuradores constituídos de acordo com o estatuto social da Assembleia poder meio do seu e-mail utilizado para o preenchimento de seu Cadastro conforme acima. Caso não seja realizado o Cadastro pelo acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para participar da Assembleia nos termos acima estabelecidos, ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais que sejam solicitados pela Companhia, de forma a atestar a regularidade dos documentos, da condição de acionista e de representação, até o dia 26 de abril de 2022, não será possível a participação do acionista na Assembleia. Caso o acionista não receba a confirmação de credenciamento para participação na Assembleia com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@auranenergia.com.br, com até, no mínimo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade do acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos do Manual e Proposta. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos acionistas (e.g., instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do acionista, entre outros) que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital. Maiores informações e orientações adicionais dos procedimentos para realização do Cadastro e habilitação para participação na Assembleia, bem como para participação e manifestação do acionista por meio da Plataforma Digital, encontram-se no Manual e Proposta. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia: (i) cópia simples do documento de identidade com foto do titular (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas por conselho profissional e carteiras funcionais expedidas pela Administração Pública); (ii) comprovante de posse de ações emitido pela instituição financeira prestadora dos serviços de custódia, das ações da Companhia com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da assembleia; (iii) cópia simples do instrumento de outorga de poderes de representação e/ou que comprovem os poderes de representação legal do acionista, devidamente regularizados na forma da lei; e (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante de uma pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comprovem ser o representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para outro acionista, ou terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora deverá, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, a procuração pode ser por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento. Ainda, de acordo com o estatuto social da Companhia, o acionista pode outorgar poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por seus representantes legais, de acordo com o estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3579, julgado em 04.11.2014). Excepcionalmente para a Assembleia, serão dispensadas firmas nos documentos dos acionistas expedidos no exterior, as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização, apostilamento ou tradução juramentada, bastando, nesse último caso, a tradução livre para o português. Os documentos e informações relativos ao mandato a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (ri.auranenergia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), incluindo o Manual e Proposta contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. São Paulo, 29 de março de 2022. **Mateus Gomes Ferreira** - Presidente do Conselho de Administração.

GRUPO SBF

Grupo SBF S.A.

Companhia aberta - CNPJ/NIRE nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São Paulo, 29 de março de 2022. Convocamos os senhores acionistas da **GRUPO SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, alterada, em especial pela Instrução da CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("Instrução CVM 481"). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no dia 29 de abril 2022, às 09:00h, por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma"), de acordo com os procedimentos previstos no Manual de Participação de Acionistas da Companhia ("AGOE" e "Manual", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para atualizar o seu capital social, refletindo no mesmo os aumentos de capital que foram aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Observa-se ainda que **do modo digital e exclusivamente digital**, os acionistas poderão participar e votar na AGOE a distância por meio **(i)** do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item II.1 abaixo), e/ou **(ii)** do sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo). **Maiores informações sobre participação na AGOE poderão ser obtidas no Manual. Informações Gerais: (i) Documentos à disposição dos Acionistas.** Nos termos do artigo 124, §6º, do artigo 133 e do artigo 135, §3º da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021: **(a)** relatório da administração; **(b)** cópia das demonstrações financeiras; e **(c)** parecer dos auditores independentes da Companhia. Ainda, estão disponíveis nos mesmos endereços as demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, o Manual (o qual inclui, *inter alia*, a Proposta da Administração), aqueles exigidos pela Instrução CVM 481. **(II) Participação dos Acionistas na AGOE**. Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da Instrução CVM 481, a AGOE será realizada de **modo exclusivamente digital**, de forma que os acionistas poderão participar da AGOE das seguintes formas: **II.1.** Boletim de Voto a Distância: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas enviem o boletim de voto a distância ("Boletim") por meio do escriturador da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual e, em todos os casos, preferencialmente por e-mail, observado o prazo previsto no artigo 21-B da ICVM 481 e o prazo adicional previsto no Manual. **II.2.** Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a Plataforma, desde que observadas as condições abaixo mencionadas. **Sem prejuízo do quanto previsto neste Edital, as informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual.** Para participarem da AGOE, os acionistas deverão se credenciar na Plataforma, nos termos previstos no Manual, até o dia 27 de abril de 2022, inclusive, devendo apresentar toda e quaisquer documentos necessários (conforme indicada no item III abaixo e no Manual) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado no Manual. O credenciamento deverá ser realizado por meio do acesso ao link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=ADRC6EA8A19, onde constará formulário para preenchimento e indicação do e-mail/endereço eletrônico do acionista que será utilizado para acessar o sistema eletrônico no dia da AGOE. **Os acionistas que não se credenciarem e não realizarem o envio dos documentos necessários no prazo acima referido (no caso, até o dia 27 de abril de 2022)**, não poderão participar da **AGOE por meio da Plataforma, nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM 481.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da Plataforma àqueles acionistas que tenham apresentado **com antecedência mínima de 2 (dois) dias** no prazo e nas condições apresentadas no Manual, e após ter verificado, da forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item III abaixo e no Manual). O *link* e senha mencionados serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do Acionista. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, de sua solicitação, até dia 28 de abril de 2022, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@gruposbf.com.br, antes das 18h00 do dia 28 de abril de 2022, a fim de que he sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio electrônico deverão se familiarizar previamente com a plataforma Ten Meetings e com os termos de uso, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio). Neste sentido, a Companhia solicita aos Acionistas que acessem a Plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **(III) Informações adicionais**: **III.1.** Sem prejuízo das informações disposstas no Manual, os Acionistas deverão apresentar, no ato de seu credenciamento na Plataforma e até o dia 27 de abril de 2022, inclusive, os seguintes documentos de comprovação de representação: **(a) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do representante legal; último regulamento consolidado do fundo e estatuto / contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso; documento que comprove a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação. **III.2.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio da Plataforma. **III.3.** Não obstante possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 98546-6336 ou via e-mail: ri@gruposbf.com.br. **Sebastião Vicente Bomfim Filho** - Presidente do Conselho de Administração.

Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128)) comunica que será realizado o leilão de arte 25507 nos dias 29 de março e 02 de abril www.gmleiloes.com.br diretoria@gmleiloes.com.br (11)944-350642 e Leilão 25964 no dia 02 de abril www.arteabstratileiloes.com.br (1 1) 2 5 8 9 - 1 5 2 2 , arteabstratileiloes@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº: 1009197-38.2019.8.26.0100. O Doutor Guilherme Madeira Dezem, MM. Juiz de Direito da 44ª Vara Cível, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Clarisse Benicio Peixoto, Brasileira, CPF 120.696.827-30, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Associação do Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., alegando em síntese, a cobrança de R$ 3.665,31 (dezembro/2019), decorrente do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2016. Encontrando-se a ré em lugar ignorado e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do fluxo do prazo do presente edital, fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (sento de custas processuais) ou apresente embargos, sob pena de ser constituído o mandado inicial em executivo. Não sendo contestada, ficará a ré sendo considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, e deve ser publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2022. 30 e 31.03

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº: 1021194-37.2020.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dra. MICHELLE FABIÃO. **FAZ** DITTERT PUPULIM, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Ricardo Fernandes Almeida, CPF/CGC 009869696869, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Condomínio Unificado Parque de Ensino Renovado Objetivo – SUPERO, objetivando receber a quantia de R$ 35.840,93. Encontrando-se o(a) ré em lugar ignorado e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de **15 dias**, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia supra, devidamente corrigida e acrescida de honorários advocatícios de 5%, o que o(a) tornará (sento(a) das custas processuais ou, no mesmo prazo, apresente embargos, sob pena de se constituir título executivo judicial (artigos 701/702 do CPC), presumindo-se como verdadeiros os fatos articulados na ação. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2022. 30 e 31.03

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº: 48.2020.8.26.0000. O(A) MM. Juiz de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. MARCELO AUGUSTO OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **Rita de Cássia Fernandes de Melo Figueiredo, CPF: 138.458.038-35, e Moacyr Figueiredo Neto, CPF: 390.167.144-72** que por este Juízo, tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, **UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO – SUPERO LTDA.** Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pagueem o débito R$ 143.061,64 (novembro/2021), devidamente atualizado, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (inciso 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de janeiro de 2022. 30 e 31.03

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Direito do Consumidor **Nº 1059226-75.2015.8.26.0100** (ou 607) A Dra. Juliana Forster Fuliaro, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Adão Ramiro Vieira e sim Maria Noêmia Cavalcante Vieira, Brasileiro, Aposentado, Administrador de Condomínio, Edifício Vila Verde, Espólio de Cristiano de Almeida Castanho e de Maria Doutilha de V. Almeida na pessoa do inventariante Cláudio Garcia Castanho de Almeida, dos ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, com como aos conjugues, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Antônio Italino Monteiro ajuizou (arará) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Cristiano Castanho de Almeida, nº 101, Saúde, São Paulo-SP, com área de 124,00 m² e contribuinte sob nº 042.135.0083-7, alegando posse mansa e pacífica por mais de 15 anos. Estando os termos expedi-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. DR3.1411

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº. 1050822-16.2013.8.26.0100. O(A) Dr(a). MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central da Capital, do Estado de São Paulo, Dr(a). Vitor Gambassi Pereira, na forma da lei, etc. Faz Saber a Marcos Ramos, CPF. 059.259.548-49 que lhe move a(o) Ação de Execução de Título Extrajudicial, para recebimento de R$ 86.919,34 (julho/2013), referente as Cédulas de Crédito Bancário – Desconto de Título de Crédito nº 1147065/12, 1147224/12, 1147383/12, 1147472/12, 1147605/12, 1147719/12, 1147828/12, 1148193/12, 1148631/12 e 1152833/12. Estando o(a) ré em lugar ignorado e não sabido, foi determinada a sua citação por edital para que em 03 dias, pague o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, opor embargos, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente, poderá reconhecer o crédito, e, cumprindo a obrigação, receberá o mandado de citação e intimação para o pagamento de honorários de sua sorte de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertidos de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2022.

Bahema Educação S.A.

CNPJ/MF nº 45.987.245/0001-92 - NIRE 35.300.185.366

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Bahema Educação S.A., com sede em São Paulo - SP na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-001 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do Art. 124 da Lei 6.404/76 ("**LSA**") convocar os acionistas para reunirem-se em AGOE ("**Assembleia Geral**"), a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 29/04/2022, às 10h30, de forma presencial na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pela Ernst & Young Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2021; **(iii)** deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2022. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre o item 10.2 do Estatuto Social da Companhia, para ajustar o limite do aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender (a) ao exercício de opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias da Bahema S.A., aprovado pela AGE realizada em 29/04/2021 ("Plano 2021"); e conforme aditado ("Plano 2017"); (b) a conversão das debêntures emitidas no âmbito da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, Emitidas em Série Única, Para Distribuição Pública **("Emissão"**, respectivamente) e (c) ao exercício dos bônus de subscrição emitidos pela Companhia e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures emitidas no âmbito da Emissão ("**Bônus de Subscrição**"); **(ii)** examinar, discutir e votar o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias da Companhia ("Plano 2017" qualmente vigente) **Regras Gerais: 1.** Os documentos de que trata o Art. 133 da LSA, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nessa data e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em www.bahemaeducacao.com e nos websites da CVM (**www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. (http://www.b3.com.br/pt_br) e serão publicados no Jornal O Dia. Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos a Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da ordem do dia, a Proposta de Chapa de Candidatos ("**Boletim**"), bem como os demais documentos previstos na Instrução CVM 481 e informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral. **2.** A participação do acionista na Assembleia Geral poderá ser presencial ou via boletim de voto a distância, de suas respectivas instruções detalhadas constam da Proposta da Administração e no Boletim (no caso da participação via Boletim): **(a) Presencial**: O acionista deverá apresentar à Companhia cópia da seguinte documentação: (i) no caso de pessoa física, documento de identificação com foto; (ii) no caso de pessoa jurídica, documento de identificação com foto e documento comprobatório de poderes de representação legal do acionista, acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (data de eleição de diretoria ou da administração); e (iii) no caso de Fundo de Investimento, documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso, acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com a documentação comprobatória de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica. Para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão apresentar comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações de custódia, ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos seus acionistas que depositem os mencionados documentos na participação (inclusive o exercício de procuração) na sede da Companhia, com antecedência de **27/04/2022**. Não obstante, nos termos da Instrução ICVM 481, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos mencionados acima até o momento da abertura dos trabalhos poderá deela participar e votar, ainda que tenha optado por depositá-los previamente. **(b) Boletim de voto a distância:** Os acionistas poderão enviar seus Boletins: (i) diretamente à Companhia; (ii) por instruções de preenchimento transmitidas a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) por intermediação de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim, que pode ser acessado nos websites mencionados no item 1 acima. Quando enviado diretamente à Companhia, o Boletim deverá ser acompanhado de cópia da toda a documentação do acionista para participação na Assembleia Geral descritos no item (a) acima, e de quaisquer outras indicadas no Boletim. Em qualquer hipótese de preenchimento do Boletim, deverá ser recebido pela Companhia em plena ordem e de acordo com o disposto acima em até, no máximo, 7 dias antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até **22/04/2022**. Boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados. **3.** Nos termos do Art. 126, § 1º da LSA, o acionista que seja pessoa física que não puder comparecer à Assembleia Geral poderá ser representado por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia. Nesse caso, além dos documentos mencionados no item (a) acima, deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato acompanhado do documento de identidade de seu(s) procurador(es) que comparecerá(ão) à Assembleia Geral. Da mesma forma, a Companhia solicita que tais documentos também sejam depositados na sede da Companhia até 27/04/2022.

São Paulo, 30/03/2022. Cassio Beldi - **Presidente do Conselho de Administração.**

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII

CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-03

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2021
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	1
Total do ativo circulante		1
Total do ativo		1
Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021
Patrimônio líquido		
Capital social	4.1	1
Total do patrimônio líquido		1
Total do passivo e patrimônio líquido		1

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Lucros e prejuízos acumulados	Total do patrimônio Líquido
Saldos iniciais				
Integralização de capital	4.1	1	–	1
Resultado líquido do período		–	–	–
Saldos em 31/12/2021		1	1	1

Demonstração dos fluxos de caixa

	De 21/01/2021 a 31/12/2021
Atividades operacionais	
Prejuízo do período	–
Aumento/(redução) no passivo:	
Contas a pagar	–
Obrigações tributárias	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	–
Das atividades de financiamento com sócios	
Integralização de capital	1
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	–
No final do período	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional - A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 21 de janeiro de 2021. A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 ("Créditos Financeiros"); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito de valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmitos e legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às atividades de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos objetivando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos. **1.1 Impactos do COVID-19** - Em atendimento à Circular SNC/SEP nº 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas operacionais. Os possíveis impactos econômicos esperados foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas por foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Ainda sob os possíveis efeitos da redução ao valor recuperável nas informações contábeis intermediárias, estes decorrem da perda estimada e incerta por parte do devedor do crédito, tendo sua contraparida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização. Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas demonstrações financeiras. A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a ser mencionadas nas informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021. **2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis adotadas – 2.1. Autorização** - Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisam, discutem e aprovam as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 14 de março de 2022. **2.2. Base de apresentação** - As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinarem do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinar provisões para perdas de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá gerar resultados significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado** - A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não tendo apresentado, até a presente data, resultado operacional. **2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas** – Continuação - **2.4. Imposto de renda e Contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação vigente. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva concreta de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido

...continuação

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - (nova denominação social da ISEC Securitizadora S.A) - C.N.P.J. nº 08.769.451/0001-08

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

16. Credores Diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores retidos em venda de participação acionária	25	25	25	25
Parcelas de recebíveis em processo de baixa	1.928	2.168	3.334	3.888
Outros	2.318	451	2.383	521
	4.271	**2.644**	**5.742**	**4.434**

17. Patrimônio Líquido e Resultado do Período: O Capital Social está representado por 7.671.132 (sete milhões, seiscentos e setenta e um mil, cento e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, sendo 1 voto para cada ação ordinária em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) refere-se aos valores aportados pela controladora VIRGO HOLDING S.A., no montante de R$ 15.736. O resultado por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um prejuízo de R$ 8.327, dividido pela média ponderada das ações no mesmo período, que é de 7.671.132 ações, representou um prejuízo de R$ 0,82608 por ação.

18. Principais Contas de Resultado do Período: 18.1. Receitas de Securitização: Decorre das rendas para a realização de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do período, que estão sendo apresentadas deduzidas dos impostos diretos da operação.

18.2. Despesas Administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	308	308	410	616
Comunicações	24	7	32	64
Processamento de dados	1.177	224	1.581	885
Serviços técnicos especializados	8.315	9.690	8.631	10.132
Aluguéis e condomínios	493	297	493	374
Publicações e publicidade	293	118	423	239
Tarifas de serviços bancários e financeiros	159	409	310	782
Materiais de consumo	27	19	27	25
Seguros	150	-	150	-
Outras	1.020	1.021	1.105	1.183
Total	**11.964**	**12.093**	**13.172**	**14.980**

18.3. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação e Amortização	(143)	(708)	(803)	(757)
Resultado na venda de bens	-	-	-	3.455
Outras (i)	2.010	1.128	2.302	1.629
Total	**1.867**	**422**	**1.499**	**4.327**

(i) Refere-se, substancialmente ao ganho com imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras das operações fidiciárias.

18.4. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.579)	(2.025)	(1.447)	(657)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	-	688	492	223
Efeito sobre equivalência patrimonial	-	933	-	-
Outros ajustes	-	(20)	(828)	10
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(4.758)**	**1.601**	**(4.758)**	**233**
Imposto de renda e contribuição social do período	-	-	**(132)**	-

Embora a Companhia violumbre resultados futuros capazes de permitir o aproveitamento dos prejuízos fiscais, não há histórico de resultados tributáveis nos últimos 5 exercícios, comprovadamente houve a baixa em seus ativos dos créditos tributários correspondentes, em um total de R$ 4.758.

19. Valorização dos Instrumentos Financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • **Títulos e valores mobiliários:** O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado, quando aplicável, de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço; • **Empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são empréstimos e financiamentos, debentures, contas a pagar com controladas e credores diversos. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados.

20. Partes Relacionadas: a) Transações com partes relacionadas Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo os seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros de pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme o pronunciamento técnico CPC 05. A companhia realizou no período transações com partes relacionadas, sendo que as mesmas produziram saldos a pagar e a receber, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes Relacionadas ativo				
Pagamentos a ressarcir de controlador (i)	1.271	1.490	3.261	3.480
Pagamentos a ressarcir de coligadas (ii)	71	231	100	231
Dividendos a receber de coligadas	736	652	-	-
	2.078	2.373	3.361	3.711

(i) refere-se a pagamentos de despesas por conta e ordem do Controlador que serão ressarcidos no próximo ano (R$ 1.271), além de adiantamentos de R$ 1.990 a membro da administração que serão ressarcidos com as despesas por conta e ordem do Controlador, e despesas pagas a maior que serão ressarcidos no início do próximo ano.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes Relacionadas passivo				
Valores a pagar a coligadas (i)	29	887	29	887
Valores a pagar a coligadas (ii)	21.204	19.477	-	-
	21.233	20.364	29	887

(i) Pagamentos realizados por terceiros por conta e ordem da companhia, e que serão ressarcidos no curto prazo. (ii) Refere-se a operações de mútuo com a controlada, sem cláusula de remuneração.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os administradores formam remunerados pelo regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A Companhia não fornece outros benefícios não caixa a administradores, bem como não contribui para planos de previdência pós-emprego ou oferece programas de opção de compra de ações da Companhia.

21. Gerenciamento de Risco Financeiro: Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de capital e os riscos operacionais da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando também junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas abaixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. Os CRIs e CRAs, por sua vez, são títulos cujos ativos dos no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis imobiliários (nota explicativa nº 22). As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos índices de amortização dos ativos imobiliários que lhes são lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação dos CRIs e CRAs não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

31/12/2021

			Saldo exposto a risco	
	Natureza do risco	associado	Individual	Consolidado
Ativos expostos a risco:				
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez		4.679	8.797
Ativos financeiros – Custo amortizado	Crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional		-	-
Ativos financeiros – Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional		-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional		-	12.932
Passivos expostos a risco:				
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional		8.732	19.089
			Saldo exposto a risco	
	Natureza do risco	**associado**	**Individual**	**Consolidado**
Ativos expostos a risco:				
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez		6.013	9.971
Ativos financeiros – Valor justo pré-pagamento e operacional	Mercado e crédito, liquidez,		-	83
Ativos financeiros – Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional		-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional		-	8.489
Passivos expostos a risco:				
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional		20.363	30.232

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

	Controladora		Consolidado	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	4.679	4.679	8.797	8.797
Total	4.679	4.679	8.797	8.797
	Controladora		**Consolidado**	
	Nível 2	**Total**	**Nível 2**	**Total**
31 de dezembro de 2020				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	6.013	6.013	9.971	9.971
Total	6.013	6.013	9.971	9.971

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adotou uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com as melhores práticas de mercado. Os riscos gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1º) prospecção de negócios; (2º) análise da proposta; (3º) avaliação pelo Comitê de Crédito da Companhia; (4º) negociação das condições comerciais; (5º) análise da minuta de cessão e jurídica; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6º) a efetivação do negócio. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de gerenciamento, controle, conforme exposto a seguir: **a) Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades são geridas concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **b) Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que se levem a não honrar os compromissos assumidos junto à Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros aspectos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre os valores devidos pelos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto aos gerenciamento dos recursos em tesouaria, este são mantidos, entre outros, a puvinrlação das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco. **c) Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. Adicionalmente, a Companhia mantém a seguinte linha de crédito que poderá ser acionada: • R$ 2 000 de linha de crédito de saque a descoberto não garantidos. Se acionada, os juros serão pagos de acordo com o CDI mais 242 pontos base. Esta linha de crédito possui vencimento de 180 dias, que é renovado automaticamente de acordo com a opção da Companhia. Compatibilização entre os retornos esperados pelas carteiras de recebíveis imobiliários e os passivos devidos aos investidores que adquirem Certificados de Recebíveis Imobiliários e do agronegócio emitidos com lastro nessas carteiras:

Consolidado:

Regime	Classificação	Saldo devedor	Ajuste a valor presente	Total
Recebíveis imobiliários, com e sem regime fiduciário e coobrigação	Ate 12 meses	-	-	-
	Acima de 12 meses	10.357	-	10.357
	Total	**10.357**	-	**10.357**

d) Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção dos antecipados efetuados pelos devedores dos respectivos créditos imobiliários.

e) Risco operacional - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle existente e preservar a situação esperada por possíveis falhas na realização de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esse risco, a Companhia estabelece limites de alçadas para diretores e/ou de diretoria, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando no futuro. Nessa avaliação, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes quando existem. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio de grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos-se com todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação público do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 29 de março de 2022.

BLB Auditores Independentes CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo Garcia Giroldo CRC 1SP222658/O-9

A Diretoria | **Sérgio Ferraz** - Contador - CRCSP - 179881/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Virgo Companhia de Securitização** - São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações, e seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de ética de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de intermediação financeira - Conforme notas explicativas nº 3.10 e 18.1 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.- Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria.: A receita da Companhia, no contexto de suas operações, decorre de honorários "fees" de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio. Nesse contexto, esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.: Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: **(i)** conciliação contábil das receitas; **(ii)** análise dos documentos fiscais de prestação de serviços, por amostragem; **(iii)** verificação da entrada dos recursos em conta corrente da Companhia, por amostragem; **(iv)** revisão analítica da receita, visando identificar oscilações ou variações fora das operações com emissões da Companhia, que pudessem resultar em receitas não reconhecidas ou reconhecidas por valores incorretos ou fora de sua competência; **v)** análise da adequação das informações relacionadas a receita e seus impactos, a este assunto Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores registrados são adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfases: 1. Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado na nota explicativa 20, a Companhia mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, a Companhia está sujeita a influências de operações por diferentes daquelas que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto e nossa opinião não está modificada em relação a essa questão. Nossa opinião sobre a auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 contém a mesma ênfase.

2. Pressupostos e incertezas: A Companhia vem apresentando prejuízos antes da tributação, originado principalmente pelas despesas financeiras das atualizações de seu passivo financeiro; e acumula prejuízos acumulados no montante de R$ 11.575 mil. O desenvolvimento normal das atividades da Companhia está diretamente relacionado ao sucesso na execução dos planos de negócios propostos pela Administração.

Outros assuntos: Demonstrações de valor adicionado (DVA): As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individual e consolidada tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando no futuro, pela divulgação, se aplicável, nos assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes quando existem. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio de grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamo-se com todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação público do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 29 de março de 2022.

BLB BLB Auditores Independentes CRC 2SP023165/O-2 | **Rodrigo Garcia Giroldo** CRC 1SP222658/O-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A **Cooperativa de Trabalho das Costureiras Bordadeiras e Confeccionistas da Zona Norte de São Paulo CNPJ 07.484.760/0001-60,** convoca todos os seus cooperados em condições de votar na assembleia geral ordinária que se realizará em sua sede, na rua sete cachoeiras nº 94 Jardim Peri - SP as descrições horas do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e dois em primeira convocação ou as dezoito horas em segunda convocação com quaisquer quóruns, com as **seguintes pautas: 1-** Prestação de contas (apresentação do Balanço Patrimonial); **2-** Eleição do novo conselho fiscal para o biênio 2022/2023; **3-** Saída e/ou entrada de cooperados. Anastácia C. de Lima, Presidente.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **1008967-23.2019.8.26.0011**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Boulangerie e Patesserie Orez Mona Comércio Doces Ltda. e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008967-23.2019.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Vanessa Bettio Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) BOULANGERIE E PATESSERIE OREZ MONA COMERCIO DE DOCES LTDA. CNPJ: 17.003.587/0001-95 e CAMILA SALZEDAS, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF/MF nº 367.790.528-17, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, encontrando-se as executadas em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, do BLOQUEIO JUDICIAL no valor de R$ 660,82, realizado pelo Sistema SISBAJUD em contas de titularidade das executadas, bem como da penhora e transferência de referido valor para conta judicial vinculada a este Juízo, conforme extrato/certidão disponibilizado na internet, e ainda do prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação, na forma dos §§ 2º e 3º do artigo 854 do Código de Processo Civil, a fluir após o fim do decurso do prazo do presente edital, apresente impugnação. Não sendo impugnado as réis serão consideradas revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2022.

30 e 31 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1011084-50.2020.8.26.0011**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: Pallito Comercio Ltda. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011084-50.2020.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea Ferraz Musa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) PALLITO COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 19.777.323/0001-34, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Spal Industria Brasileira de Bebidas S/A, alegando, em síntese, que é credor das executadas da quantia de R$ 9.633,04, inerente ao saldo devedor representados pelos respectivos Instrumentos de Protesto, notas fiscais, bem como canhotos de entrega de produtos adquiridos pela requerida. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a dívida, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso o executado efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC). No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o executado valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, mantido o depósito, que será convertido em penhora, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o depósito no art. 916, § 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). Não efetuado o pagamento, nem depositado o mandado, efetuada a PENHORA de bens bem quantos bastem para a satisfação do direito. PRAZO PARA EMBARGOS: 15 dias úteis, contados do termino do prazo do presente edital. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de março de 2022.

30

Conclusão

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(nova denominação social da CIBRASEC Companhia Brasileira de Securitização)*

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais - R$)*

-se integralmente a garantias retidas para suprir futuras inadimplências das operações sem regime fiduciário. **d) Obrigações por operações vinculadas a cessão:** Refere-se as obrigações na cessão de direitos creditórios com coobrigação de pagamento que constitui obrigação da Companhia na data do balanço, caso os créditos cedidos se tornem inadimplentes. Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo individual e consolidado é de R$ 5.405.

15. Operações com Partes Relacionadas: Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo os seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme o pronunciamento técnico CPC 05. Até o mês de julho de 2019, a Companhia realizou operações de aquisição de recebíveis imobiliários, assim como a emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e do agronegócio (CRAs), junto a empresas integrantes do seu corpo acionário. Em decorrência dos dispositivos internos de governança corporativa aplicáveis ao relacionamento da Companhia com os envolvimento de suas atividades junto a seus acionistas, foram realizadas operações em condições semelhantes - em termos de taxas, prazos, indexadores, entre outros - àquelas que seriam consideradas em operações firmadas com terceiros. A Companhia possui saldo a receber de operações de mútuo com o controlador de R$ 19.993 (R$ 19.477 em 2020) realizado com recursos de liquidez excedentes, os quais não possui encargos financeiros, e adiantamento de recursos de R$ 1.990 para pagamento da administração da Companhia Controladora. No segundo trimestre de 2020, a Companhia realizou a venda, pelo valor de mercado e para pessoa física vinculada, de um imóvel que era utilizado como sede própria até 2019, pelo valor de R$ 5.060, cujo valor líquido contábil do imóvel era R$ 1.805 (custo de aquisição de R$ 2.366 e depreciação acumulada de R$ 1.351), a partir do um resultado bruto de R$ 3.455 (no segundo trimestre de 2020), cujos valores a receber foram liquidados no mês de julho de 2020. **Operações com pessoal-chave da administração: Remuneração de pessoal-chave da Administração:** No período findo em 31 de Dezembro de 2021, não houve remuneração de administradores na Companhia. A Companhia não fornece outros benefícios não caixa a administradores, bem como não contribui para planos de benefício pós-emprego ou oferece programas de opções de compra de ações da Companhia.

16. Patrimônio Líquido e Dividendos: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 25.385, dividido em 41.403 ações ordinárias e 245 ações preferenciais Classe A, todas sem valor nominal, da forma nominativa. **b) Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de Dezembro de 2021 o saldo de reserva legal é de R$ 4.693. **c) Dividendos:** Está assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual e, não havendo destinação à constituição de reserva para contingência, será assegurado pagamento de dividendos adicionais. **d) Juros sobre o capital próprio:** Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021 não foram atribuídos juros sobre o capital próprio a título de dividendos sobre o período.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social:

a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/ 2021	31/12/ 2020	31/12/ 2021	31/12/ 2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	479	4.108	486	4.111
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(163)	(1.396)	(165)	(1.398)
Efeito sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Efeito sobre RIFI diferido sobre ajuste a valor de mercado de títulos	-	-	-	-
Efeito sobre equivalência patrimonial	13	33	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	-	1
Outros ajustes	25	(3)	33	(29)
Imposto de renda e contribuição social do período	**(125)**	**(1.365)**	**(132)**	**(1.396)**

18. Gerenciamento do risco financeiro: Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento do capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas abaixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. Os CRIs e CRAs, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizam a aquisição de recebíveis imobiliários (notas explicativas nº 6 e nº 13. As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação dos CRIs e CRAs não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

31/12/2021			
		Saldo exposto a risco	
	Natureza do risco associado	Individual	Consolidado
Ativos expostos a risco:			
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	3.843	4.118
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	7.527	7.527
Passivos expostos a risco:			
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional	10.357	10.357

31/12/2020			
		Saldo exposto a risco	
	Natureza do risco associado	Individual	Consolidado
Ativos expostos a risco:			
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	3.760	3.958
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	8.489	8.489
Passivos expostos a risco:			
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional	9.888	9.888

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

	Controladora		Consolidado	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
31 de Dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	3.843	3.843	4.118	4.118
Total	3.843	3.843	4.118	4.118
	Controladora		Consolidado	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
31 de Dezembro de 2020				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	3.760	3.760	3.958	3.958
Total	3.760	3.760	3.958	3.958

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, procuram dem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1) prospecção de negócios; (2) análise da proposta; (3) avaliação pelo Comitê de Crédito da Companhia (4) negociação das condições comerciais; (5) auditoria financeira e jurídica; e, terceiro dos sido atendidas todas as condições; e (6°) a efetivação do negócio. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a) Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos e a redução nas receitas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela comparabilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito a inadimplência de devedores, os pagamentos, este tem como parâmetro, em cada fluxo de pagamento, a ocorrência de sinistro, que ocorrerá quando o fluxo de pagamento for inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. Além desses procedimentos, a Companhia mantém a seguinte linha de crédito que poderá ser acionada: • R$ 2.000 de linha de crédito de saque a descoberto não garantidos. Se acionada, os juros serão pagos de acordo com o CDI mais 242 pontos base. Esta linha de crédito possui vencimento de 180 dias, que é renovado automaticamente de acordo com a opção da Companhia. Compatibilização entre os retornos esperados pelas carteiras de recebíveis imobiliários e os pagamentos devidos aos investidores. Quanto aos pagamentos aos titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do agronegócio emitidos com lastro nessas carteiras:

Regime	Classificação	Saldo devedor	Ajuste a valor presente	Total
	Até 12 meses			
Recebíveis imobiliários, com e sem regime fiduciário	Acima de 12 meses	12.812	(5.285)	7.527
Total		**12.812**	**(5.285)**	**7.527**

d) Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos imobiliários, comum nas operações de securitização, é materializado pela possibilidade de ocorrência de sinistro não limitados emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **e) Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado, ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes aos de área diretamente ligada em que o procedimento se originou, e todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e CRIs/CRAs colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelos CRIs/CRAs e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado nas notas explicativas nº 6 e nº 13. Com relação aos contratos de recebíveis imobiliários, não utilizados ainda como lastro para a emissão de CRIs e CRAs, a Companhia evidencia que a análise de sensibilidade aplicada a esses contratos indica que, em caso de alteração de cenários, em especial de elevação acentuada nas taxas de juros, poder-se-ia incorrer em custos de oportunidade, não sendo esperado quaisquer prejuízos materiais. Os instrumentos financeiros vinculados à troca de indexadores, tiveram o objetivo de compatibilizar, na ordem de atualização monetária aplicáveis a contratos de recebíveis imobiliários que lastrearam a emissão de CRIs e CRAs. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicariam igualmente em efeitos nulos para a Companhia. Por sua vez, no que se refere ao fundo CIBRASEC Crédito Imobiliário Fundo de Investimento Imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujas cotas subordinadas foram adquiridas pela VIRGO II, a análise de sensibilidade considera muito baixo o nível de risco associado ao desempenho do fundo decorrente de eventuais alterações nos cenários econômicos. Isso se deve a estrutura de seleção dos ativos que constituem o fundo, bem como o nível de garantia a eles associado.

19. Receitas de Securitização: Decorre das rendas para a realização de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do período, que estão sendo apresentadas deduzidas dos impostos diretos da operação.

20. Benefícios a Administradores e Empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura de assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores e empregados. Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação. Os benefícios a empregados estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados e são compostos, basicamente, além daqueles obrigatórios legalmente, por bônus vinculados ao desempenho individual, por planos de assistência médica, de seguro de vida em grupo e de prestação de serviços de refeição (Programa de Alimentação do Trabalhador).

21. Informações Complementares Acerca da Emissão de CRI e CRA: Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e procedimentos determinados disposições contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhias securitizadoras, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a seus acionistas administrem. Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro, para todos os patrimônios separados ativos.

22. Serviços Prestados pelo Auditor: Em atendimento à Instrução nº 381/03 da CVM, a Companhia, VIRGO II Companhia de Securitização, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Rua Tabapuã, 1123, Itaim Bibi, São Paulo SP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.105.040/0001-70 no período, não contratou e nem teve serviço de exame prestados pela empresa BLB Auditores Independentes relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame das demonstrações financeiras.

23. Eventos Subsequentes: Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

24. Declaração dos Diretores sobre a Publicação das Informações Financeiras Trimestrais: Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisam, discutiram e aprovam as Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes realizada em 29 de março de 2022.

Sérgio Ferraz - Diretor CRCSP - 179881/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria

Aos Administradores e Acionistas da

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações, e seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de intermediação financeiras - Conforme notas explicativas nº 3.10 e 10 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A receita da Companhia, no contexto de suas operações, decorre de honorários "fees" de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio. Nesse contexto, esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de ênfase nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: **(i)** conciliação contábil das receitas; **(ii)** análise dos documentos fiscais de prestação de serviços, por amostragem; **(iii)** verificação da entrada dos recursos em conta corrente da Companhia, por amostragem; **(iv)** revisão analítica da receita, visando identificar oscilações ou variações fora das operações emissões da Companhia, que pudessem resultar em receitas não reconhecidas ou reconhecidas por valores incorretos ou fora de sua competência; **v)** avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia relacionadas a este assunto. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os valores registrados são adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase - Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado na nota explicativa 15, a Companhia mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto e nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e nossa ênfase.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado (DVA): As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individual e consolidada tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras ou os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individual e consolidada tomadas em conjunto.

Nós requerimos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realística para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados de circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou, se tais divulgações forem inadequadas, nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o propósito de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, do época da auditoria e dos achados significativos de auditoria, incluindo as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos a eles todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerevelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 29 de março de 2022.

BLB BLB Auditores Independentes
AUDITORES INDEPENDENTES CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo Garcia Giraldo
CRC 1SP222658/O-9

AGROSTAHL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/NIF 45.493.772/0001-40

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 11.04.2022, às 10:00 horas, no Hotel Cordialle, Rua Sotero de Souza, 500 São Roque/SP - CEP 18130-200, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; b) Destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2021, conforme proposto nas Demonstrações Contábeis.

Baumer S/A

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/01, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Mogi Mirim/SP, 29/03/2022

MOINHO PROGRESSO S.A.

CNPJ N. 80.866.888/0001-19

Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 12 de abril de 2022

O Conselho de Administração da **Moinho Progresso S/A** convida os Srs. (as) acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 132 da Lei 6404/76, em sua sede social à Rua Emilio Goedert n. 95, às 11 horas do dia 12 de abril de 2022, para deliberarem sobre: leitura, discussão e votação das contas e relatórios relativos ao exercício findo em 31/12/2021 e destinação do lucro; eleição do Conselho de Administração para o próximo biênio e valor total anual para remuneração dos administradores da companhia nos termos do artigo 8º inciso VIII do Estatuto Social da mesma. A documentação completa referente a esta assembleia foi publicada no dia 09 de março de 2022 no jornal "O Dia – SP" e Diário Oficial do Estado de SP. AVISO GERAIS – Os documentos a serem aprovados podem ser também requeridos junto à companhia pelo e-mail: admin@moinhoprogresso.com.br, endereçado à Sra. Adriane, com identificação do acionista requisitante. Os acionistas podem ser representados por procuradores devidamente mandatados, atendendo aos critérios legais do artigo 126 da lei 6404/76, com poderes específicos para votar a pauta. São Paulo, 29 de abril de 2022. **Yung Chu Ching** - Presidente do Conselho de Administração. (30, 31/03 e 01/04)

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/M/F: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E.: 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas na sede social da Rua Avenida Brigadeiro Faria Lima, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2021; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social.

São Paulo, 29 de março de 2022.
RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 20.247.332/0001-82 - NIRE 35.300.465.377

Aviso aos Acionistas

A Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404/76, comunica que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da AGO da Companhia, a ser realizada no ano de 2022 estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1478, 18º andar, conjunto 1801, São Paulo, SP, a partir do dia 29 de março de 2022. A Companhia comunica, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável, incluindo as demonstrações financeiras e o edital de convocação para a AGO, será tempestivamente realizada no jornal O Dia SP, conforme prazos legais aplicáveis. São Paulo, 29/03/2022. **Thomaz Luiz Cabral de Menezes** - Diretor Presidente; **Felipe Pinto Gomes** - Diretor Financeiro.

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Aguassanta Participações S.A., situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo (SP), 28 de março de 2022. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Diretor Presidente.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 0001138-24.2022.8.26.0004. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Jose Alexandre Marques Rodrigues e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO.- PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0001138-24.2022.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Camila Sami Pereira Quinzane na forma da Lei, etc. Faz Saber a José Henrique Marques Rodrigues (CPF. 089.231.958-55) e José Alexandre Marques Rodrigues (CPF. 089.231.948-83), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, foi julgada procedente, condenando-os ao pagamento da quantia de R$ 72.535,41 (novembro de 2021). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Na inércia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. Recolha a parte autora as custas referentes a publicação no DJE, no valor de R$ 160,86, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. São Paulo, 23 de março de 2022. Luiz Gustavo Esteves. Juiz de Direito. 30 e 31 / 03 / 2022.

11ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. DECISÃO – EDITAL. Processo nº: **1102014-75.2019.8.26.0100**. Classe – Assunto: Procedimento Cível - Cartão de Crédito. Requerente: Portose

...continuação

(b) Conciliação da despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição social	1.447.690	998.763
Adições no período	3.721.989	8.295.597
Exclusões no período	(5.533.292)	(4.388.996)
Lucro/(Prejuízo) antes da compensação	**(363.613)**	**4.905.364**
Compensação limitada a 30% por ano do lucro real	-	(1.471.609)
Lucro/(Prejuízo) fiscal	**(363.613)**	**3.433.755**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Diferenças permanentes líquidas	-	24.000
Imposto de Renda e Contribuição Social creditados no resultado	-	**24.000**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	-	(1.143.477)
Diferido	(342.330)	511.713
	(342.330)	**(631.764)**

15. Patrimônio líquido - a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 13.700.000 (2020 - R$ 13.700.000) e representado por 13.700.000 (2020 - 13.700.000) ações com valor nominal de R$ 1,00. A Companhia possui em dezembro em 27 de novembro de 2020 e em 31 de dezembro 2021 contratos de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC no valor de R$ 2.300.000 e R$ 1.900.000, respectivamente e futuramente será efetuado o seu respectivo aumento de capital, com base na proporção de 1 (hum) ação para cada 100 (cem reais) adiantado. **b) Reserva legal** - É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de retenção de lucros** - O lucro do exercício está sendo destinado a reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

16. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita operacional bruta	96.036.789	82.182.105
(-) Ies sobre receita operacional	(4.401.194)	(3.704.563)
(-) Cofins sobre receita operacional	(6.323.139)	(5.688.559)
(-) PIS sobre receita operacional	(1.372.787)	(1.235.016)
	83.939.669	**71.553.967**

17. Custo de prestação de serviços

	2021	2020
Custos com pessoal	(34.374.895)	(31.152.651)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(26.485.454)	(22.014.432)
Benefícios aos empregados	(5.072.317)	(4.487.963)
Serviços prestados pessoa jurídica	(3.669.586)	(1.969.761)
Locações e condomínio	(529.675)	(373.431)
Viagens	(597.050)	(463.791)
Demais custos	(124.337)	(413.476)
	(70.853.314)	**(60.875.506)**

18. Despesas administrativas e gerais

	2021	2020
Despesas com pessoal	(1.699.520)	(1.835.563)
Encargos sociais sobre despesas com pessoal	(937.189)	(640.057)
Benefícios aos empregados	(438.242)	(400.413)
Serviços prestados pessoa jurídica	(1.839.599)	(1.098.109)
Locações e condomínio	(426.863)	(458.389)
Viagens	(22.961)	(53.642)
Comerciais	(1.333.129)	(948.738)
Tributárias	(1.131.209)	(805.946)
Depreciações e amortizações	(1.306.286)	(1.003.954)
Provisões legais	-	(184.732)
Demais despesas administrativas	(283.312)	(268.279)
	(9.418.310)	**(7.700.827)**

19. (Despesas) e receitas financeiras líquidas

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros	(2.160.949)	(1.956.251)
Tarifas bancárias	(112.875)	(106.516)
Outros	(87.462)	(78.259)
	(2.361.286)	**(2.141.026)**
Receitas financeiras	**2021**	**2020**
Juros	104.078	209.586
Rendimentos financeiros	327	4.832
Outros	81.895	2.811
	186.300	**217.228**
Resultado financeiro	**(2.174.986)**	**(1.923.787)**

20. Gestão de riscos - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional.

a) Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrões de pagamento. Neste ponto, a Companhia também é exposta ao risco pelo fato de que os clientes são empresas de grande porte, sem histórico de inadimplência. **b) Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro)** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou correr o risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c) Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e inflação podem impactar negativamente nos negócios da empresa. **d) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **e) Gestão de capital** - A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manutenção da confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para o acionista e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de individualmente as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **21. Cobertura de seguros** - A Companhia adota a política de contratar seguros de responsabilidade civil profissional para os riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui apólice de seguro contratada no mercado com Chubb Seguro Brasil S.A. com vigência de 29/07/2021 a 29/07/2022. O objeto do seguro é a reparação por erro, omissão, negligência, imprudência ou imperícia no exercício da ATIVIDADE PROFISSIONAL, conforme cláusulas do produto, aprovado previamente pela seguradora. O limite de seguradora no limite de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). **22. Avais, fianças e garantias** - Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha alvos oferecidos em garantias a terceiros que se referem a um imóvel sob nº de registro/matrícula 82087 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Santos.

A Diretoria

João Carlos Gomes – Contador CRC 1SP183927/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Núcleo Engenharia Consultiva S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e pelo princípio contábil de continuidade operacional nas demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamento procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantenedora de continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do escopo planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022.

BDO

Eduardo Alfonso de Vasconcelos
Contador - CRC 1 SP 166001/O-3
André Silva Moura
Contador - CRC 1 SP 300564/O-7

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Sovila Participações S.A.

CNPJ/ME 06.007.683/0001-95 - NIRE 35.300.502.710

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 29/04/2022

Sovila Participações S.A., com sede em São Paulo SP, na R. Barroso Neto, 91, sala 1, Butantã, CEP 05585-010 ("**Companhia**"), vem, nos termos do Art. 124 da Lei 6.404/76 ("**LSA**") convocar os acionistas para reunirem-se na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGOE**"), a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 29/04/2022, às 14h30, de forma presencial na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021; **(ii)** deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021; e **(iii)** eleger os membros da diretoria. Os documentos de que trata o Art. 133 da LSA encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia e oportunamente serão divulgados na Central de Balanços e no site da controladora da Companhia (www.bahema.com.br), nos termos do art. 294, III da LSA.

São Paulo, 30/03/2022
Bruno Bertolucci Belliboni - Diretor Presidente

ALPHAVILLE S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME:16.811.931/0001-00 - NIRE: 35.300.442.296

AVISO AOS ACIONISTAS

ALPHAVILLE S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no caput do artigo 133 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), comunica aos senhores acionistas que os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2022, estarão disponíveis na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-70, bem como disponibilizados no sistema de IOVM/B3 e no site da Companhia na B3 em 31 de março de 2022. Consideram-se, ainda, que, em consonância com o artigo 133, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, os referidos documentos serão oportunamente publicados no jornal "Jornal O Dia".

São Paulo, 29 de março de 2022.

KLAUSNER HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA - Diretor Presidente
GUILHERME DE PUPPI E SILVA - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0062209-79.2012.8.26.100. C. 2205 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13 Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Antonio Carrer, na forma da lei, etc. Faz saber a(o) Atlético Transportes Ltda. ME. CNPJ 05.334.604/0001-98, com endereço à Rodovia BR 101, KM 334, Humaitá, CEP 68704-800, Tubarao - SC e Michel Medeiros de Jesus - ME. CNPJ 10.929.443/0001-70, com endereço à Rodovia BR 101, Km 337, Humaitá, CEP 68704-800, Tubarao - SC, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Daycoval S/A, alegando em síntese: o inadimplemento de R$ 172.072,08 (set/2012), referente a Cédula de Crédito firmada entre as partes em dez/2011, nº 6948. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, expede-se edital para que em 03 dias, pague o débito atualizado, poderá, no prazo de 15 dias, opor embargos, sendo que nesse prazo reconhecendo o crédito da exequente, poderá comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento até de 06 parcelas mensais e corrigidas, sob pena de penhora, prazo estes a fluir de 20 supra, ficando advertido de que no caso será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de novembro de 2021.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0000871-55.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando José Cúnico, na forma da lei, etc. FAZ SABER a EDSON NOGUEIRA DA ROCHA JR. (CPF/MF:184.630.858-57) que Itaú Unibanco S.A lhes ajuizou ação de Cumprimento de Sentença objetivando-se o réu em lapso de 15 dias, pagar, sob pena, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia de R$ 130.560,86 devidamente atualizado, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Processo Digital nº: **1113832-74.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges. Requerente: Fernanda Marques Ferraz Savoia e outro. ETAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 1133832-74.2021.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, DR. LEONARDO AIGNER RIBEIRO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Cível movida por Paulo Savoia Dias da Silva e Fernanda Marques Ferraz Savoia, que solicita assinar Fernanda Marques Ferraz de Sá, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento, de Separação Total de Bens, para a PARCIAL DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. E, para que se expediu edital que termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2022. 31/03 e 01/04/2022

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Processo Digital nº: **003947-00.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Duplicata. Exequente: Auto Posto Atlanta Ltda. Executado: Gledson Galliati. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0039547-00.2021.8.26.0100. A Dra. Luciana Novakoski Ferreira Alves de Oliveira, Juíza de Direito da 22ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Gledson Galliati (CPF: 280.543.038-34), que o mandado transitou, expedido nos autos de ação Monitória, ajuizada por Auto Posto Atlanta Ltda, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 6.881,26 (setembro de 2021). Estando o executado em lugar ignorado, expede-se o presente edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2022. 30 e 31 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1111316-07.2014.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Prestação de serviço. Requerente: BÁRBARA CAMARGO SOUZA. Requerido: Luciano dos Santos. ETAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1111316-07.2014.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Raquel Machado Cachoal de Andrade, na forma da lei, etc. Faz Saber a Luciano dos Santos (CPF: 156.951.928-54, atual endereço desconhecido) que o Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Busca e Apreensão, convertido em ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 144.577,48 (junho de 2021), representada pelo contrato de empréstimo com alienação fiduciária número 2941119621. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se o presente edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2022. 30 e 31 / 03 / 2022

7ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro/SP. DECISÃO. Processo nº: **0017489-49.2020.8.26.0002**. - Cumprimento de sentença. Exequente: Fernando Amaro Vieira de Carvalho. Executado: Bernardo Cabral Cabucci. ETAL DECISÃO: Em 03/03/2022, feito aptos autos conclusos a(o) MM.(a) Juiz(a) de Direito, Exmo.(a) Sr.(a) Dr.(a) GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA BARNAI CLAUDIA CARNEIRO CALBUCCI RENAUX. Vistos. Fl. 87: Ciência à autora quanto à Carta de Citação. DESCONHECIDO. INTIME-SE POR EDITAL, para os termos da Decisão de fl. 68, conforme segue: "Vistos. Dou por penhorada a quanta bloqueada (R$ 904,70). Quanto a penhora, se houve transferência para conta judicial. Caso negativo, requeira-se. No sistema RENAJUD consta um único veículo em nome do executado (fls. 58). A pesquisa realizada no sistema INFOJUD resultou positiva (fls. 5987). Fica o devedor intimado, na pessoa do curador especial e pela imprensa. Sem prejuízo, expeça-se carta de intimação. Sem manifestação no prazo de 05 (cinco) dias levantire-se em favor da parte credora, observando-se o prazo em dobro, consideração-se a atuação da Defensoria Pública. Com expedição de mandado de levantamento eletrônico, devendo o credor apresentar o formulário próprio. Considerando a penhora parcial, intique o credor bem a penhora. No silêncio ao arquivo. Int. CÊNCIA À DEFENSORIA PÚBLICA. São Paulo, 03 de março de 2022. Claudia Carneiro Calbucci Renaux Juiz de Direito". SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO COMO EDITAL COMPLEMENTAR, CUMPRINDO SUA PUBLICAÇÃO NO DJ A FUNÇÃO DO ARTIGO 257 Decorrendo a quarta-feira após a providência, já que a própria publicação única significará publicação no Diário de Justiça e na própria Internet, para os fins do Artigo 841 do CPC. O prazo do edital será de 20 dias, a partir da quarta feira o prazo de 15 dias para pagamento. CIÊNCIA À DEFENSORIA PÚBLICA. Int. São Paulo, 23 de março de 2022. Claudia Carneiro Calbucci Renaux Juíza de Direito. 30 e 31 / 03 / 2022

40ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP - FORO CENTRAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0047715-97.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando José Cúnico, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **RIU MOURA CRUZ**, CPF 038.888.348-05, que por este Juízo, tramita a sua ação de Cumprimento de sentença, movida por **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**, encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 10.962,41 (novembro/2021)**, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2022.

8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0047715-97.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). HENRIQUE DADA PAIVA, na forma da Lei, etc.. *FAZ SABER* a(o) **MARCELO ZAUHY CORADI**, Brasileiro, CPF 306.335.398-13, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**, objetivando a cobrança de **R$ 5.068,20 (26/03/2021)**, referente ao inadimplemento das contribuições do Plano de Saúde Cabesp-Família dos meses de setembro e outubro de 2018. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.**

Unigel Participações S.A.

CNPJ/ME nº 05.303.439/0001-07 - NIRE 35.300.192.087

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Março de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 16 de março de 2022, às 11:30 horas, na sede social da Unigel Participações S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, sala Unigel Participações, Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010. **2. Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença da Assembleia. **3. Convocação:** Dispensada a publicação de edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. Mesa:** Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. Daniel Zilberkop, Presidente e Murilo Cruz Garcia, Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme proposta do Conselho de Administração da Companhia formalizada em reunião realizada em 16 de março de 2022, a realização, pela Companhia, da sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), por meio de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, observada a possibilidade de distribuição parcial das debêntures, sendo o volume de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) distribuído em regime de garantia firme de colocação, e o volume de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) distribuído em regime de melhores esforços de colocação ("Oferta Restrita"), conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), de acordo com os termos e condições listados abaixo; **(ii)** a celebração do "Instrumento Particular de Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A." entre a Companhia, na qualidade de emissora, e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Escritura de Emissão"); **(iii)** a autorização aos diretores da Companhia para que tomem todas e quaisquer providências e celebrem a Oferta Restrita; **(b)** adotar todas e quaisquer medidas e celebrar, diretamente ou por meio de procuradores, todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, **(b.1)** a formalização da Escritura de Emissão, **(b.2)** a contratação dos coordenadores da Oferta Restrita e demais prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta Restrita, tais como o agente de liquidação, a Agência de Classificação de Risco, o escriturador, a B3 - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), o Agente Fiduciário e os assessores legais, dentre outros, **(b.3)** a formalização do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A." ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Companhia, o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e o Banco Safra S.A. ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), instituições financeiras integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, bem como a celebração de quaisquer outros instrumentos, aditamentos e declarações, requerimentos, termos e a outorga de procurações, em caráter irrevogável e irretratável, em nome da Companhia, com vigência até a quitação integral das Obrigações Garantidas ("Procurações"); **(iv)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia e/ou por seus procuradores, conforme aplicável, necessários para a consecução das matérias constantes desta ordem do dia. **6. Deliberações:** Após exame das matérias acima descritas, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i)** aprovar a realização da Emissão e da Oferta Restrita, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições: **(a) Destinação dos Recursos:** a totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita será destinada para reforço de caixa para atendimento dos compromissos da Companhia; **(b) Depósito para distribuição, negociação e liquidação financeira:** as Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(c) Distribuição e Colocação:** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição financeira intermediária líder denominada "Coordenador Líder", sob o (i) o regime de garantia firme de colocação com relação ao montante de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), e (ii) o regime de melhores esforços de colocação para o montante de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), de forma individual e não solidária, a serem prestados na proporção cabível a cada Coordenador, conforme detalhado no âmbito do Contrato de Distribuição. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), a ser organizado pelos Coordenadores, para a definição da taxa final da Remuneração (conforme abaixo definido) e a alocação das ordens recebidas dos Investidores Profissionais. O resultado do Procedimento de Bookbuilding será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, estando desde já as partes obrigadas a celebrar tais aditamentos, sem necessidade de nova aprovação societária por qualquer das Partes ou de realização de nova aprovação societária adicional da Emissora. **(d) Número da Emissão:** As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; **(e) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(f) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emiss

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

CNPJ n° 20.815.862/0001-80

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sa s.; os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2021 e 31/12/2020, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Demonstrações do Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo. 31 de março de 2021. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	53.346	15.205
Caixa restrito	7	3.713	–
Ativo financeiro de concessão	8	34.410	34.885
Contas a receber	9	4.166	7.783
Impostos e contribuições a compensar	10	1.424	825
Adiantamentos a fornecedores	11	53.004	12.829
Outras contas a receber		153	298
		150.216	**71.825**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	19.1	14.187	8.515
Contas a receber	9	8.677	7.152
Ativo financeiro de concessão	8	174.960	176.051
		197.824	**191.718**
Imobilizado		14	16
Intangível	12	1.423	1.463
Ativo financeiro em formação	13	141.820	83.007
		341.081	**276.204**
Total do ativo		**491.297**	**348.029**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado
Circulante			
Fornecedores	14	29.035	14.091
Empréstimos e financiamentos	15	5.414	135.212
Arrendamento mercantil	16	313	629
Obrigações e encargos trabalhistas		1.410	1.407
Obrigações tributárias	17	1.483	1.115
Partes relacionadas	18	12	40.124
Dividendos	23.2	87	149
		37.755	**192.727**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	244.631	–
Arrendamento mercantil	16	1.000	1.265
Partes relacionadas	18	233	233
Impostos diferidos	19.2	69.649	53.423
Provisões	21	10.890	6.811
Receita Diferida	22	1.595	1.711
		327.998	**63.443**
Total do passivo		**365.753**	**256.169**
Patrimônio líquido			
Capital social	23.1	65.637	40.739
Reserva de lucros	23.2	59.907	51.121
Total do patrimônio líquido		**125.544**	**91.859**
Total do passivo e patrimônio líquido		**491.297**	**348.029**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas		258.490	166.839
Custos dos serviços prestados	25	(240.957)	(154.631)
Lucro bruto	24	**17.533**	**12.208**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	(9.875)	(8.245)
Outras despesas/receitas operacionais		(120)	739
Lucro antes do resultado financeiro		**7.539**	**4.702**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	33.083	31.348
Despesas financeiras	28	(27.051)	(12.978)
		6.032	**18.369**
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		**13.570**	**23.072**
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	19.3	(4.845)	(8.200)
Lucro líquido do exercício		**8.726**	**14.871**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	8.726	14.871
Resultado abrangente do exercício	**8.726**	**14.871**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.570	23.072
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(24.442)	(14.045)
Depreciações e amortizações	298	293
Encargos sobre empréstimos	21.438	10.760
Juros sobre mútuo	2.450	628
IOF	297	10
Variações monetárias sobre ativo financeiro	(32.012)	(27.324)
Demais variações monetárias	(376)	(705)
Reequilíbrio financeiro	(1.679)	(6.471)
Provisões	4.079	3.500
Apropriação Receita diferida	(116)	(116)
Apropriação dos impostos diferidos (PIS/COFINS)	5.712	4.755
	(10.781)	**(5.643)**
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	33.789	29.509
Contas a receber de clientes	3.618	(301)
Impostos e contribuições a compensar	(63)	276
Adiantamentos a fornecedores	(40.176)	(1.206)
Outras contas a receber	142	313
Fornecedores	14.943	7.340
Obrigações e encargos trabalhistas	2	219
Obrigações tributárias	366	253
Arrendamento mercantil CPC 06	(581)	139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.260**	**30.899**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adiantamento de cliente	164.864	55.080
Caixa restrito	(3.712)	–
Aquisição bens patrimoniais/intangível	(256)	–
Aquisições do ativo financeiro em formação	(192.624)	(113.121)
Custos de empréstimos com ativo financeiro em formação	(6.823)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(38.551)**	**(58.041)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	120.131	–
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.785)	–
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.454)	(6.592)
Custo na captação de recursos com terceiros	(5.519)	–
Captação de arrendamento mercantil	124	–
Amortização de arrendamento	(96)	(336)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(7)	(14)
Captação de mútuo com partes relacionadas	16.000	39.350
Amortização de mútuo com partes relacionadas	(55.000)	–
Pagamento de juros sobre mútuo com partes relacionadas	(3.734)	–
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	**50.660**	**32.408**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Capital social	24.898	8.223
Partes relacionadas	(125)	(207)
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamentos com acionistas	**24.773**	**8.016**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	38.141	13.283
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.205	1.922
No fim do exercício	53.346	15.205
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	38.141	13.283

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

		Capital Social			Reserva de Lucros			
	Notas	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros do período	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		**52.000**	**(19.484)**	**32.516**	**2.020**	**34.328**	**–**	**68.864**
Integralização de capital social		–	8.223	**8.223**	–	–	–	**8.223**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	14.871	**14.871**
Constituição da reserva legal		–	–	–	744	–	(744)	**–**
Constituição da reserva de lucros		–	–	–	–	14.128	(14.128)	**–**
Dividendos	23.2	–	–	–	–	(149)	–	**(149)**
Reversão de dividendos mínimos 2019	23.2	–	–	–	–	49	–	**49**
Em 31 de dezembro de 2020		**52.000**	**(11.261)**	**40.739**	**2.764**	**48.356**	**–**	**91.859**
Integralização de capital social	23.1	–	7.799	**7.799**	–	–	–	**7.799**
Aumento capital social	23.1	17.099	–	**17.099**	–	–	–	**17.099**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	8.726	**8.726**
Constituição da reserva legal		–	–	–	436	–	(436)	**–**
Constituição da reserva de lucros		–	–	–	–	8.290	(8.290)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios 2021	23.2	–	–	–	–	(87)	–	**(87)**
Reversão de dividendos mínimos 2020	23.2	–	–	–	–	149	–	**149**
Em 31 de dezembro de 2021		**69.099**	**(3.462)**	**65.637**	**3.200**	**56.707**	**–**	**125.544**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa. O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17/10/2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5. O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido: **i.** Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato; **ii.** Construção e implantação do Complexo Hospitalar; **iii.** Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato; **iv.** Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato; **v.** Prestação dos Serviços "Bata Cinza"; **vi.** Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Partes (01 de setembro de 2015, Hospital Estadual de São José dos Campos e, 17 de julho de 2019, Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher). O Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher encontra-se em fase de construção com previsão de conclusão em julho de 2022. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 30 de março de 2022. Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021). As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. No Brasil a taxa de referência utilizada comumente é o CDI. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Fase 2). Quando as condições contratuais dos empréstimos bancários são alteradas como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior à mudança, a Entidade deve mudar a base para determinar os fluxos de caixa contratuais, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estão diretamente relacionadas com a reforma, os requisitos aplicáveis da IFRS 9 (CPC 48) são aplicados às outras alterações. Quando um arrendamento é modificado como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os pagamentos do arrendamento é economicamente equivalente a base anterior, a Entidade deve remensurar o passivo do arrendamento para refletir os pagamentos do arrendamento descontados usando uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais. As alterações introduzem ainda novas exigências de divulgação nas IFRS's para relações de hedge que estejam sujeitas às exceções introduzidas através das alterações à IFRS's. IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021). Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19 (Alterações à IFRS 16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID-19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. As alterações na IFRS 16 não tiveram impactos nas Demonstrações financeiras da Companhia. **3.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **3.1. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI e referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração objetiva a atender compromissos de curto prazo. **3.2. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. Os saldos nas contas de Ativo financeiro em formação, referem-se à construção do Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher com previsão de entrega para julho de 2022. **3.3. Contas a receber:** O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro junto a Secretaria do Estado de Saúde. As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um Sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo poder concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo poder Concedente. **3.4. Impostos e Contribuições:** Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldos negativos de IRPJ e CSLL. **3.5. Adiantamentos a fornecedores:** Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente. **3.6. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.7. Adiantamentos de clientes:** Correspondem aos valores recebidos pelo Poder Concedente como Aportes de Recursos destinados à construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher. **3.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Os passivos contingentes avaliados como perdas prováveis estão demonstrados na nota 20.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **3.10. Contratos de arrendamento:** Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso, ativo financeiro ou custo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos:** As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **3.12. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **3.13. Apurações do resultado:** A receita de construção é reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro. As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente. A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza". As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras". **3.14. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. **4.2. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6. A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. **4.3. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.4. Gestão de Capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **5. Reclassificação de contas patrimoniais:** A Companhia reavaliou a contabilização dos valores a receber decorrentes de reequilíbrio financeiros sobre diferença de alíquota de ISS na emissão de notas fiscais de Aportes Públicos e Contraprestações mensais e, os recebimentos de Aportes públicos destinados a construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher contabilizados na conta de Adiantamento de Clientes e, optou pela reclassificação destes valores conforme segue abaixo: Reclassificação de reequilíbrio financeiro sobre ISS para o Contas a Receber Ativo Não circulante:

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Transferência ativo financeiro em formação	355.026	(2.034)	352.991
Atualização do ativo financeiro	89.519	–	89.519
Recebimentos de aportes	(155.056)	–	(155.056)
Recebimentos Contraprestação fixa	(76.519)	–	(76.519)
	212.970	(2.034)	210.936

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Parcela variável	7.795	–	7.795
Receita acessória	18	–	18
Direito de exploração	(30)	–	(30)
Reequílibrio financeiro	5.117	2.034	7.151
	12.900	2.034	14.934

Reclassificação dos recebimentos de Aportes do Poder Concedente contabilizados na conta de Adiantamento de Clientes para a conta de Ativo Financeiro em formação:

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Custo incorrido			
Construção em andamento	114.368	–	114.368
Margem na construção	17.355	–	17.355
Serviços de construção	11.629	–	11.629
Materiais de construção	14.135	–	14.135
Equipamentos hospitalares	–	–	–
Encargos sobre empréstimo	–	–	–
IOF Sobre empréstimos	–	–	–
Recebimento de aportes públicos	–	(74.480)	(74.480)
	157.487	**(74.480)**	**83.007**

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Adiantamento de clientes	74.480	(74.480)	–
	74.480	**(74.480)**	**–**

Com base no item 41 do CPC 26, quando a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações contábeis forem modificadas, os montantes apresentados para fins comparativos devem ser reclassificados, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando os montantes apresentados para fins comparativos são reclassificados, a entidade deve divulgar: (a) a natureza da reclassificação; (b) o montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e (c) a razão para a reclassificação.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	185	55
Aplicações financieras		
Banco Bradesco S.A.	52.615	15.149
Banco Itau S.A.	1	1
Banco Santander S.A.	545	–
	53.346	15.205

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's dos respectivos bancos com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI. **7. Caixa restrito:** O saldo de caixa restrito no montante de R$ 3.713 refere-se a conta reserva vinculada às emissões de debêntures, equivalente ao valor das próximas 2 (duas) parcelas devidas a título de pagamento dos juros remuneratórios. O valor da conta reserva ficará restrito até o final do contrato ou quando for dispensada da manutenção dada pelo contrato de debêntures, conforme critérios estabelecidos no contrato. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco Daycoval S/A, onde os recursos estão depositados. **8. Ativo financeiro de concessão:** O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	Reclassificado 31/12/2020	Movimentações	31/12/2021
Transferência ativo financeiro em formação	352.991	212	353.203
Atualização do ativo financeiro	89.519	32.012	121.531
Recebimentos de aportes	(155.056)	–	(155.056)
Recebimentos Contraprestação fixa	(76.519)	(33.789)	(110.308)
	210.936	(1.565)	209.370

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Financeiro	209.370	210.936
	209.370	210.936
Circulante	34.410	34.885
Não Circulante	174.960	176.051

O valor devido pelo Poder Concedente é mensurado ao custo amortizado e os juros calculados com base no método da taxa efetiva de juros (TIR 1,05% 2021 e 1,00% 2020), são

☆ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

Leasing

	2023	2024	Total
Banco Daycoval	43	32	75
	43	32	75

Garantias da operação: A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP a Companhia. Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, Conta Reserva mencionado na nota explicativa nº 7 - Caixa Restrito. **Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants:** Os cálculos dos covenants vinculados aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	125.544	91.859
Ativo Total	491.297	348.029
ICP	0,26	0,26

16. Arrendamento mercantil: A Companhia possui contrato de subarrendamento celebrado com a Controladora. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "arrendamento mercantil" com base no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras. Foi adotado como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	313	629
Não Circulante	1.001	1.265
	1.313	1.894

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.894
Novos contratos	–
Pagamentos - principal	(448)
Pagamentos - juros	(241)
Apropriação de encargos financeiros	109
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.313

17. Obrigações tributárias:

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a recolher	568	491
ISS a recolher	440	238
INSS retido na fonte	105	97
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	134	127
PIS a recolher	119	104
ISS na fonte	29	23
IR retido na fonte	13	10
ICMS a Pagar	75	25
	1.483	**1.115**

18. Partes relacionadas: Os saldos das contas correntes passivas representam operações com partes relacionadas.

	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Contas-correntes passivas			
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	–	245	369
Julio Capobianco	Selic + 4,90 a.a.	–	25.103
Inova Saúde Sorocaba SPE S/A	CDI + 0,35 a.m.	–	14.885
		245	40.357

Adicionalmente a Companhia possui contrato de empreitada para a construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher e, contrato de sublocação e compartilhamento de despesas. Os valores estão demonstrados nas notas 13 - Ativo financeiro em formação na rubrica Construções em Andamento R$ 230.883 (114.368 em 2020), R$ 32.521 (R$ 10.560 - 2020) reconhecido como Adiantamento a fornecedor demonstrado na nota 10 - Adiantamentos a fornecedores e, nota 15 - Arrendamento mercantil. **19. Impostos diferidos registrados no ativo, passivo e demonstração do resultado: 19.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal		
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	13.339	12.348
Prejuízo fiscal do exercício	12.912	991
Base ajustada	26.251	13.339
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	6.563	3.334
Contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal	2.363	1.202
Base contábil temporária		
Base de cálculo temporária exercícios anteriores	11.705	4.659
Movimentação da base do diferido, líquidos	3.766	7.046
Base ajustada	15.471	11.705
Imposto de renda diferido sobre base temporária	3.868	2.925
Contribuição social diferido sobre base temporária	1.393	1.054
Total no Ativo Não Circulante		
Imposto de renda	10.431	6.259
Contribuição social	3.756	2.256
	14.187	8.515

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia. As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira. **19.2. Impostos registrados no passivo:** Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R$ 69.649 (R$ 53.423 em 2020), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros sobre reequilíbrios financeiros. Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	14.879	11.278
Variação monetaria do ativo financeiro	17.833	14.171
Reequílibrio financeiro	2.153	1.684
	34.865	27.133
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	5.357	4.060
Variação monetaria do ativo financeiro	6.420	5.102
Reequílibrio financeiro	775	607
	12.553	9.769
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	3.267	2.399
Variação monetaria do ativo financeiro	464	368
Reequílibrio financeiro	90	64
	3.821	2.831
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	15.080	11.071
Variação monetaria do ativo financeiro	2.853	2.267
Reequílibrio financeiro	477	351
	18.410	13.689
Total dos impostos diferidos passivos	**69.649**	**53.423**

19.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado:

Descrição:	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
			31/12/2021			31/12/2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	**13.571**	**13.571**	**13.571**	**23.072**	**23.072**	**23.072**
Adições	32.859	32.859	32.859	24.044	24.044	24.044
Realização da margem da construção	10.038	10.038	10.038	3.274	3.274	3.274
Realização da variação monetária	17.362	17.362	17.362	12.678	12.678	12.678
Bases temporárias	4.059	4.059	4.059	7.046	7.046	7.046
Outras adições	1.400	1.400	1.400	1.046	1.046	1.046
Exclusões	(59.342)	(59.342)	(59.342)	(48.107)	(48.107)	(48.107)
Margem da construção	(24.442)	(24.442)	(24.442)	(14.045)	(14.045)	(14.045)
Variação monetária sobre contrato de concessão	(32.012)	(32.012)	(32.012)	(27.324)	(27.324)	(27.324)
Reequilíbrio financeiro	(1.875)	(1.875)	(1.875)	(6.738)	(6.738)	(6.738)
Outras exclusões	(1.013)	(1.013)	(1.013)	–	–	–
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	**(12.913)**	**(12.913)**	**(12.913)**	**(992)**	**(992)**	**(992)**

Descrição:	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
			31/12/2021			31/12/2020
Ativo financeiro de concessão	(3.601)	(1.296)	(4.897)	(2.693)	(969)	(3.662)
Variação monetária de ativo financeiro	(3.662)	(1.318)	(4.981)	(3.662)	(1.318)	(4.980)
Bases temporárias	942	339	1.280	1.761	634	2.395
Reequilíbrio financeiro	(469)	(169)	(638)	(1.684)	(606)	(2.291)
Provisão prejuízo fiscal	3.228	1.161	4.389	248	89	337
Impostos diferidos registrados no resultado	**(3.561)**	**(1.283)**	**(4.845)**	**(6.030)**	**(2.171)**	**(8.200)**

20. Adiantamento de Clientes: Os recebimentos de Aportes públicos no montante de R$ 74.480 em 2020, contabilizados na conta de Adiantamento de Clientes foram reclassificados para a conta de Ativo financeiro em formação conforme nota explicativa N° 5. **21. Provisões:**

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para reinvestimento	10.870	6.811
Provisão para contingência trabalhista	20	–
	10.890	**6.811**

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA. **21.1. Passivo contingente:** A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R$ 1.623, sendo R$ 575 de origem trabalhista e R$ 1.048 de origem tributária. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis. **22. Receita diferida:** O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias nos Hospitais, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de São José dos Campos.

	31/12/2021	31/12/2020
Direito de Exploração	1.595	1.711
	1.595	**1.711**

Essa contratação contemplou o recebimento a título de outorga, no valor de R$ 2.700 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação será realizada por 17 anos (204 meses) de acordo com o contrato. **23. Patrimônio líquido: 23.1. Capital social:** Em 2021 a Companhia realizou o aumento de capital no montante e R$ 17.099 com integralizações no montante de R$ 24.898 (R$ 8.223 em 2020). O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R$ 69.099, representado por 61.660.598 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado no valor de R$ 65.637 (R$ 40.739 em 2020). **23.2. Dividendos:** Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim;; os acionistas optaram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 149 relativos ao ano de 2020. Os valores foram revertidos para a conta de Reserva de lucros. **24. Lucro bruto:**

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção da concessão	221.758	127.166
Receita da concessão	49.182	46.447
Receitas acessórias	334	419
Receita de reequilíbrio financeiro	1.283	1.783
(–) Deduções sobre receitas acessórias	(84)	(105)
Tributos sobre construção da concessão	(10.425)	(5.449)
Tributos sobre concessão	(3.408)	(3.218)
Tributos sobre receitas acessórias	(31)	(39)
Tributos sobre receita de reequilíbrio	(119)	(164)
Receita operacional líquida (b)	**258.490**	**166.840**
(–) Custo de construção da concessão	(197.316)	(113.121)
(–) Custo com a operação	(43.641)	(41.511)
Lucro bruto (a)	**17.533**	**12.208**
Margem % ((a)/(b))	**6,78%**	**7,32%**

O aumento nas linhas de "Receita da construção de concessão" e "Custo de construção de concessão" referem-se ao avanço da obra do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. **25. Custos:**

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços contratados	(27.594)	(26.800)
Custo com pessoal	(4.235)	(4.437)
Materiais e equipamentos hospitalares	(3.537)	(2.873)
Provisões para reposições do ativo financeiro	(3.181)	(3.181)
Serviços de TI	(2.125)	(1.777)
Manutenção Predial	(2.031)	(1.878)
Reposição ativo financeiro	(283)	(127)
Outros custos	(655)	(437)
	(43.641)	(41.510)
Custo da construção do ativo financeiro	(197.316)	(113.121)
	(240.957)	**(154.631)**

26. Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(7.182)	(6.313)
Serviços de terceiros	(1.023)	(1.231)
Despesas gerais	(733)	(249)
Impostos e taxas	(638)	(159)
Depreciações e amortizações	(298)	(293)
	(9.875)	**(8.245)**

27. Receitas financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Variações monetárias sobre Ativo financeiro	32.012	27.324
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.890	143
Multa e juros sobre atraso no recebimento	397	4.688
Variações monetárias sobre reequilíbrio	349	682
Outras receitas financeiras	50	41
Impostos sobre receitas financeiras	(1.615)	(1.530)
	33.083	**31.348**

As variações monetárias ativas referem-se em sua maioria, a atualização do Ativo Financeiro de concessão com base na taxa interna de retorno. **28. Despesas financeiras:**

	31/12/2021	31/12/2020
Juros s/empréstimos	(16.786)	(10.747)
Indenizações	(5.741)	–
Juros s/mútuo	(2.450)	(628)
Despesas financeiras s/provisão	(878)	(319)
IOF sobre operações financeiras	(379)	(38)
Despesas e comissões bancárias	(342)	(30)
Custos nas transações com empréstimos	(270)	–
Juros s/arrendamento CPC 06	(156)	(139)
Juros s/arrendamento	(7)	(14)
Outras Despesas financeiras	(41)	(1.063)
	(27.051)	**(12.978)**

29. Informações complementares de Ebitda (não auditado): Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	7.539	4.702
(+) depreciações/amortizações	298	293
Ebitda	7.836	4.995
(+) Recebimento parcela fixa	33.789	29.509
Ebitda ajustado	41.625	34.504

30. Seguros (não auditado): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

Riscos cobertos	Montante da Cobertura
Garantia setor público	39.929
Responsabilidade Civil	10.000
Responsabilidade Civil hospitalar	10.000
Riscos Nomeados	328.446

31. Efeitos COVID: Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados mundiais e nacionais. Até o momento não houve reflexos financeiros negativos para a Companhia ou que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis.

Diretoria

Susana Cabarcos Pawletta - Diretora Presidente
Wilson de Brito Malheiros - Diretor Administrativo e Financeiro

Contadora

Cláudia Cavalcante Braga - CRC SP 272540-O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reclassificação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis a qual descreve que as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reclassificadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, devido à compensação de determinados ativos e passivos, totalizando o montante de R$ 74.480 no ativo e R$ 74.480 no passivo. Auditamos as reclassificações mencionadas na referida nota e em nossa opinião tais reclassificações são apropriadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles intenos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador - CRC 1SP 223326/O-3

Câmara aprova prorrogação de antigas outorgas de TV por assinatura

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (30) projeto de lei que permite às emissoras de TV por assinatura com canal UHF pedirem a prorrogação da outorga se migrarem para TV aberta. A matéria será enviada ao Senado.

Atualmente, essas emissoras são enquadradas como serviço de telecomunicações, mas operam por meio de um sistema híbrido, com sinal de televisão aberta por uma parte do tempo e, por outra, com sinal codificado.

De acordo com o autor da proposta, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), o serviço possui cerca de 25 outorgas e existe somente em capitais, apesar de não estar presente em todas elas.

"Desde 2011 nenhuma autorização foi renovada, sendo que várias empresas foram obrigadas a encerrar suas atividades e outras assim serão à medida que se aproxima o término da vigência da autorização do uso de radiofrequência de todas as empresas", afirmou o deputado.

A proposta estabelece que a emissora que migrar poderá continuar a operar na mesma frequência sempre que for possível tecnicamente. O projeto assegura o funcionamento precário até a aprovação dessa autorização pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

"A intenção é que somente seja autorizada a migração para o serviço de TV aberta caso a concessionária cumpra todos os requisitos, condicionantes e obrigações legais e regulamentares aplicáveis às emissoras de radiodifusão", justificou Madureira. "Do contrário, incorreríamos no risco de criar incompatibilidades entre a nova lei e as demais legislações que compõem o arcabouço normativo da área de radiodifusão".

O prazo para solicitação da conversão é de um ano, contado a partir da promulgação da futura lei. Estão incluídas na proposta emissoras que já estavam autorizadas a funcionar em 2011, quando o serviço foi regulamentado pela Lei 12.485/11. O pedido de renovação será condicionado à adaptação de todas as outorgas da interessada e de suas controladas, controladoras ou coligadas.

Legislação

A partir de 2011, com a regulamentação dos vários tipos de serviço de televisão por assinatura (cabo, satélite, antena) pela Lei 12.485/11, classificados como Serviço de Acesso Condicionado (SeAc), permitiu-se às TVAs por sinal UHF migrarem para esse serviço condicionado, mas proibiu renovação adicional. O projeto acaba com a restrição. (Agencia Brasil)

Anvisa aprova novo medicamento para tratamento da covid-19

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou na quarta-feira (30) a autorização, em caráter emergencial, do medicamento para a covid-19 Paxlovid, que compreende o uso combinado dos remédios nirmatrelvir e ritonavir. O produto é fabricado pela indústria farmacêutica Wyeth.

O medicamento é indicado para adultos que testaram positivo, que não precisam de oxigênio e que têm risco de evolução para quadros graves da doença. Seu principal efeito é no combate à piora nas condições de saúde das pessoas infectadas.

O remédio é de uso individual oral, mas não é indicado para pessoas abaixo de 18 anos de idade. Também não há indicação para gestantes ou pessoas que podem ou pretendem engravidar durante o tratamento.

A diretora da Anvisa Meiruze Souza Freitas avaliou que os benefícios da liberação do medicamento superam os riscos. Ela acrescentou que a antecipação de produtos para tratar a covid-19 está alinhada à garantia de possibilidades de tratamento contra a doença, considerando a situação da pandemia no Brasil.

"Com a pandemia enfrentamos desafios sem precedentes. Melhorar essa lacuna é prioridade de saúde pública. A disponibilidade de medicamentos essenciais continua insuficiente por motivos diversos, como preços altos, compra e distribuição deficientes, qualidade incerta do produto e prescrição inadequada", disse Meiruze Freitas.

Já o diretor da Anvisa Rômison Mota destacou que não se trata de um medicamento para prevenção, e que já houve aprovação em outros países como Estados Unidos, Canadá e México.

O diretor da Anvisa Alex Campos lembrou que não é um substituto da vacina, que está disponível gratuitamente, enquanto o Paxlovid, a princípio, será comercializado, dependendo de poder aquisitivo para o consumo.

A diretora Cristiane Jourdan assinalou que os dados evidenciam benefícios superando os riscos e que as medidas para gerenciamento de risco estão compatíveis com as medidas utilizadas no mercado.

A equipe técnica da Anvisa apontou riscos a serem monitorados no uso concomitante com outros produtos. "Foram feitas exigências de incluir na bula as contraindicações de uso concomitante com o medicamento apalutamida", informou a gerente de Farmacovigilância, Helaine Capucho.

A gerente listou pontos colocados pela Anvisa, incorporados no plano de gestão de riscos e na bula do remédio. A equipe da Anvisa determinou que seja feita carta a profissionais de saúde para orientação sobre usos do Paxlovid com outros remédios e dos cuidados necessários. Também foi requisitado que a empresa disponibilize informações acerca do uso do produto no Brasil para monitorar sua aplicação e eventuais eventos adversos.

"Incluímos o compromisso de apresentar relatórios de estudos clínicos e não-clínicos e informar trimestralmente a situação regulatória em outros países", disse o gerente geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, Gustavo Mendes. (Agencia Brasil)

Projeto vai medir qualidade da onectividade nas unidades de saúde

O Núcleo de Informação de Coordenação do Ponto Br (Nic.Br), ligado ao Comitê Gestor da Internet, e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) lançaram na quarta-feira (30) um projeto de monitoramento da qualidade da conexão à internet em unidades de saúde.

A plataforma, que ganhou o nome "Conectividade em Saúde", vai mapear quais estabelecimentos públicos de saúde possuem acesso à Internet e como está a situação desta em cada um desses locais.

A plataforma está disponível e pode ser acessada por qualquer pessoa, não somente gestores de saúde. Mas os medidores foram instalados em quatro estados na fase piloto do projeto: Roraima, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Paraná.

Serão cruzadas informações de bases de dados de saúde e de conectividade. Será usado um medidor de sinal de Internet chamado Simet, desenvolvido pelo NIC.Br. Essa tecnologia serve tanto para banda larga fixa como móvel.

Serão avaliadas a banda, a latência e a perda de informações durante a transferência dos dados. "Todas essas métricas precisam ser consideradas na avaliação da qualidade da internet, pois elas impactam a experiência do usuário e o tipo de atividade que pode ser feita", explica Cristiane Millan, que atuou no desenvolvimento da ferramenta.

Na Saúde, por exemplo, o envio de um prontuário ou os dados sobre um paciente demanda menos do que uma videochamada para uma consulta ou até mesmo para a realização de um procedimento (como assistência à distância durante uma cirurgia). Por isso, a importância de mapear a qualidade da conexão em cada unidade.

A vice-presidente do Conasems, Cristiane Pantaleão, relatou cidades que sofrem com a qualidade da conexão à internet, o que dificulta o funcionamento de serviços, como o prontuário eletrônico.

"Temos esse problema [de qualidade do acesso à internet] em todo o país. Isso dificulta o trabalho das secretarias municipais e estaduais de saúde e do Ministério da Saúde. Não sabemos onde a qualidade é melhor, onde é pior e como apoiar. Por isso esta iniciativa é bem-vinda", disse.

Alexandre Barbosa, do NIC.Br, destacou que o uso de tecnologias digitais cresceu nos últimos anos, especialmente impulsionado pela pandemia e pelas restrições impostas por ela, como as medidas de distanciamento.

Ele ressaltou que a produção de dados é fundamental para avaliar a situação de um setor e para que os gestores possam identificar problemas, compreender o desempenho das políticas e tomar decisões.

"A produção de dados para que possamos monitorar a situação do progresso da adoção de tecnologias digitais na área da saúde é fundamental. Sem dados não existe visibilidade. Se não consegue medir a qualidade da conexão, não existe o debate político, não é possível fazer políticas públicas baseadas em evidências", pontuou. (Agencia Brasil)

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

CNPJ n° 20.815.868/0001-57

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2021 e 31/12/2020, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 31 de março de 2022

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.611	15.502
Caixa restrito	7	4.974	–
Ativo financeiro de concessão	8	42.054	42.634
Contas a receber	9	5.052	9.521
Impostos e contribuições a compensar	–	2.894	340
Outras contas a receber	–	548	750
		68.133	**68.747**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	–	–	14.885
Impostos diferidos	16.1	6.317	4.858
Contas a receber	9	19.889	15.928
Ativo Financeiro de Concessão	8	158.951	158.052
		185.157	**193.723**
Imobilizado	–	26	30
Intangível	10	1.402	1.463
		186.585	**195.216**
Total do ativo		**254.718**	**263.963**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado
Circulante			
Fornecedores	11	17.574	13.313
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	5.432	95.570
Arrendamento mercantil	13	313	629
Obrigações e encargos trabalhistas	–	1.337	1.442
Obrigações tributárias	14	1.145	1.884
Partes relacionadas	15	12	136
Dividendos	19.2	193	241
		26.006	**113.215**
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	86.534	–
Arrendamento mercantil	13	1.000	1.265
Impostos diferidos	16.2	62.423	55.048
Provisões	17	12.273	7.687
Receita Diferida	18	2.825	3.032
		165.054	**67.032**
Total do passivo		**191.060**	**180.247**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	30.457	30.457
Reserva de lucros	19.2	33.200	53.260
Total do patrimônio líquido		**63.658**	**83.717**
Total do passivo e patrimônio líquido		**254.718**	**263.963**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas	–	55.847	59.969
Custos	21	(51.379)	(49.678)
Lucro bruto	20	**4.468**	**10.291**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(7.080)	(7.729)
Outras despesas/receitas operacionais	–	(1.200)	1.178
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro		**(3.813)**	**3.740**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	42.952	41.552
Despesas financeiras	24	(11.559)	(8.381)
		31.393	**33.171**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**27.581**	**36.911**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.3	(5.346)	(9.067)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16.3	(2.887)	(3.742)
Lucro líquido do exercício		**19.347**	**24.102**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	19.347	24.102
Resultado abrangente do exercício	**19.347**	**24.102**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social: Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Lucros	Lucros do exercício	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		**30.457**	**3.297**	**31.971**	**–**	**65.725**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	**24.102**	**24.102**
Constituição da reserva legal	–	–	**1.206**	–	**(1.206)**	–
Constituição da reserva de lucros	–	–	–	**22.896**	**(22.896)**	–
Dividendos pagos	19.2	–	–	**(6.241)**	–	**(6.241)**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2019	19.2	–	–	**131**	–	**131**
		–	–	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2020		**30.457**	**4.503**	**48.757**	**–**	**83.717**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	**19.347**	**19.347**
Constituição da reserva legal	–	–	**966**	–	**(966)**	–
Constituição da reserva de lucros	–	–	–	**18.381**	**(18.381)**	–
Dividendos pagos	19.2	–	–	**(35.653)**	–	**(35.653)**
Juros sobre capital próprio pagos	19.2	–	–	**(3.802)**	–	**(3.802)**
Dividendos mínimos obrigatórios 2021	19.2	–	–	**(193)**	–	**(193)**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2020	19.2	–	–	**241**	–	**241**
Em 31 de dezembro de 2021		**30.457**	**5.469**	**27.731**	**–**	**63.658**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	27.581	36.911
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(10)	(140)
Encargos sobre empréstimos	10.187	7.141
Depreciações	300	296
Variações Monetárias sobre ativo financeiro	(41.550)	(36.404)
Demais variações monetárias	(773)	(1.396)
Reequilíbrio financeiro	(3.192)	(14.541)
Apropriação Receitas diferidas	(207)	(207)
Provisões	4.586	3.950
Apropriação dos impostos diferidos (PIS COFINS) impostos no resultado	571	1.539
	(2.507)	**(2.851)**
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	41.295	36.065
Contas a receber	4.468	(378)
Impostos e contribuições a compensar	(2.550)	–
Adiantamentos a fornecedores	224	574
Outras contas a receber	(21)	(24)
Fornecedores	4.261	5.392
Obrigações e encargos trabalhistas	(104)	316
Obrigações tributárias	(739)	611
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.887)	(3.742)
Arrendamento mercantil CPC 06	(581)	139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**40.858**	**36.102**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa restrito	(4.974)	–
Mútuo concedido	–	(14.885)
Mútuo recebido	14.885	–
Aquisições Ativo imobilizado/intangível	(236)	–
Aquisições do ativo financeiro em formação	(53)	(752)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**9.621**	**(15.637)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Amortizações de financiamentos	(2.461)	(765)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	(8.754)	(4.455)
Custo na captação de recursos de terceiros	(2.176)	–
Captação de arrendamento mercantil	166	–
Pagamentos de arrendamentos	(535)	(861)
Pagamentos de juros sobre arrendamento mercantil	(32)	(41)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamento com terceiros	**(13.792)**	**(6.122)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Pagamento de dividendos	(35.653)	(6.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(3.802)	–
Contas-correntes com partes relacionadas	(124)	(200)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamentos com acionistas	**(39.579)**	**(6.200)**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(2.891)	8.143
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.502	7.358
No fim do exercício	12.611	15.501
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(2.891)	8.143

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba. O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa. O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5. O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido: **i.** Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato; **ii.** Construção e implantação do Complexo Hospitalar; **iii.** Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato; **iv.** Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato; **v.** Prestação dos Serviços "Bata Cinza"; **vi.** Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato. O complexo hospitalar de Sorocaba foi concluído em março de 2018 onde a Companhia iniciou as operações de serviços Bata Cinza. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Transferência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 30 de março de 2022. Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábeis - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **3. Principais práticas contábeis adotadas: 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021). As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. No Brasil a taxa de referência utilizada comumente é o CDI. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Fase 2). Quando as condições contratuais dos empréstimos bancários são alteradas como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior à mudança, a Entidade deve mudar a base para determinar os fluxos de caixa contratuais, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estão diretamente relacionadas com a reforma, os requisitos aplicáveis da IFRS 9 (CPC 48) são aplicados às outras alterações. Quando um arrendamento é modificado como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os pagamentos do arrendamento é economicamente equivalente a base anterior, a Entidade deve remensurar o passivo do arrendamento para refletir os pagamentos do arrendamento descontados usando uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais. As alterações introduzem ainda novas exigências de divulgação nas IFRS's para relações de hedge que estejam sujeitas às exceções introduzidas através das alterações à IFRS's. IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021). Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia da COVID-19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. As alterações na IFRS 16 não tiveram impactos nas Demonstrações financeiras da Companhia. **3.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **3.2. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo. **3.3. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. **3.4. Contas a receber:** O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro junto a Secretaria do Estado de Saúde. As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo Poder Concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo Poder Concedente. **3.5. Impostos e contribuições:** Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldo negativo de IRPJ e CSLL. **3.6. Adiantamento a fornecedor:** Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente. **3.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Os passivos contingentes avaliados como perdas prováveis estão demonstrados na nota 17.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **3.10. Contratos de arrendamento:** Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso, ativo financeiro ou custo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos:** As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **3.12. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **3.13. Apurações do resultado:** A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro. As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente. A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza". As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/ Despesas financeiras". **3.14. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. **4.2. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6. A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. **4.3. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez eficaz para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **5. Reclassificações de contas patrimoniais:** A Companhia reavaliou a contabilização dos valores a receber decorrentes de reequilíbrio financeiros sobre diferença de alíquota de ISS na emissão de notas fiscais de Aportes Públicos e Contraprestações mensais e optou pela reclassificação destes valores para a rubrica de Contas a Receber no Ativo não circulante, considerando que não há uma data provável para recebimento desses recursos. Com base no item 41 do CPC 26, quando a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações contábeis forem modificadas, os montantes apresentados para fins comparativos devem ser reclassificados, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando os montantes apresentados para fins comparativos são reclassificados, a entidade deve divulgar: (a) a natureza da reclassificação; (b) o montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e (c) a razão para a reclassificação. **Ativo financeiro de concessão**:

	31/12/2020	Reclassicação	31/12/2020
Movimentações ativo financeiro em formação	383.376	(10.450)	372.926
Variação monetária sobre ativo financeiro	113.766	–	113.766
Recebimentos de aportes	(192.489)	–	(192.489)
Recebimentos contraprestação fixa	(93.517)	–	(93.517)
	211.136	(10.450)	200.686

Contas a receber:

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Contas a receber			
Parcela variável	9.526	–	9.526
Reequilíbrio financeiro	5.477	10.450	15.927
Receita Acessória	19	–	19
Direito de exploração	(24)	–	(24)
	14.999	10.450	25.449

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e Bancos	331	64
Aplicações financieras		
Banco Bradesco S/A	11.913	15.437
Banco do Brasil S/A	–	1
Banco Santander S/A	367	–
	12.611	**15.502**

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em debêntures com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI. **7. Caixa restrito;** O saldo de caixa restrito no montante de R$ 4.974 refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada às emissões de debêntures, equivalente ao valor das próximas 8 (oito) parcelas devidas a título de pagamento dos juros remuneratórios e serviço da dívida. O valor da conta reserva ficará restrito até o final do contrato ou quando for dispensada da manutenção dada pelo contrato de debêntures, conforme critérios estabelecidos no contrato. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco Daycoval S/A, onde os recursos estão depositados. **8. Ativo financeiro de concessão:** O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	Reclassificado 31/12/2020	Movimentações	31/12/2021
Movimentações ativo financeiro em formação	372.926	64	372.990
Variação monetária sobre ativo financeiro	113.766	41.550	155.316
Recebimentos de aportes	(192.489)	–	(192.489)
Recebimentos contraprestação fixa	(93.517)	(41.295)	(134.812)
	200.686	319	201.005

O valor devido pelo Poder Concedente é mensurado ao custo amortizado e os juros calculados com base no método da taxa efetiva de juros (TIR 1,49% 2021 e TIR 1,44% 2020), são reconhecidos no resultado.

	31/12/2021	Reclassificado 31/12/2020
Ativo Financeiro de concessão	201.005	200.686
	201.005	200.686
Circulante	42.054	42.634
Não circulante	158.951	158.052

9. Contas a receber:

	31/12/2021	Reclassificado 31/12/2020
Contas a receber		
Parcela variável	5.060	9.525
Reequilíbrio financeiro	19.889	15.928
Receita Acessória	13	20
Direito de exploração	(20)	(24)
	24.942	25.449
Circulante	5.052	9.521
Não circulante	19.889	15.928

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias. A linha "Reequilíbrio financeiro" refere-se aos saldos a receber dos pedidos de recomposição patrimonial dos valores de diferença de alíquota de ISS e, atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente à Companhia. Decorridos os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC.

10. Intangível:

Intangível	Custo	Atualização de contrato	Amortização acumulada	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Líquido
Direito de uso do ativo	1.755	19	(589)	1.185	1.463
Softwares	217	–	–	217	–
	1.972	19	(589)	1.402	1.463

11. Fornecedores:

	31/12/2021	31/12/2020
Spdm - Hosp. Reg. de Sorocaba Bata Cinza	14.268	9.816
Demais Fornecedores	3.306	3.497
	17.574	13.313

A Companhia possui contrato firmado com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina ("SPDM") para a prestação de serviços não assistenciais no Hospital Estadual de Sorocaba denominados como "bata cinza". Quando do início das operações em 2018, as condições inicialmente pactuadas haviam sido substancialmente alteradas e a Companhia assumiu diretamente parte significativa dos serviços previstos no escopo das obrigações da contratada, alterando substancialmente as

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

subarrendamento de imóvel. Os valores de subarrendamento estão apresentados na nota 9 - Ativo intangível e nota 12 - Arrendamento mercantil. **16. Impostos diferidos: 16.1. Impostos de renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Bases temporárias		
Base de cálculo temporárias exercícios anteriores	14.288	5.582
Movimentações da base do diferido, líquidos	4.289	8.706
Base ajustada	18.577	14.288
Imposto de renda diferido	4.645	3.572
Contribuição social diferido	1.672	1.286
	6.317	4.858

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia. As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira. **16.2. Impostos diferidos registrados no Passivo:** Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R$ 62.423 (R$ 55.048 em 2020), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros de reequilíbrio financeiro. Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	8.548	9.220
Variação monetária do ativo financeiro	22.700	17.938
Reequilíbrio financeiro	4.600	3.687
	35.848	30.845
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	3.077	3.319
Variação monetária do ativo financeiro	8.172	6.458
Reequilíbrio financeiro	1.656	1.327
	12.905	11.104
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	1.417	1.529
Variação monetária do ativo financeiro	590	466
Reequilíbrio financeiro	252	199
	2.259	2.194
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	6.542	7.056
Variação monetária do ativo financeiro	3.630	2.867
Reequilíbrio financeiro	1.239	982
	11.411	10.905
Total dos impostos diferidos passivos	**62.423**	**55.048**

16.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no Resultado:

Descrição:	Imposto de renda	Contribuição Social	Total 31/12/2021	Imposto de renda	Contribuição Social	Total 31/12/2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	**27.580**	**27.580**	**27.580**	**36.911**	**36.911**	**36.911**
Adições	31.158	31.158	31.158	29.005	29.005	29.005
Realização da margem da construção	2.698	2.698	2.698	2.532	2.532	2.532
Realização da variação monetária	22.500	22.500	22.500	16.733	16.733	16.733
Bases temporárias	4.585	4.585	4.585	8.706	8.706	8.706
Outras adições	1.375	1.375	1.375	1.034	1.034	1.034
Exclusões	(50.028)	(50.028)	(50.028)	(51.290)	(51.290)	(51.290)
Margem da Construção	(10)	(10)	(10)	(140)	(140)	(140)
Variação monetária sobre contrato de concessão	(41.551)	(41.551)	(41.551)	(36.403)	(36.403)	(36.403)
Juros sobre capital próprio	(3.802)	(3.802)	(3.802)	–	–	–
Reequilíbrio financeiro	(3.652)	(3.652)	(3.652)	(14.747)	(14.747)	(14.747)
Outras exclusões	(1.013)	(1.013)	(1.013)	–	–	–
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	**8.709**	**8.709**	**8.709**	**14.627**	**14.627**	**14.627**
Compensações de prejuízos fiscais		–	–	3.351	3.351	3.351
Base de cálculo após compensações	**8.709**	**8.709**	**8.709**	**11.276**	**11.276**	**11.276**
Imposto calculado	**(2.153)**	**(784)**	**(2.936)**	**(2.795)**	**(1.016)**	**(3.811)**
(–) PAT Programa de atenção ao trabalhador	50	–	50	68	–	68
Impostos correntes registrados no resultado	**(2.103)**	**(784)**	**(2.887)**	**(2.726)**	**(1.016)**	**(3.742)**
Descrição:	**Imposto de renda**	**Contribuição Social**	**Total 31/12/2021**	**Imposto de renda**	**Contribuição Social**	**Total 31/12/2020**
Ativo financeiro de concessão	672	243	915	598	216	814
Variação monetária de ativo financeiro	(4.763)	(1.715)	(6.478)	(4.917)	(1.770)	(6.687)
Bases temporárias	1.072	386	1.458	2.176	784	2.960
Reequilibro financeiro	(913)	(329)	(1.242)	(3.687)	(1.327)	(5.014)
			–			
Compensação de prejuízo fiscal	–	–	–	(838)	(302)	(1.140)
Impostos diferidos registrados no resultado	**(3.932)**	**(1.414)**	**(5.346)**	**(6.668)**	**(2.399)**	**(9.067)**

17. Provisões:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para reinvestimento	12.273	7.687
	12.273	7.687

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA. **17.1. Passivo Contingente:** A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R$ 416 com a avaliação de nossos advogados de perdas possíveis, de origem trabalhista. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis. **18. Receita diferida:** O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias no Hospital, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de Sorocaba. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, no valor de R$ 4.800 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação da receita será realizada pelo período de 17 anos (209 meses) de acordo com o contrato.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita diferida	2.825	3.032
	2.825	3.032

19. Patrimônio líquido: 19.1. Capital Social: O capital social subscrito da Companhia é de R$ 30.457, representado por 30.456.694 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizado. **19.2. Dividendos:** Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. Em 2021, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R$ 35.653 (R$ 6.110 em 2020) e pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 3.802; A Companhia constituiu o valor de dividendos mínimos obrigatório no montante de R$ 193 em 2021; os acionistas optaram pelo não recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020 no montante de R$ 241. Os valores foram revertidos para a conta de reserva de lucros.

20. Lucro bruto

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de concessão	60.123	56.782
Receita de construção da concessão	64	892
Receitas acessórias	499	541
Receitas sobre reequilíbrio financeiro	2.707	9.585
Tributos sobre concessão	(7.123)	(6.726)
Tributos sobre construção da concessão	(3)	(33)
Tributos sobre as receitas acessórias	(46)	(50)
Tributos sobre reequilíbrio financeiro	(250)	(887)
Dedução sobre receitas acessórias	(124)	(135)
Receita operacional líquida (b)	**55.847**	**59.969**
(–) Custo da construção	(53)	(752)
(–) Custo da operação	(51.326)	(48.926)
Lucro bruto (a)	**4.468**	**10.291**
Margem % ((a)/(b))	8,00%	17,16%

21. Custos:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços contratados	(32.719)	(31.947)
Custo com pessoal	(4.990)	(5.161)
Provisões para reposições do ativo financeiro	(3.590)	(3.590)
Manutenção Predial	(2.715)	(2.426)
Materiais e equipamentos hospitalares	(3.716)	(2.761)
Serviços de TI	(2.118)	(1.848)
Reposição ativo financeiro	(399)	(72)
Outros custos	(1.079)	(1.123)
	(51.326)	**(48.926)**
Custo da construção do ativo financeiro	(53)	(752)
	(51.379)	**(49.678)**

22. Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(5.323)	(5.528)
Serviços de terceiros	(652)	(1.103)
Depreciações e amortizações	(300)	(296)
Impostos e taxas	(137)	(232)
Outras receitas/despesas	(668)	(568)
	(7.080)	**(7.729)**

23. Receitas financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Variações monetárias s/ativo financeiro	41.550	36.404
Juros sobre mútuo	1.115	526
Juros sobre aplicações financeiras	1.110	290
Variações monetárias s/reequilíbrio	770	1.388
Juros sobre atraso no recebimento	485	4.955
Outras receitas financeiras	17	19
Impostos sobre receitas financeiras	(2.095)	(2.030)
	42.952	**41.552**

As variações monetárias ativas referem-se à atualização do Ativo Financeiro com base na taxa interna de retorno.

24. Despesas financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre empréstimos	(10.109)	(7.055)
Despesas financeiras sobre provisão	(996)	(361)
Custos nas transações com empréstimos	(128)	–
Juros sobre arrendamento (CPC 06)	(120)	(139)
Juros sobre arrendamento	(78)	(86)
Iof sobre operações financeiras	(12)	(14)
Outras despesas financeiras	(116)	(726)
	(11.559)	**(8.381)**

25. Informações complementares de Ebitda (não auditado): Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/prejuízo operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	(3.813)	3.740
(+)depreciações/amortizações	300	296
Ebitda	(3.513)	4.036
(+) Recebimento parcela fixa	41.295	36.065
Ebitda ajustado	**37.783**	**40.101**

26. Seguros (não auditado): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

(em milhares de reais) Ramo	Montante da Cobertura
Riscos nomeados	16.156
Responsabilidade civil	10.000
Responsabilidade civil hospitalar	10.000
Riscos nomeados	335.354

27. Efeitos Covid: Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados mundiais e nacionais. Até o momento não houve reflexos financeiros negativos para a Companhia ou que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis.

Diretoria

Susana Cabarcos Pawletta - Diretora Presidente

Wilson de Brito Malheiros - Diretor Administrativo e Financeiro

Contador

Cláudia Cavalcante Braga - Contadora - CRC 1SP 272540/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.** - São Paulo – SP - **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reclassificação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis a qual descreve que as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reclassificadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, devido a compensação de determinados ativo, totalizando o montante de R$ 10.450. Auditamos a reclassificação mencionada na referida nota e em nossa opinião tal reclassificação é apropriadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador - CRC 1SP 223326/O-3

Preços da indústria têm inflação de 0,56% em fevereiro, diz IBGE

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a variação de preços de produtos na saída das fábricas, registrou inflação de 0,56% em fevereiro deste ano. A taxa é inferior às observadas no mês anterior (1,20%) e em fevereiro de 2021 (5,16%).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador acumula taxas de 1,77% no ano e de 20,05% em 12 meses.

Os preços subiram em 15 das 24 atividades industriais pesquisadas. Os destaques ficaram com as indústrias extrativas (8,34%), refino de petróleo e biocombustíveis (1,70%) e alimentos (0,70%).

Por outro lado, nove atividades tiveram deflação (queda de preços), entre elas metalurgia (-2,55%).

Analisando-se as quatro grandes categorias econômicas da indústria, houve alta de preços em todas elas: bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (0,64%), bens intermediários, isto é, insumos industrializados usados no setor produtivo (0,50%), bens de consumo semi e não duráveis (0,75%) e bens de consumo duráveis (0,15%). (Agencia Brasil)

Menos de um terço dos contribuintes enviou declaração do IR

A pouco menos de um mês do fim do prazo, menos de um terço dos contribuintes enviou a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Até as 11h da quarta-feira (30), 9.256.613 declarações foram enviadas. O número equivale a 27,1% dos 34,1 milhões de documentos esperados pelo Fisco para este ano.

O prazo de entrega começou na segunda-feira (7) e irá até as 23h59min59s de 29 de abril. Quem perder o prazo de envio terá de pagar multa de R$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

Neste ano, a declaração terá prazo mais curto, de 7 de março a 29 de abril. Por causa da operação padrão dos auditores fiscais da Receita Federal, o programa gerador da declaração não pôde ser baixado no fim de fevereiro, como tradicionalmente ocorre. A declaração, no entanto, traz novidades tecnológicas.

A principal inovação será o recebimento da restituição (ou o pagamento do imposto) por meio de Pix. O sistema instantâneo de pagamentos do Banco Central já estava disponível para outras obrigações tributárias, como pagamento de impostos por pessoas jurídicas e por micro e pequenas empresas do Simples Nacional. O recurso agora chega às pessoas físicas.

Outra mudança importante é a ampliação do acesso à declaração pré-preenchida, na qual o contribuinte recebe um formulário preenchido e apenas confirma os dados antes de os enviar ao Fisco. Desde o último dia 15, a ferramenta está disponível para os contribuintes com certificação digital e para os cidadãos com conta nível prata ou ouro no Portal gov.br.

Os códigos para identificar bens e direitos mudaram na declaração deste ano. Quem importou a declaração de 2021 para preencher o Imposto de Renda teve os códigos automaticamente alterados pelo programa gerador para os bens informados no ano passado. No entanto, a inclusão de itens que não constavam nas declarações anteriores ficou mais demorada. Quem tiver dúvidas pode consultar as páginas 172 a 175 do documento "Instruções de preenchimento – Ajuda do Programa IRPF 2022", criado pela Receita Federal. (Agencia Brasil)

Maiores cidades do Grande Rio já flexibilizam uso de máscaras

O município de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, anunciou na terça-feira (30) que o uso de máscaras em locais fechados deixará de ser obrigatório na sexta-feira (1º). Com a decisão, a medida de prevenção contra a covid-19 passará a ser facultativa em todas as maiores cidades do Grande Rio: capital, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói e Belford Roxo.

Ao anunciar a medida nas redes sociais, a prefeitura destacou a importância da vacinação. "É fundamental que todos se vacinem, tomem a dose de reforço e continuem com o cuidado, atentos às medidas de higiene. O que nos trouxe essa conquista foi a responsabilidade de cada um e precisamos seguir nesse caminho. Faça sua parte."

A máscara continua a ser obrigatória em unidades de saúde e em veículos do transporte público que circulam na cidade. O município também recomenda a continuidade da utilização para imunossuprimidos e pessoas com sintomas gripais.

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro divulgou, na última sexta-feira (22), que o risco para covid-19 no estado estava no patamar "muito baixo" pela terceira semana seguida. No mapa, as duas áreas que abrangem a região metropolitana e a área da Baixada Litorânea foram classificadas com a bandeira verde, que indica risco muito baixo, enquanto as demais receberam a bandeira amarela, que significa risco baixo.

Em entrevista à Agência Brasil e à Rádio Nacional, na semana passada, o secretário estadual de saúde, Alexandre Chieppe, avaliou que o carnaval e a flexibilização do uso de máscaras em diversas cidades do estado não alteraram a tendência de queda da incidência da covid-19. Segundo o último boletim do Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apesar de o cenário ser de otimismo no país como um todo, ainda é prudente a manutenção do uso de máscaras em determinados ambientes fechados, com grandes concentrações de pessoas (a exemplo dos transportes coletivos), ou em ambientes abertos em que haja aglomerações.

O estado do Rio de Janeiro publicou um decreto em 3 de março autorizando que os municípios decidissem sobre a flexibilização do uso de máscaras em seu território. No dia seguinte, Duque de Caxias, o terceiro município mais populoso do estado, foi a primeira cidade da região metropolitana a desobrigar o uso de máscaras em locais abertos e fechados.

O município do Rio de Janeiro já havia liberado a população de usar máscara em locais abertos, no ano passado, e ampliou a flexibilização para ambientes fechados no dia 7 de março, após reunião do comitê científico da cidade.

Na mesma semana que a capital, a decisão também foi tomada em Belford Roxo, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Itaboraí, São João de Meriti, Maricá e Paracambi. Já na semana seguinte, foi a vez de Seropédica, Guapimirim, Queimados, Rio Bonito e Tanguá.

Segunda cidade mais populosa da região, São Gonçalo manteve a obrigatoriedade da máscara em ambientes fechados até o dia 23. Outra cidade em que a obrigatoriedade permaneceu por mais tempo foi Japeri, que tornou o uso facultativo em 25 de março.

A cidade de Magé publicou uma nota oficial no último dia 19 desmentindo informações que circulavam nas redes sociais sobre uma suposta flexibilização do uso de máscaras. Desde então, não foi publicado no site oficial da prefeitura ou nas redes sociais qualquer medida de flexibilização. No boletim epidemiológico divulgado hoje, o município recomenda que a população "use máscara sempre que estiver fora de casa, lave bem as mãos e evite aglomerações".

Também consideradas parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro pela Lei Complementar nº 184 de 27 de dezembro de 2018, Petrópolis e Cachoeiras de Macacu suspenderam a obrigatoriedade apenas em ambientes abertos. (Agencia Brasil)

Presidente da Câmara condena uso midiático das dependências da Casa

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), condenou na quarta-feira, (30) o "uso midíatico" da Casa, depois de o deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ) ter passado a noite em seu gabinete, a fim evitar o uso de tornozeleira eletrônica, determinado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

"Condeno o uso midiaìtico das depende˜ncias da Ca˜mara, mas sou guardiaÞo da sua inviolabilidade. NaÞo vamos cair na armadilha de tensionar o debate para dar palanque aos que buscam holofote", disse Lira, em nota. Ele afirmou ainda que a "casa do povo é sagrada" e que tambeìm tem uma dimensaÞo simboìlica na ordem democraìtica.

Na terça-feira, (29), Moraes voltou a determinar que o deputado use o monitoramento eletrônico, após a Polícia Federal e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP) não terem conseguido cumprir a medida.

Na decisão, o ministro proibiu Daniel Silveira de deixar o Rio de Janeiro, exceto para questões relacionadas ao exercício do mandato na Câmara, em Brasília.

Moraes atendeu a um pedido feito pela subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, que argumentou que o deputado vem agindo contra a democracia por se pronunciar com ataques ao STF e seus membros em eventos com ampla divulgação nas redes sociais.

O presidente do STF também determinou que, se for preciso, a reinstalação da tornozeleira poderá ser feita "nas dependências dos Deputados, em Brasília, devendo esta Corte ser comunicada perfeitamente". A medida, segundo o magistrado, "não impede o exercício do mandato".

Em sessão da Câmara, de terça-feira, Daniel Silveira criticou a decisão do ministro Alexandre de Moraes e disse que não iria cumpri-la. Na avaliação do deputado, cabe aos parlamentares decidir sobre a restrição de liberdade de seus pares, mesmo rito previsto em casos de prisão. Silveira argumentou ainda que não caberia ao Judiciário impor medidas cautelares a um parlamentar.

"Aqui, eu falo em tribuna: não será acatada a ordem do Alexandre de Moraes enquanto não for deliberada pela Casa. Quem decide isso são os deputados", disse.

Para o presidente da Câmara, o ideal seria que o plenário do STF analisasse o caso do deputado "o mais rápido possível".

"Seria desejaìvel que o plenaìrio do STF examinasse os pedidos o mais raìpido possiìvel, e que a Justic'˜a siga a partir dessa decisaÞo final da nossa Corte Suprema", disse Lira.

Silveira chegou a ser preso em flagrante em fevereiro de 2021, no âmbito de um inquérito que apura a realização de atos contra instituições democráticas, após ele ter divulgado vídeos com ameaças a ministros do Supremo. Posteriormente, ele se tornou réu no mesmo processo.

A prisão preventiva foi convertida em domiciliar, mas o deputado voltou ao cárcere em junho, por decisão de Moraes, após ter violado o monitoramento eletrônico ao menos 22 vezes.

A atuação de Silveira fez com que o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovasse, em julho do ano passado, a suspensão, por seis meses, do mandato parlamentar. A medida, entretanto, não foi cumprida, pois ainda precisaria ser analisada pelo plenário da Câmara. (Agencia Brasil)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0048990-73.2010.8.26.0001** O MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Marcelo Tauro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a EVERSON ANTONIO GAZOLA, CPF. 090.584.508-05, e ALESSANDRA RODRIGUES,CPF. 143.260.908-47, que Associação Protetora da Infância - Provincia de São Paulo ajuizou ação monitória, para cobrança de R$1.438,20 (nov/10), referente ao Contrato de Prestação de Serviços Educacionais. Estando os réus em lugar ignorado, expede-se edital, para que, em 15 dias, a fluir do prazo suprajudicado, pagarem o valor supra, acrescido dos honorários advocatícios em 5%, custas isenção de custas, ou no mesmo prazo, oferecerem embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o título executivo judicial, frisando que, caso inerte, outrosim, de que no caso de pagamento voluntário, ficará isento de custas e honorários advocatícios, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de novembro de 2021 (de 2010).

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0043670-50.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Praça Brasil Logística Ltda, que Pointer do Brasil Comercial SIA, the ajuizou ação de Cumprimento de Sentença, para cobrança de R$ 116.811,66 (11/2021), corrigido e acrescido de juros de mora de 1% ao mês. Estando o ré em lugar ignorado, foi deferida sua intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito, corrigido até a data do pagamento, sob pena de multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10% (art. 523, § 1º do CPC) e expedição de mandado de penhora e avaliação. NADA MAIS.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PENHORA- PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000230-26.2017.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Inah de Lemos e Silva Machado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JOÃO MARCOS LOPES, Brasileiro, Casado, Empresário, CPF. 052.231.008-75, e sua cônjuge Adriana Martins Lopes, CPF. 131.943.518-18, que nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial, requerida por Banco Daycoval S/A, foi deferida sua INTIMAÇÃO por EDITAL, da penhora sobre o valor bloqueado via Sisbajud no valor de R$ 2.908,86, e sobre os direitos aquisitivos do imóvel objeto da matrícula nº 17.489, do Cartório de Registro de Imóveis de Urupês-SP, imóvel rural com área superficial de 97.284,00m² ou 9.728ha, denominado Sítio São Domingos, situado no município e Comarca de Urupês-SP, para que, no prazo de 15 dias, a fluir após o prazo supra, oferecer impugnação, conforme §3º do artigo 854 do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022.

GAIA Agro

Gaia Impacto Securitizadora S.A. - CNPJ/MF 14.876.090/0001-93

Relatório da Administração

Gaia Impacto Securitizadora S.A. ("Companhia"). Fundada em janeiro do ano de 2012, a GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") está situada na mesma sede do Grupo Gaia, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Seus precedentes, originários da Gaia Securitizadora S.A. ("GaiaSec"), a primeira companhia do Grupo Gaia, são muito bem definidos: qualidade superior, custo menor, agilidade, conhecimento técnico, transparência, independência e inovação. Para tornar-se líder na emissão de CRA no Brasil a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado do agronegócio, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas e com abundância de garantias, e taxas atraentes. A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia mais comum de capitação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação da fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras como também oferecer alternativas de financiamento ao agronegócio. Até o período de 31 de dezembro de 2021 foram emitidos R$ 73.015 (setenta e três bilhões e quinze mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio. O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a companhia com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras existentes. Nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva! Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que no período findo em 31 de dezembro de 2021, a Mazars Auditores Independentes, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa de revisão das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

ATIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Aplicações financeiras	4	162	47
Contas a receber	5	78	70
Impostos a recuperar	6	48	45
		288	**162**
Total do ativo		**288**	**162**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
Circulante			
Impostos a recolher		1	1
Contas a pagar	7	65	3
Partes relacionadas.	13	290	198
		356	**202**
Patrimônio líquido	**8**		
Capital Social		1.190	890
Prejuízos acumulados		(1.258)	(930)
		(68)	**(40)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**288**	**162**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)*

	Nota	2021	2020
Receita líquida de prestação de serviços	9	**37**	**-**
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(369)	(318)
Outras receitas operacionais		6	-
Resultado bruto		**(363)**	**(318)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(326)**	**(318)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	9	27
Despesas financeiras	11	(11)	(2)
Resultado financeiro, líquido		**(2)**	**25**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(328)**	**(293)**
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		**(328)**	**(293)**
Média ponderada das ações no fim do exercício		**190.148**	**890.148**
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício - R$		**(0,27545)**	**(0,32916)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em dezembro *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	2021	2020
Prejuízo do exercício	**(328)**	**(293)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(328)**	**(293)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Quantidade de ações	
Acionistas	**%**	**2021**	**2020**
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.	99,99%	1.190.147	1.190.147
Outros (a)	0,01%	1	1
Capital subscrito	100%	1.190.148	1.190.148
Capital a integralizar		-	(300.000)
Capital subscrito e integralizado	**100%**	**1.190.148**	**890.148**

(a) Referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico.

Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

9. Receita líquida de prestação de serviços: A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e de 2020 encontra-se demonstrada a seguir:

	2021	2020
Despesas com pessoal	(158)	(111)
Despesas serviços de terceiros	(63)	(64)
Despesas com anúncios e publicações	(58)	(39)
Despesa com associações	(28)	(38)
Despesas com ocupação	(24)	(31)
Despesa com taxas	(19)	(20)
Despesas com tributárias	(7)	(8)
Despesas com utilidades e serviços	(5)	-
Perdas com operações	(4)	(7)
Outras	(3)	-
	(369)	**(318)**

11. Resultado financeiro: A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeiras nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontram-se demonstradas a seguir:

	2021	2020
Rendimento aplicações	**9**	**27**
Despesas bancárias	(11)	(2)
	(2)	**25**

12. Ações judiciais: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não havia processos judiciais em que a Companhia era parte envolvida.

13. Partes relacionadas: (a) Participação acionária: A Companhia é controlada direta da Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. que, em 31 de dezembro de 2021, esta possui participação de 99,99% do seu capital. **(b) Transações com partes relacionadas**: A Companhia informa que há o compartilhamento de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão dos certificados de recebíveis imobiliários que são rateados e ressarcidos, conjuntamente, pela Companhia e sua controladora Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou na controladora, conforme o caso. Abaixo os saldos gerados entre as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021 Ativo (passivo)	2021 Receita (despesa)	2020 Ativo (passivo)	2020 Receita (despesa)
Rateio de custos (a)		(142)		(98)
Contas a pagar (b)	(290)		(198)	
Total líquido	**(290)**	**(142)**	**(198)**	**(98)**

(a) refere-se substancialmente ao rateio do custo do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRA, uma vez que a Companhia utiliza a estrutura operacional de sua controladora Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.

(b) refere-se a despesas a serem reembolsadas para a controladora, relativas ao reembolso de despesas incorridas no processo de estruturação de operações.

14. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Assembleia Geral Ordinária - AGO da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e se presente exercício social, a remuneração mensal de um salário-mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário. O Pessoal-Chave da Administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 23 de abril de 2021.

15. Benefícios aos empregados: A Companhia não possui benefícios pós-emprego, de rescisão do contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

16. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros: As aplicações financeiras da Gaia Impacto Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB). **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa, que investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R$ 162 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras de alta liquidez e baixo risco de crédito. **Política de gestão de riscos:** A Companhia pode incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros aspectos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como padrinho, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. **Risco de liquidez:** Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos de suas obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portando variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

17. Análise de sensibilidade: A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia representam por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2021, se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras. A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2021, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 9,25% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas brutas das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 6,94% a.a. e 4,63% a.a. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Posição em dez/21	Fator de risco	Cenário I provável	Cenário II 25% menos	Cenário III 50% menos
Aplicação financeira	CDI	9,25%	6,94%	4,63%	
Receita projetada	162	15	11	8	

18 Demonstrações financeiras - Educativa: Em 1º de agosto de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a instrução de nº 800 que dispõe sobre o regime dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), onde foram criadas regras específicas para as Securitizadoras que emitem este tipo de papel. Entre o rol de regras está a elaboração das demonstrações financeiras para as operações que são emitidas com base no artigo 9º da Lei nº 9.514/97 que permite a Emissora a instauração do regime fiduciário. Todas as operações da Companhia possuem regime fiduciário, portanto todas as operações serão auditadas e terão suas respectivas demonstrações financeiras publicadas no site da Emissora, conforme os prazos legais estabelecidos. Desta forma as demonstrações financeiras antes publicadas nesta nota serão publicadas no site da Companhia para consulta dos interessados.

19. Cobertura de seguros (Não auditada): A Companhia adota a política de contratar, quando necessário, cobertura de seguros para riscos que julgam ser suficientes para os montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía seguros vigentes.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em dezembro *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(328)**	**(293)**
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(115)	494
Contas a receber	(8)	11
Impostos a recuperar	(3)	(5)
Impostos a recolher	-	(33)
Contas a pagar	62	(318)
Partes relacionadas	92	144
	28	**293**
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(300)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	300	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**300**	**-**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**890**	-	**(637)**	**253**
Aumento de capital	300	(300)	-	-
Reserva de capital	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(293)	(293)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.190**	**(300)**	**(930)**	**(40)**
Integralização de capital	-	**300**	-	300
Reserva de capital	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(328)	(328)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.190**	**-**	**(1.258)**	**(68)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de valor adicionado - Exercícios findos em dezembro *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	2021	2020
Receitas	**47**	**-**
Receita bruta de prestação de serviço	41	-
Outras receitas	6	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(203)**	**(199)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(203)	(199)
Valor adicionado bruto	**(156)**	**(199)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(156)**	**(199)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9	27
Valor adicionado total a distribuir	**(147)**	**(172)**
Distribuição do valor adicionado	**(147)**	**(172)**
Pessoal	**158**	**111**
Remuneração direta	158	111
Impostos, taxas e contribuições	**16**	**8**
Federais	14	8
Municipais	2	-
Remuneração de capital de terceiros	**6**	**2**
Juros	6	2
Remuneração de capitais próprios	**(328)**	**(293)**
Prejuízo do exercício	(328)	(293)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Presidente e Diretor Financeiro: João Paulo dos Santos Pacífico

Responsável Técnico: Aline Aparecida Lima de Santos - Contador - CRC 1SP301316/O-3

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.586.869-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 257.611.886-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Frascino, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.756.869-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 274.390.808-40, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, com seus atos constitucionais arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.418.514 ("Companhia"), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que: (i) Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020; e (ii) Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Gaia Impacto Securitizadora S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Impacto Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Impacto Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada *"Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"*. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Certificados de recebíveis do agronegócio: Conforme mencionado na nota explicativa 5, a Companhia mantém registrado direitos de créditos de atividade de securitização vinculados às suas emissões de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) que embassam as suas operações, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro e a liquidação financeira desses certificados de recebíveis emitidos aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos aos correspondentes certificados de recebíveis. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como a apuração dos certificados dos recebíveis do agronegócio em conexão às suas obrigações. Nesse contexto, devido a necessidade de controles adequados para o gerenciamento do registro, atualização e baixa dos direitos creditórios, nossa auditoria incluiu o trabalho de análise dos controles internos relacionados aos processos operacionais e aos controles gerais de tecnologia da informação, a existência e a adequada valorização desses ativos. Nossos procedimentos de auditoria também consideraram, entre outros: (i) entendimento junto à Administração dos controles internos relevantes relacionados ao registro das operações financeiras; (ii) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros; (iii) recálculo do valor presente dos direitos de créditos, em base de amostras.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se estas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentem estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou de erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente relativa a informações das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos, entre outros, os nossos assuntos de auditoria, entre outros, a eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossa auditoria.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerevelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022

MAZARS
Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Douglas Souza de Oliveira - Sócio
Contador CRC 1SP191325/O-0
Cleber de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 213855/O-8

OMS estabelece plano para saída de fase emergencial da pandemia

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou na quarta-feira (30) um plano atualizado para a covid-19, estabelecendo importantes estratégias que, se implementadas em 2022, permitirão que o mundo saia da fase emergencial da pandemia.

O plano inclui três cenários possíveis para como o vírus pode evoluir no próximo ano.

"De acordo com o que sabemos agora, o cenário mais provável é que o vírus da covid-19 continue evoluindo, mas a gravidade da doença que ele causa irá reduzir com o tempo enquanto a imunidade aumenta por conta da vacinação e das infecções", disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, durante um briefing.

Nesse cenário base, que serve como modelo de trabalho para a OMS, o vírus causa menos surtos graves, com altas periódicas em números de transmissão com a redução da imunidade. As doses de reforço podem ser necessárias para os que estão em maior risco. O vírus pode certamente entrar em um padrão sazonal, com picos nos meses mais frios, assim como a influenza.

No melhor cenário da OMS, as variantes futuras seriam "significativamente menos graves", e a proteção de doenças graves seria de longa duração, sem a necessidade de doses futuras de reforço ou mudanças significativas nas vacinas atuais.

No pior cenário, o vírus se transforma em uma ameaça nova, altamente transmissível e mortal. Nesse cenário, as vacinas seriam menos eficientes e a imunidade para doenças severas e morte cairia rapidamente, o que exigiria mudanças significativas nas atuais vacinas e uma campanha ampla de doses de imunidade para grupos mais vulneráveis.

Para ajudar a sair da fase emergencial, a OMS pediu que países mantenham ou aumentem suas capacidades de vigilância em relação ao vírus, para assim estarem atentos a sinais iniciais sobre mudanças no vírus. A entidade também pediu o melhoramento das habilidades de detecção da covid longa, para rastrear e reduzir consequências de longo prazo após o fim da pandemia. (Agencia Brasil)

TSE triplica número de urnas eletrônicas auditáveis

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai triplicar o número de urnas que serão auditadas nas eleições gerais de outubro, quando os eleitores votarão para cargos majoritários de presidente e governador, bem como para senador, deputado federal e estadual. A medida foi aprovada na terça-feira (29) pelo plenário do TSE.

"O objetivo é ampliar o alcance, a visibilidade e a transparência em todo o processo eleitoral", disse o tribunal em nota.

Os ministros atenderam a pedidos feitos por integrantes da Comissão de Transparência das Eleições, entre eles os representantes da Polícia Federal e do Ministério da Defesa, e os engenheiros Bruno de Carvalho Albertini, professor do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Universidade de São Paulo (USP), e Roberto Gallo, pesquisador na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde).

Foi definido que nas unidades da federação com até 15 mil seções no Cadastro Eleitoral serão escolhidas ou sorteadas 23 seções, sendo as 20 primeiras urnas submetidas ao Teste de Integridade, e as demais ao Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais. Nas UF's com 15.001 a 30 mil seções, serão escolhidas ou sorteadas 35. As 27 primeiras urnas passarão pelo Teste de Integridade; as outras oito, pelo Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais.

Já nas demais UF's serão escolhidas ou sorteadas 43 seções, sendo as 33 primeiras urnas submetidas ao Teste de Integridade, e as demais ao Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais.

Foi definido ainda que os votos serão lançados na urna eletrônica por servidor efetivo do Poder Judiciário ou do Ministério Público. Antes, a norma previa apenas que tal atribuição seria apenas de servidor efetivo da Justiça Eleitoral. (Agencia Brasil)

Edenred Brasil Participações S.A.

CNPJ nº 42.169.508/0001-68

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais	2021	2020
Ativo/Circulante	**566.864**	**827.789**
Caixa e equivalentes de caixa	402.270	690.111
Impostos a recuperar	19.379	17.375
Despesas antecipadas	20	–
Partes relacionadas	639	318
Dividendos a receber	143.148	118.480
Outras contas a receber	1.408	1.505
Não circulante	**2.334.563**	**2.316.579**
Realizável a longo prazo:		
IR e CS diferidos	1.318	1.805
Depósitos judiciais	2.236	2.705
Empréstimo mútuo	274.224	104.527
Investimento	1.347.604	1.498.766
Imobilizado	68	35
Intangível	708.741	708.741
Direito de uso de bens arrendados	372	–
Total do ativo	**2.901.427**	**3.144.368**

Balanços Patrimoniais	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**10.860**	**713.791**
Fornecedores	90	65
Obrigações trabalhistas	1.619	1.688
Obrigações tributárias	3.517	3.356
IR e CS a recolher	2.811	289
Partes relacionadas	407	36
Dividendos obrigatórios	–	502.041
Empréstimos a pagar	–	204.424
Arrendamento a pagar	377	–
Outras contas a pagar	2.029	1.892
Não Circulante	**3.678**	**3.245**
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.768	2.695
Passivo a descoberto em participações societárias	910	550
Patrimônio líquido	**2.886.899**	**2.427.332**
Capital social	1.689.377	872.477
Reservas de capital	798.711	794.798
Reservas de lucros	407.309	663.744
Outros resultados abrangentes	(2.926)	101.885
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.572)	(5.572)
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.901.427**	**3.144.368**

Demonstrações do Resultado	2021	2020
Despesas operacionais: Comerciais	(148)	(62)
Com pessoal	(9.276)	(10.833)
Assessoria e representação	(5.402)	(3.482)
Depreciação e amortização	(137)	(4)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.435)	(1.482)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	6.029	4.636
Equivalência Patrimonial	408.874	350.912
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**398.505**	**339.685**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	28.614	13.511
Despesas financeiras	(3.177)	(4.718)
Lucro antes do IR e da CS	**423.942**	**348.478**
IR e CS		
Correntes	(5.709)	(1.884)
Diferidos	(488)	1.133
Lucro líquido do exercício	**417.745**	**347.727**
Média ponderada de ações	5.025	5.025
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações do capital social - R$	83,13	69,20

Demonstrações do Resultado Abrangente	2021	2020
Lucro líquido do exercício	417.745	347.727
Outros resultados abrangentes	**(104.811)**	**8.234**
Reconhecimento do ganho da parcela efetiva do instrumento financeiro por equiv. patrimonial	(107.793)	8.234
Reconhecimento Itens que poderão ser reclassificados para o resultado por equivalência patrimonial - benefícios a funcionários	2.982	–
Resultado abrangente do exercício	**312.934**	**355.961**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	417.745	347.727
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	137	4
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	9	–
Ganho/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	–	2.129
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(73)	81
Imposto de renda e contribuição social diferidos	488	(1.133)
Equivalência patrimonial	(408.874)	(350.912)
	9.432	**(2.104)**
(Aumento) redução nos ativos:		
Impostos a recuperar	(2.004)	(805)
Outras contas a receber	97	(989)
Despesas antecipadas	(20)	136
Outros créditos com partes relacionadas	(321)	(280)
Depósitos judiciais	469	(532)
Dividendos a receber		
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(25)	(1.017)
Obrigações trabalhistas	69	1.688
Obrigações tributárias	(161)	(6)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(2.336)	289
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(371)	11
Outras contas a pagar	(137)	936
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**4.692**	**(2.671)**
Juros pagos	(2.159)	(4.424)
Juros recebidos	5.025	1.828
Imposto de renda e contribuição social pagos	(186)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.423**	**(5.267)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	409.836	314.976
Empréstimos líquidos concedidos	234.152	(106.135)
Aquisições de investimento	5.381	(19)
Aquisições ativo imobilizado e intangível	(170)	(39)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**649.199**	**208.783**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortizações dos financiamentos e arrendamentos mercantis (IFRS 16)	(758)	–
Integralização de capital	(816.900)	–
Pagamento de dividendos	(333.337)	–
Empréstimos líquidos tomados	206.533	208.848
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(944.463)**	**208.848**
Aumento(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(287.841)**	**412.364**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final	402.270	690.111
Saldo inicial	690.111	277.747
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(287.841)**	**412.364**

Demonstrações Do Resultado	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**417.745**	**347.727**
Média ponderada de ações	5.025	5.025
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações do capital social - R$	83,13	69,20

Demonstrações do Resultado Abrangente	2021	2020
Lucro líquido do exercício	417.745	347.727
Outros resultados abrangentes	**(104.811)**	**8.234**
Reconhecimento do ganho da parcela efetiva do instrumento financeiro por equiv. patrimonial	(107.793)	8.234
Reconhecimento Itens que poderão ser reclassificados para o resultado por equivalência patrimonial - benefícios a funcionários	2.982	–
Resultado abrangente do exercício	**312.934**	**355.961**

Demonstrações Do Fluxos de Caixa	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	417.745	347.727
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	137	4
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	9	–
Ganho/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	–	2.129
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(73)	81
Imposto de renda e contribuição social diferidos	488	(1.133)
Equivalência patrimonial	(408.874)	(350.912)
	9.432	**(2.104)**
(Aumento) redução nos ativos:		
Impostos a recuperar	(2.004)	(805)
Outras contas a receber	97	(989)
Despesas antecipadas	(20)	136
Outros créditos com partes relacionadas	(321)	(280)
Depósitos judiciais	469	(532)
Dividendos a receber		
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(25)	(1.017)
Obrigações trabalhistas	69	1.688
Obrigações tributárias	(161)	(6)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(2.336)	289
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(371)	11
Outras contas a pagar	(137)	936
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**4.692**	**(2.671)**
Juros pagos	(2.159)	(4.424)
Juros recebidos	5.025	1.828
Imposto de renda e contribuição social pagos	(186)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.423**	**(5.267)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	409.836	314.976
Empréstimos líquidos concedidos	234.152	(106.135)
Aquisições de investimento	5.381	(19)
Aquisições ativo imobilizado e intangível	(170)	(39)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**649.199**	**208.783**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortizações dos financiamentos e arrendamentos mercantis (IFRS 16)	(758)	–
Integralização de capital	(816.900)	–
Pagamento de dividendos	(333.337)	–
Empréstimos líquidos tomados	206.533	208.848
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(944.463)**	**208.848**
Aumento(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(287.841)**	**412.364**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final	402.270	690.111
Saldo inicial	690.111	277.747
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(287.841)**	**412.364**

Demonstrações Do Resultado	2021	2020
Despesas operacionais: Comerciais	(148)	(62)
Com pessoal	(9.276)	(10.833)
Assessoria e representação	(5.402)	(3.482)
Depreciação e amortização	(137)	(4)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.435)	(1.482)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	6.029	4.636
Equivalência Patrimonial	408.874	350.912
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**398.505**	**339.685**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	28.614	13.511
Despesas financeiras	(3.177)	(4.718)
Lucro antes do IR e da CS	**423.942**	**348.478**
IR e CS		
Correntes	(5.709)	(1.884)
Diferidos	(488)	1.133
Lucro líquido do exercício	**417.745**	**347.727**
Média ponderada de ações	5.025	5.025
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações do capital social - R$	83,13	69,20

Demonstrações do Resultado Abrangente	2021	2020
Lucro líquido do exercício	417.745	347.727
Outros resultados abrangentes	**(104.811)**	**8.234**
Reconhecimento do ganho da parcela efetiva do instrumento financeiro por equiv. patrimonial	(107.793)	8.234
Reconhecimento Itens que poderão ser reclassificados para o resultado por equivalência patrimonial - benefícios a funcionários	2.982	–
Resultado abrangente do exercício	**312.934**	**355.961**

Demonstrações Do Fluxos de Caixa	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	417.745	347.727
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	137	4
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	9	–
Ganho/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	–	2.129
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(73)	81
Imposto de renda e contribuição social diferidos	488	(1.133)
Equivalência patrimonial	(408.874)	(350.912)
	9.432	**(2.104)**
(Aumento) redução nos ativos:		
Impostos a recuperar	(2.004)	(805)
Outras contas a receber	97	(989)
Despesas antecipadas	(20)	136
Outros créditos com partes relacionadas	(321)	(280)
Depósitos judiciais	469	(532)
Dividendos a receber		
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(25)	(1.017)
Obrigações trabalhistas	69	1.688
Obrigações tributárias	(161)	(6)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(2.336)	289
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(371)	11
Outras contas a pagar	(137)	936
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**4.692**	**(2.671)**
Juros pagos	(2.159)	(4.424)
Juros recebidos	5.025	1.828
Imposto de renda e contribuição social pagos	(186)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.423**	**(5.267)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	409.836	314.976
Empréstimos líquidos concedidos	234.152	(106.135)
Aquisições de investimento	5.381	(19)
Aquisições ativo imobilizado e intangível	(170)	(39)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**649.199**	**208.783**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortizações dos financiamentos e arrendamentos mercantis (IFRS 16)	(758)	–
Integralização de capital	(816.900)	–
Pagamento de dividendos	(333.337)	–
Empréstimos líquidos tomados	206.533	208.848
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(944.463)**	**208.848**
Aumento(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(287.841)**	**412.364**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final	402.270	690.111
Saldo inicial	690.111	277.747
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(287.841)**	**412.364**

Demonstrações Das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Outras Reservas	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Outros resultados acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**872.477**	**780.564**	**160.106**	**540.247**	**(5.572)**	**93.651**	–	**2.441.473**
Dividendos distribuídos exercício anterior	–	–	–	(311.332)	–	–	–	(311.332)
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	13.927	–	–	–	13.927
Transações de capital	–	14.234	–	–	–	–	–	14.234
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	347.727	–	347.727
Reserva legal	–	–	14.390	–	–	(14.390)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(86.932)	–	(86.932)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	8.234	–	–	8.234
Constituição de outras reservas	–	–	–	246.405	–	–	(246.405)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**872.477**	**794.798**	**174.495**	**489.249**	**(5.572)**	**101.885**	–	**2.427.332**
Transações de capital	–	3.913	–	–	–	–	–	3.913
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	(25.983)	–	–	–	(25.983)
Reversão de dividendos para aumento de capital	–	–	–	168.703	–	–	–	168.703
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	417.745	–	417.745
Reserva legal	–	–	20.887	–	–	(20.887)	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	(104.811)	–	(104.811)
Aumento de capital	816.900	–	–	(631.970)	–	–	(184.930)	–
Constituição de outras reservas	–	–	–	211.928	–	–	(211.928)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.689.377**	**798.711**	**195.383**	**211.926**	**(5.572)**	**(2.926)**	–	**2.886.899**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Edenred Brasil Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto social principal a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, e em empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários, sob qualquer forma. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias de níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não possuem os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2022. **2.3. Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos:** Reforma da Taxa de juros de referência: As alterações da Fase 1 da Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações aos pronunciamentos técnicos CPC 48 | IFRS 9, CPC 38 | IAS 39 e CPC 40 | IFRS 7) modificam os requerimentos específicos de contabilidade hedge para permitir manter a contabilidade de hedge, para os hedges impactados, durante o período no qual os objetos de hedge ou instrumentos de hedge são alterados como consequência da reforma do índice de referência da taxa de juros. As alterações da Fase 2 da Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações aos pronunciamentos técnicos CPC 48 | IFRS 9, CPC 38 | IAS 39, CPC 40 | IFRS 7, CPC 11 | IFRS 4 e CPC 06 | IFRS 16) permite a Companhia refletir os efeitos da transição das taxas interbancárias ("interbank offered rates - IBOR") para taxas de juros de referência alternativas (também denominadas taxas livres de risco ou "risk free rates - RFRs") sem resultar em impactos contábeis que não forneceriam informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras. Alteração CPC 06 (R2), referente a Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: A norma de Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações do CPC 06 | IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021. A Companhia não obteve reduções nos pagamentos provenientes dos benefícios relacionados à Covid-19. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **3. Principais Políticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **a) Resultado das operações:** Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), que foi designado como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros, em função da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial, seguindo as classificações estipuladas pelo CPC 48: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e (iii) Valor justo por meio do resultado. **e) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 25% e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto diferido e a contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante decorrem principalmente da provisão do ágio, ganhos monetários sobre obrigações e de despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado para que reflita o montante que se espera que seja recuperado. **f) Dividendos obrigatórios:** A proposta de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos obrigatórios" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. **4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. **a) Investimentos:** São registrados pelo custo e seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento do método de Equivalência Patrimonial. **b) Avaliação dos instrumentos financeiros:** A Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. **5. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$1.689.377 (R$872.477), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, divididos em 5.025.453 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O aumento no montante de R$816.900 ocorreu em 01 de dezembro de 2021 conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária mediante a capitalização integral da reserva de lucros da Companhia A composição do capital social em 31 de dezembro de 2021 compreende:

Acionistas	Quantidade de Ações	Participação %
Samrivest SAS França	2.658.097	52,89%
Edenred S.A.	425.085	8,46%
Edenred Belgium	1.942.272	38,65%
Total	**5.025.453**	**100%**

b) Reserva legal: Constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não podendo exceder 20% do capital social, conforme previsto em legislação vigente. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar capital social. A reserva legal constituída em 2021 é de R$20.887 (R$14.380 em 2020). **c) Dividendos mínimos obrigatórios:** Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária fora deliberada a distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$333.338. O Estatuto Social da Companhia determina que os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, apurado na forma da Lei. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não constituiu dividendos mínimos obrigatórios pois em 01 de dezembro de 2021 parte do saldo de reserva de lucros da Companhia utilizado para o aumento de capital foi apurado mediante balanço levantado em 30 de junho de 2021. Superando a provisão de dividendos mínimos obrigatórios.

Alaor Barra Aguirre - Diretor Presidente **Viviane Pampin Rodriguez** - Diretor Vice-Presidente **Adriana Rodrigues Chaves** - CRC SP nº 260030/O-0

BRASILIANA

MAURICIO PICAZO GALHARDO

Então olhei para o campo e vi o Brasil ...
- Quero saber apresenta:

" ... o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Ministério do Turismo (MTur) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentaram os resultados da 1ª edição do Projeto Experiências do Brasil Rural. O Projeto Experiências do Brasil Rural foi lançado em 2020 com o objetivo de impulsionar produtos e serviços da agricultura familiar associados ao turismo, de forma a proporcionar vivências inovadoras aos visitantes, diversificar a oferta turística nacional e gerar alternativas de renda no campo, a partir da formatação e do posicionamento de roteiros ..."

*** O Projeto Experiências do Brasil Rural é brasileira?**
*** O AgroTurismo é desenvolvimento para todos?**
*** Rural + Turismo é igual a conhecimento?**

Foto: Divulgação/Mapa

Rota *do Queijo Terroir Vertentes*

Conhecimento do país é muito importante. Como é importante o cidadão, as famílias, conhecerem seu país. Tem brasileiros que nunca saíram de sua própria cidade. Conhecer outros estados é conhecer também realidades diferentes. Aprendi muito. É muito importante o turismo rural porque traz conhecimento da realidade do interior do país. Aos 20 anos conheci a cidade do Rio de Janeiro, uma realidade completamente nova para mim. Com 22 anos fui estudar, no nordeste. Aprendi muito. O Brasil é um país grande e com realidades diferentes, uma região é diferente da outra. O turismo rural traz conhecimento, cultura e a revelação de um Brasil oculto para milhões.

- Por hoje é isto. Boa semana, forte abraço e até a próxima palavra Brasiliana. Paz, sossego, tranquilidade e harmonia.

Sancionada lei que define verba para enfrentar violência contra mulher

O presidente Jair Bolsonaro sancionou na quarta-feira (30) a Lei nº 123, de 2019, que garante 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.

"O Governo Federal assumiu esse compromisso com as mulheres. Por isso, essa é uma medida extremamente importante e o Ministério da Justiça e Segurança Pública está empenhado em priorizar ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Vamos intensificar nossas operações e criar mecanismos para cuidar e preservar a vida de todas", afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres.

A medida tem o objetivo de fortalecer ações de combate a esse tipo de violência e a elaboração de um plano estadual. Entre os critérios de aplicação dos recursos do FNSP serão incluídos também metas e resultados relativos à prevenção e ao combate à violência contra a mulher.

De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, desde 2019 foram repassados R$ 2,3 bilhões aos estados e Distrito Federal por meio do fundo. Esses recursos também são destinados às ações de prevenção e ao enfrentamento à criminalidade.

Ainda de acordo com o órgão, as operações Maria da Penha e Resguardo I e II registraram mais de 400 mil vítimas atendidas; 25.534 pessoas presas; 71.913 inquéritos instaurados e 102.774 medidas protetivas de urgência solicitadas.

O MJSP informa que investiu mais de R$ 8 milhões em cursos de capacitação e qualificação de agentes das forças de segurança federais e estaduais que atuam no atendimento às vítimas de violência e que lançou o Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio.

Em 2021, por meio da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública, o MJSP disponibilizou mais de 10 cursos, online e presenciais, que contaram com a participação de aproximadamente 26 mil agentes. (Agencia Brasil)

Reajuste para funcionalismo será decidido até junho, diz Tesouro

A reposição da inflação para o funcionalismo público federal será decidida até o fim de junho, quando acaba o prazo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, disse na quarta-feira (30) o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle. Até 30 de junho, o governo poderá encaminhar reajustes que reponham a perda da inflação.

Em entrevista para explicar o resultado fiscal de fevereiro, o secretário afirmou que o Orçamento de 2022 destina R$ 1,7 bilhão para reajustes ao funcionalismo. Gastos acima disso, ressaltou Valle, precisarão ser compensados com redução em outras despesas.

Por se tratar de ano eleitoral, reajustes acima da inflação só poderão ser concedidos até seis meses antes das eleições, de acordo com a Lei 9.504/1997. Neste ano, o prazo acaba no sábado (2), e o Ministério da Economia descarta planos de reajustes acima da inflação.

No fim do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro tinha prometido destinar a verba para reajustar salários de agentes federais de segurança, como policiais federais, agentes penitenciários e policiais rodoviários federais. No entanto, logo após a aprovação do Orçamento, o presidente disse que as categorias que terão reajuste ainda não estão definidas.

Por causa da indefinição em torno de quem receberá reajuste, diversas categorias têm promovido paralisações e operações-padrão desde o fim do ano passado. Na quarta-feira, os médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entraram em greve. Na sexta-feira (1º), será a vez de os servidores do Banco Central cruzarem os braços.

Sobre as diversas paralisações e greves no serviço público, o secretário do Tesouro defendeu o alinhamento das carreiras dos servidores, evitando que uma categoria receba reajuste maior que outra. "A experiência mostra que sempre que você toma uma medida em que uma carreira é mais beneficiada que a outra, o movimento tende a se agravar, não sei se a palavra é muito forte, mas tende a ficar mais radical", declarou Paulo Valle.

Combustíveis

Durante a entrevista, o secretário também se disse contrário à criação de um fundo com recursos públicos para controlar preços de combustíveis. Esse fundo subsidiaria os combustíveis em momentos de alta do petróleo e seria abastecido com receitas quando o produto estivesse em baixa.

A criação do fundo era defendida pelo economista Adriano Pires antes de ele

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 – NIRE 35.300.498.119

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na Cidade de São Paulo, SP na Rua Bandeira Paulista ,600- conjuntos 44 salas 10 os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 30 de Março de 2022. **A Administração**. (31/03, 01 e 02/04/2022)

Senado aprova custeio de perícias do INSS pelo governo federal

O Senado aprovou, em votação simbólica, o projeto que torna permanente a garantia de custeio das perícias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Essas perícias são necessárias nos processos judiciais que envolvem benefícios por incapacidade e são custeadas pelo Poder Executivo federal. A matéria segue para sanção presidencial.

"O projeto em pauta não obriga os aposentados a custearem perícias em processos contra o INSS. Pelo contrário. O projeto busca garantir e assegurar ao cidadão de baixa renda que foi injustiçado em pedidos administrativos o direito a contar com perícias custeadas pelo poder público no curso de processos judiciais contra o INSS", explicou o relator senador Nelsinho Trad (PSD-MS).

Os recursos para esses pagamentos dependerão de "expressa autorização física e financeira na lei orçamentária anual". Caso aprovada, a norma terá vigência indeterminada e não dependerá de prorrogação do Congresso Nacional.

O custeio de perícias não ocorrerá caso o cidadão tenha condições financeiras de efetuar o pagamento.

"Estamos tratando de cidadãos em situação de vulnerabilidade financeira e em condição física de extrema fragilidade. Estamos nos referindo a cidadãos que, por exemplo, estão incapacitados a exercer qualquer trabalho por conta de um acidente de trabalho e que estão em situação de "contar moedas" para conseguir comprar o pão. Estamos nos referindo a cidadãos que, apesar de toda essa situação, estão lutando pelo seu direito a obter um benefício previdenciário ou assistencial que lhes foi negado injustamente pelo INSS", disse Nelsinho.

Colapso

Segundo o autor do projeto, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), o objetivo da matéria é evitar o colapso das perícias do INSS. A matéria é um desdobramento da PEC do Teto de Gastos, que gerou a paralisação do pagamento das perícias.

Por falta de Orçamento, os peritos médicos da Justiça chegaram a ficar nove meses sem receber. Uma lei foi sancionada em 2019, para criar, por dois anos, a garantia de custeio pela União dos honorários periciais, nas ações em que o INSS figure como parte.

De acordo com Petecão, com o fim desse prazo, no fim de 2021, "várias serventias judiciais pelo Brasil já suspenderam processos que necessitam de perícia médica". Segundo o senador, "processos de natureza previdenciária e assistencial estão parados, submetendo cidadãos em frágil estado jurídico e social ao atraso e mora no exercício de seus direitos sociais". (Agencia Brasil)

Associação Beneficente "A Mão Branca" de Amparo aos Idosos

CNPJ 62.299.169/0001-41

Valores expressos em milhares de reais

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

ATIVO	2021	2020
Ativo circulante	**33.815**	**29.724**
Caixa e equivalentes de caixa	165	62
Títulos e valores mobiliários	32.785	29.380
Contas a receber de associados	37	86
Créditos diversos	828	196
Ativo não circulante	**5.524**	**2.811**
Propriedade para investimento	4.223	1.659
Imobilizado, líquido	1.238	1.053
Intangível, líquido	65	65
Total do Ativo	**39.339**	**32.535**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020 (reapresentado)
Passivo circulante	**993**	**590**
Fornecedores	516	58
Obrigações trabalhistas e tributárias	463	513
Contas Recebidas Adiantadamente	11	17
Outras obrigações	-	2
Patrimônio social	**38.346**	**31.945**
Patrimônio social	29.141	29.791
Reservas de doações	2.804	2.804
Superávit (Déficit) do exercício	6.401	(650)
Total do Passivo e Patrimônio social	**39.339**	**32.535**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio social para os exercícios findos em 31 de Dezembro 2021 e 2020

	Patrimônio Social	Reservas de Doação	Superavit de Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**24.916**	**2.804**	**4.875**	**32.595**
Incorporação ao patrimônio social	5.162	-	(5.162)	-
Déficit do exercício	-	-	(650)	(650)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	**30.078**	**2.804**	**(937)**	**31.945**
Incorporação ao patrimônio social	(937)	-	937	-
Superávit do exercício	-	-	6.401	6.401
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**29.141**	**2.804**	**6.401**	**38.346**

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Das atividades operacionais	2021	2020 (reapresentado)
Superávit (Déficit) do exercício	6.401	(650)
Ajustes para conciliar os resultados às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	250	243
Provisão para devedores duvidosos e Despesas Antecipadas	6	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber de associados	43	-
Títulos e valores mobiliários	(3.405)	281
Créditos diversos	(632)	14
(Decréscimo) acréscimo em passivos:		
Fornecedores	458	(99)
Contribuições Recebidas Antecipadamente	(6)	2
Obrigações trabalhistas e tributárias	(50)	45
Outras obrigações	1	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**3.066**	**(164)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo de propriedade para investimento e Imobilizado, líquido	(2.963)	(10)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**(2.963)**	**(10)**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**103**	**(174)**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	62	236
No final do exercício	165	62
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	**103**	**(174)**

Demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020 (reapresentado)
Receitas (+)	**13.625**	**8.249**
Convênio SEDS	-	(36)
Contribuições - Outras	4.165	4.941
Donativos P.F.	8.015	193
Donativos P.J.	281	38
Associados	55	55
Outras	1.109	998
(-) Custos operacionais:	**(5.029)**	**(4.907)**
Custos com pessoal e encargos	(3.636)	(3.472)
Custos com alimentação	(974)	(964)
Custos com serviços terceiros	-	(5)
Custos com hospitalares	(167)	(217)
Custos com materiais	(251)	(243)
Outros Custos	(1)	(6)
Despesas Operacionais (-)	**(3.408)**	**(2.659)**
Despesas pessoal e encargos	(1.204)	(1.235)
Despesas com alimentação	-	(1)
Despesas com água, luz e gás	(449)	(438)
Despesas com serviços terceiros	(989)	(413)
Despesas com depreciações	(250)	(243)
Despesas com materiais	(11)	(13)
Despesas com manutenção e reparos	(133)	(91)
Despesas tributárias	(1)	(1)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	(6)
Outras despesas	(417)	(158)
(=) Resultado operacional	**5.136**	**(1.317)**
(+) Resultado financeiro líquido	1.265	667
(=) Superávit (Déficit) do Exercício	**6.401**	**(650)**
(+) Outros resultados abrangentes	-	-
(=) Resultado abrangente	**6.401**	**(650)**

Diretora Presidente: **Nailine Naim Raba**

Responsável Técnico: **Leandro da Silva Ribeiro** - CRC/TC 1SP231162/O-3

Auditoria: **Pemson Auditoria e Consultoria Ltda** - CRC 2SP- 030.181/O-6

Relatório dos Auditores Independentes

As demonstrações contábeis completas que estão em poder da Administração, foram auditadas pela Pemson Auditoria que, emitiu relatório sem ressalva em 29 de março de 2022

ECOBAN Ecoban Ambiental S.A

CNPJ 09.191.247/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis do exercício em 31 de dezembro de 2021, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 30 de março de 2022. **A Administração.**

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020 - (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5.331	5.851	5.337	5.857
Contas a receber	183	82	183	82
Outros créditos	41	103	41	103
	5.555	6.036	5.561	6.042
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LÓNGO PRAZO				
Partes relacionadas	357	636	357	636
	357	636	357	636
Investimento	1.600	1.600	-	-
Imobilizado	2	2	2	2
Intangível	-	-	1.594	1.594
	1.602	1.602	1.596	1.596
	1.959	2.238	1.953	2.232
TOTAL ATIVO	**7.514**	**8.274**	**7.514**	**8.274**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
CIRCULANTE				
Fornecedores	82	835	82	835
Salários e obrigações sociais	141	104	141	104
Obrigações tributárias	482	284	482	284
Outras contas a pagar	1	1	1	-
	706	1.224	706	1.224
NÃO CIRCULANTE				
Tributos diferidos	59	79	59	79
Outras obrigações	1	1	1	1
	60	80	60	80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social realizado	3.714	3.714	3.714	3.714
Reservas de lucros	3.034	3.256	3.034	3.256
Total do patrimônio liquido	6.748	6.970	6.748	6.970
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.514**	**8.274**	**7.514**	**8.274**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional líquida	7.230	8.200	7.230	8.200
Custos dos serviços prestados	(806)	(1.327)	(806)	(1.327)
LUCRO BRUTO	**6.424**	**6.873**	**6.424**	**6.873**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Administrativas e gerais	(271)	(243)	(271)	(243)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2.580	1	2.580	1
Resultado Financeiro líquido	(225)	(142)	(225)	(142)
	2.084	(384)	2.084	(384)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**8.508**	**6.489**	**8.508**	**6.489**
Contribuição Social	(464)	(267)	(464)	(267)
Imposto de renda	(1.266)	(719)	(1.266)	(719)
	(1.730)	(986)	(1.730)	(986)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.778**	**5.503**	**6.778**	**5.503**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO...	**1.82**	**1.48**	**1.82**	**1.48**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Retenção de Lucros	Reservas de Lucros: Acumulados	Reservas de Lucros: Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**3.714**	**967**	**986**	**-**	**5.667**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.503	5.503
Distribuição de dividendos conforme RCA	-	-	(986)	-	(986)
Distribuição de dividendos intercalares	-	-	-	(3.214)	(3.214)
Compensação reserva legal	-	(224)	-	224	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.513	(2.513)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**3.714**	**743**	**2.513**	**-**	**6.970**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.778	6.778
Distribuição de dividendos conforme RCA	-	-	(2.513)	-	(2.513)
Distribuição de dividendos intercalares	-	-	-	(4.487)	(4.487)
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.291	(2.291)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**3.714**	**743**	**2.291**	**-**	**6.748**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.778**	**5.503**	**6.778**	**5.503**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**6.778**	**5.503**	**6.778**	**5.503**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	6.778	5.503	6.778	5.503
Reconciliação do resultado com o caixa obtido nas operações:				
Depreciação	-	579	-	579
Receitas financeiras	517	305	517	305
Despesas juros	-	31	-	31
	7.295	6.418	7.295	6.418
Aumento (diminuição) de ativos:				
Contas a receber	(618)	(333)	(618)	(333)
Outros ativos	341	(30)	341	(30)
Aumento (diminuição) de passivos:				
Salários e obrigações sociais	37	7	37	7
Fornecedores	(753)	(6)	(753)	(6)
Obrigações tributárias	(302)	(290)	(302)	(290)
Imposto de Renda e Contribuição Social	480	269	480	269
Caixa líquido gerado nas atividades Operacionais	6.480	6.035	6.480	6.035
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de investimento	-	(900)	-	(894)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	(900)	-	(894)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(867)	-	(867)
Pagamento de juros	-	(74)	-	(74)
Distribuição de dividendos	(7.000)	(4.200)	(7.000)	(4.200)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(7.000)	(5.141)	(7.000)	(5.141)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	(520)	(6)	(520)	-
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	5.851	5.857	5.857	5.857
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.331	5.851	5.337	5.857
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(520)	(6)	(520)	-

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Ecoban Ambiental S.A.
São Paulo – SP

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ecoban Ambiental S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor - administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase - Transações com parte relacionada: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, aproximadamente 80% das receitas da Companhia ocorrem com um único cliente (parte relacionada), o que indica dependência operacional e financeira da Companhia para a continuidade de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantar em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

Régis Eduardo Bastos dos Santos
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

DIRETORIA

Renato Alcantara Gusmão - Contador - CRC 1SP133123/O-1

As Demonstrações Contábeis na íntegra, auditadas pela Grant Thornton Brasil encontram-se à disposição dos interessados na sede da sociedade. **A ADMINISTRAÇÃO**

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 02.667.694/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras resumidas da Telmex do Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. Para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

A Diretoria

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020		2021	2020
Ativo			**Passivo e patrimônio liquido**		
Circulante	**507.963**	493.493	Circulante	**242.918**	163.249
Não circulante	**2.057.549**	1.752.122	Não circulante	**55.662**	59.110
Total do ativo	**2.565.512**	2.245.615	Patrimônio líquido	**2.266.932**	2.023.256
			Total do passivo e patrimônio liquido	**2.565.512**	2.245.615

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros: Perdas em transação de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes: Outros resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes: Perdas em transação de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	839.892	17.249	279.130	(25.586)	–	(343)	–	1.110.342
Reclassificação ganho e perda em transação de capital	–	–	–	25.586	–	–	(25.586)	–
Saldos em 01 de janeiro de 2020 reapresentado	839.892	17.249	279.130	–	–	(343)	(25.586)	1.110.342
Aumento de capital	830.816	–	–	–	–	–	–	830.816
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	82.896	–	–	82.896
Constituição de reserva legal	–	4.144	–	–	(4.144)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(789)	–	–	(789)
Constituição de reserva de lucros	–	–	77.963	–	(77.963)	–	–	–
Passivo atuarial, líquido	–	–	–	–	–	(9)	–	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 reapresentado	1.670.708	21.393	357.093	–	–	(352)	(25.586)	2.023.256
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	**245.715**	–	–	**245.715**
Constituição de reserva legal	–	**11.006**	–	–	**(11.006)**	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	**(2.091)**	–	–	**(2.091)**
Constituição de reserva de lucros	–	–	**207.032**	–	**(207.032)**	–	–	–
Passivo atuarial, líquido	–	–	–	–	–	**52**	–	**52**
Ganho e perda em transação de capital	–	–	–	–	**(25.586)**	–	**25.586**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.670.708**	**32.399**	**564.125**	–	–	**(300)**	–	**2.266.932**
			596.524			**(300)**		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receita operacional, líquida	**686.347**	621.569
Custo dos serviços prestados	**(593.374)**	(526.820)
Lucro bruto	**92.973**	94.740
Despesas comerciais	**(26.638)**	(28.677)
Despesas gerais e administrativas	**(76.908)**	(53.377)
Outras receitas operacionais, líquidas	**14.140**	18.865
Resultado de equivalência patrimonial	**141.027**	57.737
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	**144.594**	89.288
Resultado financeiro	**3.206**	6.405
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**147.800**	95.693
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(1.368)**	(7.089)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**99.283**	(5.708)
Lucro líquido do exercício	**245.715**	82.896

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**245.715**	82.896
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	**79**	(15)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefício	**(27)**	6
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	**52**	(9)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**245.767**	82.887

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**154.728**	101.743
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	**(154.977)**	(94.031)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(4.980)**	(5.062)
Aumento no caixa e equivalente de caixa	**(5.229)**	2.650
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**12.360**	9.710
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**7.131**	12.360

DIRETORIA

José Formoso Martinez
Diretor Presidente

Marcello da Silva Miguel
Diretor Superintendente

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino
CRC-PR-040021/O-0-S-SP

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. As demonstrações financeiras em sua íntegra, acompanhadas do relatório do auditor independente, estão disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião. PROCESSO Nº **1042066-47.2015.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(R)a. Juliana Dias Almeida de Filippo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) ALFREDO DO CARMO LOPES, LUCINDA LOPES THOMAZ, JOAQUIM THOMAZ, LIBANIA ROSA LOPES SOARES, AMERICO SOARES, JOSE MARIA LOPES, IRACIMA DIAS LOPES, ADELAIDE TOZZI LOPES, CARLOS ROBERTO LOPES, MARIA LUZINETE DE ARAUJO LOPES, MARIA AMERICA LOPES, ESPOLIO DE ABEL LOPES, THEREZA MARQUES DUARTE LOPES, ENIS ROSSI PAGOTTO, CECILIA PEDO CORREA PAGOTTO, GUSTAVO CORREA PAGOTTO, DANIELLE CRISTINA MARQUES PAGOTTO, ARTUR AVELINO MACHADO, LILIANE APARECIDA BATISTA LICO MACHADO, JOSE MARTINS, MARIA MADALENA CHALITA, PAULO CHALITA, SARA PIRES BARTOLOMEU, ANIBAL BARTOLOMEU, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Marcos Lopes, Espólio de Abel Lopes Filho e Thamirez Lutiel Lopes ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Dr. Afonso Vergueiro, 760, Vila Maria, São Paulo/SP, CSP: 02116-001, alegando posse mansa e pacífica, ininterrupta e com animo de dono, legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [313,14]

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1002606-51.2018.8.26.0002**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Mercato Construtora Ltda e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002606-51.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, D(r)a. Thèo Assuar Gagrgano, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Breno Lúiz Muniz Barreto Romano (CPF: 021.965.878-18) e Paula Desimoni Rúcucs (CPF: 143.155.888-21), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 2.178.411,85 (setembro de 2020), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empresário - Capital de Giro - nº 110.983.304. Estando se executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargam ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de fevereiro de 2022. 30 e 31 / 03 / 2022

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **0002576-56.2021.8.26.0704**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: Ilapeva XI Multicartera Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não-padronizados. Executado: Lucas da Silva Queiroz. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002576-56.2021.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, D(r)a. Luciane Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) LUCAS DA SILVA QUEIROZ, CPF 132.921.524-66, que a ação de Procedimento Comum, ajuizada por Ilapeva XI Multicartera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("Fundo"), foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 212.855,90 (julho de 2021). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de março de 2022. 30 e 31 / 03 / 2022

Indústria Química Kimberlit Ltda.

CNPJ/MF nº 61.167.060/0001-98

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.308	17.532	33.489	29.209
Contas a receber de clientes	5	129.260	109.516	178.751	119.227
Contas a receber – partes relacionadas	7	49.093	4.713	–	–
Estoques	6	37.403	11.338	45.040	12.675
Impostos a recuperar		6.088	2.953	6.248	4.011
Adiantamentos a fornecedores		7.850	2.415	7.850	2.415
Despesas antecipadas		532	332	949	900
Outros créditos		267	74	3.025	228
		248.801	**148.873**	**275.352**	**168.665**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Créditos com pessoas ligadas	7	6.261	702	12	719
Depósitos judiciais		68	54	68	54
Valores a receber		704	512	704	512
Outros créditos		–	–	–	1
Investimentos	8	32.538	14.755	27.137	11.493
Imobilizado	9	37.318	32.454	73.764	37.046
Intangível	10	42.580	42.409	42.701	42.475
		119.469	**90.886**	**144.390**	**92.300**
Total do ativo		**368.270**	**239.759**	**419.742**	**260.965**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	74.690	26.045	91.095	30.118
Fornecedores		40.390	12.630	48.145	15.301
Fornecedores – partes relacionadas	7	77	234	–	–
Obrigações trabalhistas	12	6.396	4.033	8.860	4.917
Obrigações tributárias	13	3.411	4.828	6.534	5.264
Obrigações por aquisição de participações	8	–	3.206	–	3.206
Venda para entrega futura		1.138	2.432	1.138	2.432
Adiantamentos de clientes		342	248	7.003	1.850
Outras obrigações		710	509	835	509
		127.154	**54.165**	**163.610**	**63.597**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	80.868	66.183	95.902	78.276
Obrigações tributárias	13	8.933	9.041	8.936	9.049
Contratos de mútuos	7	2.558	3.358	2.567	3.367
Outras obrigações		500	1.016	500	625
		92.859	**79.598**	**107.905**	**91.317**
Patrimônio líquido	14				
Capital social		1.500	1.500	1.500	1.500
Reserva de lucros		59.580	46.795	59.580	46.795
Reserva de incentivos fiscais		38.574	8.811	38.574	8.811
Ajustes de avaliação patrimonial		48.603	48.890	48.603	48.890
Participação dos acionistas não controladores				(30)	55
		148.257	**105.996**	**148.227**	**106.051**
Total do passivo e patrimônio líquido		**368.270**	**239.759**	**419.742**	**260.965**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Descrição	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos controladores	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.500**	**45.672**	**–**	**49.177**	**–**	**96.349**	**52**	**96.401**
Ajustes de períodos anteriores	–	–	–	–	–	–	200	200
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	(287)	287	–	–	–
Lucros distribuídos	–	(7.148)	–	–	–	(7.148)	–	(7.148)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	16.795	16.795	(197)	16.598
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	8.811	–	(8.811)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	8.271	–	–	(8.271)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.500**	**46.795**	**8.811**	**48.890**	**–**	**105.996**	**55**	**106.051**
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	(969)	(969)	12	(957)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	(287)	287	–	–	–
Lucros distribuídos	–	(7.911)	–	–	–	(7.911)	–	(7.911)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	51.141	51.141	(97)	51.044
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	29.763	–	(29.763)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	20.696	–	–	(20.696)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.500**	**59.580**	**38.574**	**48.603**	**–**	**148.257**	**(30)**	**148.227**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida	15	**289.454**	**126.450**	**387.567**	**138.019**
Custos dos produtos vendidos		(174.298)	(47.313)	(237.743)	(56.790)
Lucro bruto		**115.158**	**79.137**	**149.824**	**81.239**
Receitas (despesas)					
Despesas administrativas	16	(9.753)	(7.227)	(12.346)	(8.034)
Despesas comerciais	17	(45.464)	(33.559)	(72.133)	(40.005)
Despesas tributárias		(1.980)	(536)	(3.497)	(790)
Depreciação		(4.030)	(3.098)	(5.285)	(3.549)
Resultado de equivalência patrimonial		14.086	(3.747)	17.219	2.656
Outras receitas (despesas)		(921)	495	(888)	473
Lucro antes do resultado financeiro		**67.096**	**31.465**	**72.894**	**31.990**
Receitas financeiras	18	1.694	1.019	2.093	1.093
Despesas financeiras	18	(15.293)	(11.570)	(18.490)	(12.004)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**53.497**	**20.914**	**56.497**	**21.079**
Imposto de renda		(1.726)	(2.996)	(3.692)	(3.221)
Contribuição social		(630)	(1.123)	(1.761)	(1.260)
Lucro líquido do exercício		**51.141**	**16.795**	**51.044**	**16.598**
Atribuídos aos acionistas:					
Controladores				**51.141**	**16.795**
Não controladores				**(97)**	**(197)**
Quantidade de quotas		**1.500.000**	**1.500.000**		
Lucro líquido do exercício por quota – R$		**34,09**	**11,20**		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	**51.141**	**16.795**	**51.044**	**16.598**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Suscetíveis à reclassificação para o resultado	–	–	–	–
Total de outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**51.141**	**16.795**	**51.044**	**16.598**
Atribuídos aos acionistas:				
Controladores			**51.141**	**10.137**
Não controladores			**(197)**	**(66)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixas das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**51.141**	**16.795**	**51.141**	**16.795**
Lucro líquido do exercício – Participação dos não controladores	–	–	**(97)**	**(197)**
Ajustes para reconciliar o resultado e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Ajustes de períodos anteriores	(969)	–	(957)	200
Resultado de equivalência patrimonial	(14.086)	(3.747)	17.219	(2.656)
Deságio com investimentos	–	604	–	–
Valor residual do ativo permanente baixado	1.322	3.502	2.488	4.012
Depreciação e amortização	4.128	3.098	5.406	3.549
Lucro ajustado	**41.536**	**20.252**	**75.200**	**21.703**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(19.744)	(11.023)	(59.524)	(15.515)
Contas a receber – partes relacionadas	(44.380)	–	–	–
Estoques	(26.065)	(2.814)	(32.365)	(3.702)
Impostos a recuperar	(3.135)	(1.020)	(2.237)	(2.078)
Adiantamentos a fornecedores	(5.435)	547	(5.435)	1.547
Despesas antecipadas	(200)	(296)	(49)	(53)
Outros créditos	(193)	41	(2.797)	(100)
Realizável a longo prazo	(206)	10	(209)	9
Fornecedores	27.760	5.820	32.844	7.523
Fornecedores – partes relacionadas	(157)	–	–	–
Obrigações trabalhistas	2.363	(68)	3.943	633
Obrigações tributárias	(1.525)	(4.926)	1.157	(4.551)
Venda para entrega futura	(1.294)	(1.152)	(1.294)	(1.152)
Adiantamentos de clientes	94	27	5.153	1.629
Outras obrigações	(315)	1.036	201	764
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	**(30.896)**	**7.434**	**14.588**	**6.657**
Atividades de investimentos				
Aquisição de Investimentos	(3.697)	(959)	(32.863)	–
Aquisição de Imobilizado	(10.314)	(13.033)	(44.612)	(17.648)
Aumento do intangível	(171)	(139)	(226)	(160)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(14.182)**	**(14.131)**	**(77.701)**	**(17.808)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Distribuição de lucros	(7.911)	(7.148)	(7.911)	(7.148)
Créditos com pessoas ligadas	(5.559)	(458)	707	(475)
Contratos de mútuos	(800)	1.234	(800)	1.243
Obrigações por aquisição de participações	(3.206)	(2.531)	(3.206)	(2.531)
Empréstimos de curto prazo	48.645	(27.785)	60.977	(22.860)
Empréstimos de longo prazo	14.685	32.671	17.626	44.639
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**45.854**	**(4.017)**	**67.393**	**11.868**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**776**	**(10.714)**	**4.280**	**717**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No fim do exercício	18.308	17.532	33.489	29.209
No início do exercício	17.532	28.246	29.209	28.492
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**776**	**(10.714)**	**4.280**	**717**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado – Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	321.000	136.154	429.700	145.814
Outras receitas	921	(495)	888	(473)
Provisão para devedores duvidosos – reversão/(constituição)	(2.853)	(2.960)	(2.853)	(2.853)
Depreciação, amortização e exaustão	(8.158)	(6.645)	(10.691)	(7.098)
Receita líquida	**310.910**	**126.054**	**417.044**	**135.390**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(174.298)	(47.313)	(237.743)	(56.790)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(44.380)	(3.502)	(59.524)	(4.012)
Perdas/(recuperação) de valores ativos	–	–	–	–
Valor adicionado bruto	**92.232**	**75.039**	**119.777**	**74.588**
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(8.158)	(6.645)	(10.691)	(7.098)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**84.074**	**68.394**	**109.086**	**67.490**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	14.086	(3.747)	17.219	2.656
Receitas financeiras	1.694	1.019	2.093	1.093
Valor adicionado total a distribuir	**99.854**	**65.666**	**128.398**	**71.239**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	6.396	4.033	8.860	4.917
Benefícios	1.138	2.432	1.138	2.432
FGTS	266	181	374	222
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	7.174	2.953	9.979	4.011
Estaduais	–	–	–	–
Municipais	3.411	4.828	6.534	5.264
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	15.293	11.570	18.490	12.004
Aluguéis	1.980	536	3.497	790
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos / prejuízo do exercício	51.141	16.795	51.044	16.598
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	(97)	(197)
Valor adicionado total distribuído	**99.854**	**65.666**	**128.398**	**71.239**

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto – Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixas das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**51.141**	**16.795**	**51.141**	**16.795**
Lucro líquido do exercício – Participação dos não controladores	–	–	**(97)**	**(197)**
Ajustes para reconciliar o resultado e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Ajustes de períodos anteriores	(969)	–	(957)	200
Resultado de equivalência patrimonial	(14.086)	(3.747)	17.219	(2.656)
Deságio com investimentos	–	604	–	–
Valor residual do ativo permanente baixado	1.322	3.502	2.488	4.012
Depreciação e amortização	4.128	3.098	5.406	3.549
Lucro ajustado	**41.536**	**20.252**	**75.200**	**21.703**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(19.744)	(11.023)	(59.524)	(15.515)
Contas a receber – partes relacionadas	(44.380)	–	–	–
Estoques	(26.065)	(2.814)	(32.365)	(3.702)
Impostos a recuperar	(3.135)	(1.020)	(2.237)	(2.078)
Adiantamentos a fornecedores	(5.435)	547	(5.435)	1.547
Despesas antecipadas	(200)	(296)	(49)	(53)
Outros créditos	(193)	41	(2.797)	(100)
Realizável a longo prazo	(206)	10	(209)	9
Fornecedores	27.760	5.820	32.844	7.523
Fornecedores – partes relacionadas	(157)	–	–	–
Obrigações trabalhistas	2.363	(68)	3.943	633
Obrigações tributárias	(1.525)	(4.926)	1.157	(4.551)
Venda para entrega futura	(1.294)	(1.152)	(1.294)	(1.152)
Adiantamentos de clientes	94	27	5.153	1.629
Outras obrigações	(315)	1.036	201	764
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	**(30.896)**	**7.434**	**14.588**	**6.657**
Atividades de investimentos				
Aquisição de Investimentos	(3.697)	(959)	(32.863)	–
Aquisição de Imobilizado	(10.314)	(13.033)	(44.612)	(17.648)
Aumento do intangível	(171)	(139)	(226)	(160)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(14.182)**	**(14.131)**	**(77.701)**	**(17.808)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Distribuição de lucros	(7.911)	(7.148)	(7.911)	(7.148)
Créditos com pessoas ligadas	(5.559)	(458)	707	(475)
Contratos de mútuos	(800)	1.234	(800)	1.243
Obrigações por aquisição de participações	(3.206)	(2.531)	(3.206)	(2.531)
Empréstimos de curto prazo	48.645	(27.785)	60.977	(22.860)
Empréstimos de longo prazo	14.685	32.671	17.626	44.639
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**45.854**	**(4.017)**	**67.393**	**11.868**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**776**	**(10.714)**	**4.280**	**717**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No fim do exercício	18.308	17.532	33.489	29.209
No início do exercício	17.532	28.246	29.209	28.492
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**776**	**(10.714)**	**4.280**	**717**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Descrição	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos controladores	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.500**	**45.672**	**–**	**49.177**	**–**	**96.349**	**52**	**96.401**
Ajustes de períodos anteriores	–	–	–	–	–	–	200	200
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	(287)	287	–	–	–
Lucros distribuídos	–	(7.148)	–	–	–	(7.148)	–	(7.148)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	16.795	16.795	(197)	16.598
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	8.811	–	(8.811)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	8.271	–	–	(8.271)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.500**	**46.795**	**8.811**	**48.890**	**–**	**105.996**	**55**	**106.051**
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	(969)	(969)	12	(957)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	(287)	287	–	–	–
Lucros distribuídos	–	(7.911)	–	–	–	(7.911)	–	(7.911)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	51.141	51.141	(97)	51.044
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	29.763	–	(29.763)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	20.696	–	–	(20.696)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.500**	**59.580**	**38.574**	**48.603**	**–**	**148.257**	**(30)**	**148.227**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – Fundada em 1989, a Indústria Química Kimberlit Ltda.("Sociedade"), com sede em Olimpia-SP, possui os seguintes objetivos sociais: fabricação e comercialização de fertilizantes fosfatados, nitrogenados, potássios e outros; fabricação e comercialização de alimentação animal e aditivos para alimentação animal; fabricação e comercialização de condicionadores de solo; importação e exportação; prestação de serviços de industrialização por conta e ordem de terceiros; exploração das atividades agrícolas e pastoris, em terras próprias ou de terceiros, exceteadas as transformações de seus produtos e subprodutos; fabricação para terceiros com matéria prima própria e distribuição de produtos de origem nacional e internacional; e pesquisa e desenvolvimento de produtos agropecuários. Em 2017 a Sociedade constituiu a controlada Bionat Soluções Biológicas Ltda. onde detém 97% do capital social, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, que tem por objeto indústria de defensivos biológicos. Em 2018 a Sociedade adquiriu 50% do capital social da Embrafos – Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, que tem por objeto social (i) fabricação de adubos e fertilizantes e adjuvantes; (ii) Comércio, exportação e importação de adubos e fertilizantes. Em 2020 a Sociedade adquiriu 97% do capital social da Loyder Indústria de Aditivos e Fertilizantes Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, que tem por objeto a fabricação de fertilizantes, adubos, aditivos, intermediários de fertilizantes, ração animal e aditivo para animal. **2. Base de preparação – a. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo, entre outros. As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Sociedade de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Sociedade está adimplente em relação às cláusulas de dívidas e compromissos financeiros na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Sociedade de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022. **b. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as participações nas seguintes controladas: - Bionat Soluções Biológicas Ltda. - Loyder Indústria de Aditivos e Fertilizantes Ltda. **Controladas:** As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com sociedades investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Sociedade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com sociedades investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Sociedade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **e